

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,
INICIADA NO DIA TRÊS DE DEZEMBRO DE 2002.** -----

----- **ACTA NÚMERO DEZASSEIS** -----

----- No dia 3 de Dezembro de 2002, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Dr. João António Gonçalves do Amaral, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora D. Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Deolinda Carvalho Machado, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Domingos Alves Pires, Ermelinda Lopes da Rocha Brito, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Francisco José Fernandes Martins, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmiento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Maria Valente, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria da Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Martinho José Baptista, Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Orlando Bento Antunes Claro, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria

Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Susana Maria Nunes Silvestre, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Proa, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, António Manuel Passos Rapoula, João Manuel Sousa Santos Reis, José Dimas Bernardes Salsinha, Sérgio Rui Lopes Cintra, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio, Manuel Filipe Correia de Araújo. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado Silva Preto, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Isabel Maria de Almeida e Castro, João de Deus Gomes Pires, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Rocha Ferreira, Manuel Mendes Nobre Gusmão, Ricardo Posser de Andrade Chaves. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Álvaro Barreto (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal António Proa. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Manuel Filipe Correia de Araújo. -----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Miguel Rodrigues Coelho. -----

----- António Borges de Carvalho (PSD), por 20 dias, tendo sido substituído nesta reunião pelo Deputado Municipal José Dimas Bernardes Salsinha. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Manuel Sousa Santos Reis. -----

----- Luísa Vicente Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão. -----

----- Anacoreta Correia (CDS-PP), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Foi justificada a falta e admitida a substituição do seguinte Deputado Municipal, Presidente de Junta de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Justificou faltas o seguinte Deputado Municipal: -----

----- António Borges de Carvalho (PSD), relativamente às reuniões realizadas nos dias 18 de Junho, 23 de Julho, 17 de Setembro e 12 e 26 de Novembro de 2002. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião informando que se ia entrar, de imediato, no período destinado à intervenção do público. -----

----- Entretanto, o Grupo Municipal do PCP, pela voz do seu líder, **Deputado Municipal Martinho Baptista**, chamou a atenção da Mesa dizendo que a reunião não

podia começar porque não estava presente o Presidente da Câmara nem nenhum Vereador da maioria. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que efectivamente apenas estava presente o Sr. Vereador António Abreu, pelo que teriam que aguardar a chegada do Sr. Presidente da Câmara ou algum Sr. Vereador da maioria. -----

----- Após algum tempo de espera chegara o Sr. Vice-Presidente da Câmara, tendo então o **Senhor Presidente** declarado aberto o período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Carlos Francisco Barreiros Pereira**, morador na Rua Fábrica da Pólvora, Pátio 149 – n.º 3, 1200-227 Lisboa, falando em nome dos moradores do Pátio 149, leu a seguinte exposição: -----

----- “Eu, Carlos Francisco Barreiros Pereira, em nome dos moradores da Rua Fábrica da Pólvora 149, agradecemos que nos esclarecessem quanto ao realojamento de três famílias deste pátio, e porque é que as outras 11 famílias foram excluídas, quando vivemos todos em perigo, inquilinos todos do mesmo senhorio, é com esta situação que estamos muito indignados, porque ninguém vivia em barracas e mais, a construção é toda igual. -----

----- Agradecemos o bem que fizeram, em salvar estas 3 famílias, mas agora não se esqueçam de nós, agora passámos a viver ainda mais em perigo. Estas 3 habitações deixaram de ser habitadas, deixaram de ter assistência pelas pessoas que lá moravam e correm o risco de ruir para cima de nós, é isso que nós não queremos que aconteça, porque este inverno promete ser rigoroso e já ruiu um telhado há dois anos, só não houve tragédia porque a senhora que lá morava estava hospitalizada, e também tínhamos informado deste perigo o antigo Presidente da Câmara numa audiência que tivemos nos Paços Concelho. -----

----- Aconselho-vos a tomar uma atitude urgente porque estes telhados têm os vigamentos todos podres e as telhas com a chuva ficam mais pesadas e daí podem ocorrer mais derrocadas de telhados e até da própria estrutura das casas, e causar alguma tragédia, chove como na rua nas casas das pessoas, se houver alguma tragédia alguém tem de ser responsável, se houve critério para 3 famílias também tem de haver para as restantes que ainda lá habitam, queremos ver a nossa situação resolvida. -----

----- Também vos quero dizer que no dia 25/11/2002 foram chamados os Bombeiros onde esta corporação chamou a Protecção Civil e verificaram que há o perigo iminente de ruir uma outra parte de outra habitação, onde deixaram umas fitas esticadas, e ficaram de lá passar para ver se as mesmas tinham cedido. -----

----- Fazemos um apelo para que nos tirem daquele inferno porque ainda há casa vagas de uns desdobramentos que o Sr. Paulo Sousa fez, ou seja houve pessoas que estrearam casa novas duas vezes, isto na Quinta do Cabrinha, e na Av. de Ceuta Sul também há casas vagas, e na quinta do Loureiro, e no Casal Evaristo para resolver a nossa situação porque se deram a três também temos direito. Não esperem por outra derrocada depois alguém tem de se responsabilizar. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Assembleia ia acompanhando este processo, aliás já tinha alguma informação sobre ele, mas procuraria junto da Câmara uma informação mais detalhada. -----

----- **O Sr. José Adriano de Castro Vinagre**, morador na Rua José D'Esaguy, n.º 13 – 2.º esqº 1700-266 Lisboa, disse que é residente na Freguesia de São João de Brito há cerca de 5 anos, altura em que, com mais cerca de 200 residentes, entraram num projecto para a construção de um parque de estacionamento no jardim da Rua José Duro. Esse espaço já era deles visto que entraram na posse administrativa do mesmo com a anterior Vereação da Câmara, inclusivamente já pagaram por ele contribuição autárquica, portanto estava tudo tratado até essa altura. -----

----- O assunto tinha sido tratado entre a Câmara e a EMEL, inclusivamente tinham feito já a prospecção do terreno para avançar com o início das obras, mas tudo agora estava parado. -----

----- Nesta altura o estacionamento em Alvalade/São João de Brito, como todos sabiam, a certas horas do dia era absolutamente caótico, e a construção desse parque iria certamente dar uma ajuda à resolução do problema já que retiraria do estacionamento à superfície cerca de 300 carros de residentes, libertando espaço que poderia ser utilizado pelos não residentes que iam ali fazer compras. -----

----- Portanto, o que pretendia saber era em que situação se encontrava esse processo, porque 5 anos de espera era efectivamente demasiado. -----

----- Depois disse que o Cinema Alvalade continuava em situação degradante, e tinha que haver uma solução para aquele edifício. Ele tinha uma localização privilegiada mas de dia para dia cada vez mais se degradava. Sabiam que estava um projecto na Câmara para a sua recuperação, pelo que perguntava para quando essa recuperação. ---

----- **O Senhor Presidente** disse que procuraria obter junto da Câmara as respostas para as questões colocadas. -----

----- **O Sr. António José Inocêncio Neto**, morador na Rua Damião de Góis, n.º 38 – 7º D, 2700-227 Alfovelos, falando em nome do CESP, disse que como era do conhecimento de todos na última reunião da Assembleia Municipal foi aprovada a proposta n.º 492/2002, na qual se incluía a revogação da SGU – Sociedade de Gestão de Urbana, sociedade essa que iria gerir o espaço hoje denominado Parque das Nações. -----

----- Nessa mesma reunião, após ter sido colocada a questão sobre o futuro dos trabalhadores da Parque-Expo, o Sr. Presidente da Câmara referiu, passou a citar: “que os postos de trabalho iriam ser assegurados, que ninguém iria ser prejudicado pois estes trabalhadores são pessoas qualificadas”. -----

----- Até aqui tudo bem! Só que, como era do conhecimento geral, o Sr. Presidente da Câmara, como representante da Câmara Municipal de Lisboa na Administração da Parque-Expo tinha obrigação de saber que a empresa se encontrava em negociações unilaterais com os trabalhadores e que já anunciara a substituição desses trabalhadores por outros de empresas privadas, nomeadamente na Torre Vasco da Gama. -----

----- Ora, se por um lado o Sr. Presidente da Câmara dava as garantias que acabava de referir e, por outro lado, a empresa de que também fazia parte procedia a rescisões e

substituições, e que em caso de recusa se adivinhavam medidas mais constrangedoras, estavam perante uma clara contradição. -----

----- Disse, ainda, que o CESP, como representante dos trabalhadores da Parque-Expo, por diversas vezes solicitara reuniões com as entidades envolvidas neste processo. Conseguiram reunir com a Parque-Expo, mas como existiam objectivos divergentes notaram falta de transparência na divulgação de certos factos, mas das Câmaras, nomeadamente com a Câmara Municipal de Lisboa, até hoje não obtiveram nenhuma disponibilidade. -----

----- Desde sempre entenderam o diálogo como forma de exporem as suas preocupações, mas vinha sendo através da comunicação social que iam conseguindo obter algumas informações, embora muito escassas e pouco consistentes. -----

----- Continuando a sua exposição, disse que sabiam e tinham consciência que se adivinhavam tempos difíceis para o País, como sabiam e tinham consciência que profundas transformações estavam a ocorrer na Câmara Municipal de Lisboa, o que não sabiam nem tinham consciência era do futuro que lhes estava reservado. Na impossibilidade de terem uma reunião com o mais alto responsável da Câmara, apenas pediam uma reunião com alguém que pudesse e soubesse responder a duas simples questões mas de grande importância para os trabalhadores: -----

----- Que futuro irão ter os trabalhadores adidos à gestão urbana da Parque-Expo? -----

----- Que futuro irá ter o Parque das Nações? -----

----- Estas, disse, eram questões que foram postas na última reunião da Assembleia Municipal e que careciam de uma resposta consistente. -----

----- A terminar, disse que perante a Assembleia Municipal pretendiam que se promovesse o diálogo de forma construtiva, clara, e acima de tudo directa, entre a Câmara Municipal de Lisboa e os trabalhadores. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que a Câmara Municipal estava ali presente seguramente teria ouvido a intervenção e estaria em condições de responder, mas, de qualquer forma, também ele procuraria obter a resposta directamente. -----

----- **O Sr. Gil Manuel Ribeiro Filipe**, morador na Rua Damião de Góis, n.º 14 – r/chão dtº, 2725 Mem Martins, disse que queria colocar a problemática da prostituição de rua, de homens e mulheres, e pergunta a todos como retirar essas pessoas da rua! O consumo de droga na via pública, no centro da Cidade de Lisboa, nomeadamente na zona do Intendente, que ninguém via! O que era que podiam fazer? -----

----- Por outro lado, a SIDA na Cidade de Lisboa, também ninguém via! Os furtos e os roubos, ninguém dava por isso! Só a polícia! -----

----- Por isso, desejava fazer um apêlo muito sério a todos os Deputados Municipais, especialmente aos Presidente de Junta, para que se reunissem e trocassem impressões com a finalidade de encontrarem, todos em conjunto, soluções para esses graves problemas se a Câmara Municipal os não quisesse resolver. -----

----- Disse, ainda, que não podiam assistir passivamente a essas desgraças e misérias como se não fosse nada da conta de cada um. Não eram lamúrias como alguém, muito bem colocado na sociedade portuguesa, dizia. Não queria aborrecer a Assembleia só com desgraças, mas o que relatara era o que qualquer cidadão de Lisboa via e

constatava diariamente, pois quer se quisesse quer não estavam à beira da rotura social na cidade, mas oxalá não acontecesse no País. Alguma coisa tocara à porta de cada um, mas poderiam evitá-la se todos dessem as mãos para isso. -----

----- E quanto à prevenção primária que estava a Câmara Municipal a fazer? Alguém na cidade sabia o que estava a ser feito? Que respondessem à cidade, aos Presidentes de Junta e aos cidadãos. -----

----- Referiu que a guerra contra o tráfico estava definitivamente perdida porque os grandes traficantes estavam em todo o lado e toda a gente os conhecia, tinham demasiado poder! Agora tinham que tratar dos consumidores doentes, como era obrigação porque os deixaram cair nisso. -----

----- A terminar, perguntou que futuro queriam deixar aos filhos e netos, e aconselhou a que pensassem o que queriam para a cidade, porque Lisboa estava triste e preocupada. Os eleitores iriam estar mais atentos ao trabalho dos autarcas ali presentes, que se não fizessem nada alguém teria de fazer por eles. A regra de ouro na prevenção primária, como todos sabiam mas parecia desconhecera, era não consumir, mas isso não chegava! Alguém teria que fazer alguma coisa nessa área, a cidade estava atenta e, finalmente, a comunicação social também. -----

----- **O Sr. Fernando Manuel Vieira Pereira Marques**, falando em representação da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, com sede na Rua da Palma, n.º 248, 1100-394 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “A democracia não surge como obra fruto do acaso. Podemos mesmo dizer, que nas sociedades primitivas é a lei do mais forte que prevalece, é a lei da sobrevivência, limitando-se a colaboração no necessário para o grupo ter sucesso. Só quando os grupos se libertam da necessidade de satisfazer as necessidades básicas, é que as questões de qualidade de vida se põem e então as questões de garantir direitos e a cidadania à generalidade da população. -----

----- Desde o início do processo na Europa, que se reconheceu que não podia haver democracia sem capacidade de decidir, assente no conhecimento. Já antes de Sócrates se defendia que o estudo e a preparação para a cidadania eram considerados elementos fundamentais e que a organização de espaços de exercício da cidadania eram indispensáveis para a melhoria das condições de vida. -----

----- Assim passou-se de sociedades em que se queriam pessoas submissas, sem opinião e sem criatividade, para sociedades onde pelo contrário ter opinião, exprimi-la e procurar encontrar condições de execução de projectos eram procurados. Se nas sociedades modernas se definiram assim vários poderes complementares, não deixa de ter ganho uma especial importância e dimensão o poder de controlar a informação pelos media. Quanto mais os cidadãos só souberem por via dos media e quanto mais procurarem informação nesse meio e dele estiverem dependentes, mais poder tem. Por outro lado, é natural que este reaja contra os locais e os meios que dão informação por outras vias e onde os cidadãos tenham acesso a informação importante por si e possam desenvolver opiniões livres dos media, ou por campanhas de desprestígio ou sobretudo pelo silêncio. -----

----- As Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto são as herdeiras dos locais onde os cidadãos não envolvidos nos locais restritos, habituais de exercício de poder governativo, se foram encontrando e formando para a democracia, que ganharam especial importância com o Movimento das Luzes e revoluções de além e aquém Atlântico dos finais do século XVIII. Sendo locais de participação e locais de divulgação de informação directa, importantes para o exercício de cidadania, é natural que sejam locais e assunto excluído dos media sujeitos às ideologias de dominação.-----

----- Robert Putnam no seu livro “Making Democracy Work” 1992, diz mesmo que o desenvolvimento numa região, se pode medir pelo seu nível de associativismo, assim como pelo nível de eficiência e eficácia dos seus mecanismos de Justiça, que inclui justiça social e garantias dos direitos humanos nos campos de educação, saúde, habitação e trabalho além dos de exercício da cidadania. -----

----- A educação para a cidadania e o apoio ao associativismo que lhe permita exercer as diversas actividades, são assim, além de elementos fundamentais de desenvolvimento, referências indicadoras do nível de desenvolvimento cívico atingido. -----

----- A Europa afirmou-se a nível mundial pelas estruturas de exercício cívico e pela conquista de direitos humanos alargados, sob governos Social-democratas e Socialistas : no Renascimento o papel dos governos das Cidades Estado foi determinante na criação das condições de desenvolvimento, com mecanismos de regulamentação participados e de justiça eficaz, contra o atraso verificado nas terras entregues aos jogos arbitrários e livres, de exercício de poder ilimitado pelos senhores locais. -----

----- O recente grande avanço da democracia na América Latina e em especial no país irmão do Brasil, com suas experiências de Planeamento e Orçamentação Participativa, não surgiu do acaso ou de vontades políticas ideais, surgiu na sequência de décadas de investimento em democracia participativa pelo associativismo, de que o movimento de Paulo Freire não será caso isolado e de que o ensino básico militante para a participação também deu a sua contribuição, agora mesmo, com a interessante experiência do Orçamento Participativo Mirim de Barra Mansa - Rio de Janeiro. -----

----- Portugal com o seu atraso em Democracia Participativa, sente o desgaste da Democracia Representativa Formal e é difícil imaginar reuniões mensais em Lisboa com a participação de 10.000 habitantes sem uma aprendizagem prévia que passe pelo movimento associativo, de que a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto é a representante. Mas para desenvolver este importante papel para o desenvolvimento, a Federação tem de ter condições. Havendo vontade, é necessário que na Capital de Portugal, o Governo Local colabore, no mínimo mantendo um diálogo construtivo. -----

----- Sabemos que para haver diálogo, além de vontade, há que ter capacidades. -----

----- Estamos conscientes que Portugal, com sua herança centenária de governos autoritários e populistas e com seu atraso económico da instrução para a cidadania e sua marginalidade geográfica, é o que mais longo caminho tem a percorrer para

chegar a uma democracia digna da cultura social-democrata e socialista que fazem da Europa uma referência mundial. -----

----- Achamos um exemplo deplorável de atavismo retrógrado que 9 meses volvidos de assunção de governo autárquico, não se tenha estabelecido um clima de diálogo com a Federação das Colectividades e com a sua Associação Concelhia, para a construção de mais e melhor democracia. É igualmente lamentável a ilustração de estilo governativo actual com o facto de só termos tomado conhecimento pela Internet que está planeada a construção dum Silo Automóvel no edifício camarário onde legalmente a Federação está instalada. Não nos competindo discutir as prioridades do actual executivo, achamos tal decisão uma triste ilustração de estilo governativo, tanto pela ausência de discussão prévia, como ainda mais, pela recusa de diálogo, quando repetidamente a isso solicitada. É que antes de todo o processo se ter iniciado, se teria de encontrar uma alternativa na Capital, para a instalação condigna da sede nacional das colectividades. -----

----- Assim vimos apelar às Senhoras e Senhores Deputados Municipais, assim como membros dos órgãos autárquicos, que estejam sensibilizados para a importância de manter Portugal no caminho do progresso e dos direitos humanos, que tomem todas as medidas para que o processo contra democrático, acima descrito, seja corrigido, e que sejam tomadas medidas garantes que o clima de colaboração democrática dos órgãos de governo autárquico com as estruturas representativas dos cidadãos e de exercício de cidadania seja restabelecido.” -----

----- **O Senhor Presidente**, depois de agradecer a intervenção, disse que em relação à questão da sede procurariam continuar a acompanhar o processo. -----

----- **A Sra. D. Maria Gabriela Felix Gerardo Garcia**, moradora nas Rua Mouzinho de Albuquerque, lote 51 – 1.º esqº, 1170 Lisboa, falando na qualidade de Presidente da Associação de Moradores do Vale de Santo António, referiu que desejava colocar um problema de uma moradora e sócia da Associação, Sra. D. Sandra Maria Martins da Fonseca Alexandre, moradora no Vale de Santo António, Rua Particular à Rua Lopes, n.º 19, r/chão esqº. -----

----- Disse, então, que foram feitos vários pedidos por escrito, quer à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, quer à GEBALIS, que sempre foram indeferidos. Foi-lhe atribuído um fogo camarário em Dezembro de 2001, um T2, que na altura se encontrava de acordo com o agregado familiar da moradora. Só que, ao fim de um mês, a moradora descobriu que estava grávida tendo comunicado à assistente da Câmara Municipal, Dra. Isabel Abrantes, a qual respondera que quando soubesse se era menina ou menino lhe daria a transferência de tipologia de um T2 para um T3 de acordo com o agregado. -----

----- Mas na resposta às inúmeras cartas enviadas pela moradora, o última das quais datada do mês passado, continuavam a indeferir o pedido não lhe dando transferência de habitação. -----

----- Portanto, tendo em conta que no prédio onde mora existem ainda tipologias vagas de acordo com o seu agregado familiar, e também o facto de morar no rés-do-chão

com três crianças e a casa, apesar de ter só um ano, estar já cheia de humidades, vinha pedir a ajuda da Assembleia na resolução deste problema.-----

----- **O Senhor Presidente** disse que procuraria obter resposta, junto da Câmara, à questão colocada. -----

----- **O Sr. João António Gomes Gonçalves**, morador na Rua Pascoal de Melo, n.º 135, 1000-232 Lisboa, disse que queria fazer duas perguntas. -----

----- Primeira: desejava saber onde podia ter acesso ao Relatório e Conta de Gerência do ano 2001 e ao Orçamento para o ano de 2003. -----

----- Segunda: qual a publicidade que a Câmara dava a esses dois instrumentos de gestão. -----

----- É que a sua experiência com os serviços municipais não tem sido estimulante e não tem conseguido ter acesso a esses documentos. -----

----- **O Senhor Presidente** disse que segundo julgava saber esses documentos eram de publicação obrigatória no Boletim Municipal o qual poderia ser consultado em qualquer biblioteca da Câmara, mas, de qualquer maneira, como não tinha a certeza procuraria confirmar isso. -----

----- Seguidamente, deu por encerrado o período de intervenção do público, declarando aberto o período de: -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS** -----

----- **O Senhor Presidente** pôs em apreciação as actas números dez, onze e doze, que previamente tinham sido distribuídas, e como ninguém manifestasse desejo de intervir sobre o conteúdo das mesmas, de imediato as submeteu-as à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Seguidamente, depois de anunciar que por decisão da Conferência de Líderes a seguir ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos apreciariam e votariam os pontos 6 e 7, informou que tinham sido admitidas e estavam já distribuídas as seguintes moções: ---

----- **MOÇÃO N.º 1** -----

----- **Recomendação** -----

----- “A Assembleia Municipal, colocada perante o facto consumado da abertura de um concurso concepção-construção para o chamado túnel das Amoreiras, recomenda: -

----- Que a eventual construção do túnel das Amoreiras seja ponderada no conjunto do sistema viário da cidade e que não prejudique acções prioritárias como completar a rede de circulares, o eixo norte-sul, via central de Chelas, prolongamento da Avenida Afonso Costa (1ª. circular) e ainda o estudo e resolução do nó deficitário Duarte Pacheco – Norte Sul – Avenida de Ceuta; -----

----- Que estas medidas sejam acompanhadas com o esforço de melhoria do espaço público e sua gestão, do sistema de transportes públicos (corredores, sinalização, percursos), com prioridade para o direito de uso por parte dos peões, conjuntamente com medidas de dissuasão da entrada de veículos privados na cidade. -----

----- Em relação ao projecto apresentado à Assembleia Municipal, recomenda a sua revisão em relação aos seguintes aspectos: -----

----- Estudo de impacto ambiental, estudo de segurança, estudo geotécnico, compatibilidade das características do traçado do túnel com o estudo de tráfego já realizado; -----

----- Ponderação do faseamento proposto, encarando uma solução que contemple a prioridade do prolongamento do túnel das Amoreiras até á Rua Rodrigo da Fonseca, medida que se afigura necessária e ajustada para a resolução do tráfego desta zona.” ---

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Silva Dias e Modesto Navarro, do PCP) --

----- **MOCÃO N.º 2** -----

----- A polémica que tem existido em torno do projecto para a recuperação do Parque Mayer, fundamentalmente porque o projecto tem como base a instalação de um Casino naquele espaço; -----

----- Que o Parque Mayer constitui um espaço com características urbanas únicas, marcado historicamente como zona de entretenimento e de lazer, com uma forte tradição na vida artística da cidade de Lisboa, que importa reabilitar e devolver aos lisboetas; -----

----- Que na última campanha eleitoral todas as candidaturas à autarquia tinham como objectivo a recuperação urbana daquele espaço, designadamente a candidatura vencedora, que assumiu o compromisso de recuperar o Parque Mayer, mas nunca referiu que para tal se concretizar, ali seria instalado um casino; -----

----- Que na campanha eleitoral, a candidatura do PSD no seu programa de candidatura à Câmara Municipal de Lisboa, assumiu o compromisso com o eleitorado de fazer “Concursos de ideias em tornos de projectos que, pela sua importância na estrutura da cidade, possam exigir contribuições mais alargadas (Ex. Parque Mayer, Museu da Cidade, Parque de Monsanto)”. (Cf. página 84); -----

----- Que o veto de 08.11.2002 de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República ao Decreto-Lei, aprovado em Conselho de Ministros a 23.09.2002, que prevê uma extensão do Casino Estoril, no Parque Mayer, se baseou, entre outros fundamentos, também na necessidade de um debate prévio nos órgãos Municipais, o que continua por fazer, visto que à Assembleia Municipal ainda não foi apresentado qualquer plano ou projecto; -----

----- Que a Câmara Municipal deliberou no passado dia 19 de Novembro aprovar o pedido de informação prévia para o Parque Mayer, no que respeita aos parâmetros urbanísticos e com os condicionamentos estabelecidos pelo IPPAR, sem o recurso à elaboração do necessário Plano de Pormenor, e sem ter em consideração a Recomendação aprovada pela Assembleia Municipal, em 05 de Novembro; -----

----- Que tal deliberação viola o Regulamento do Plano Director Municipal, designadamente os seus artigos 62º e 63º, além de não ter tido em consideração os impactes que as alterações propostas irão causar no Jardim Botânico e na Sétima Colina; -----

----- Que tal deliberação parece demonstrar que o objectivo fundamental da Câmara Municipal de Lisboa é instalar um Casino no Parque Mayer, sendo a recuperação do Parque Mayer apenas uma oportunidade para concretizar tal objectivo. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida, delibera: -----

----- 1. Censurar a actuação da Câmara Municipal de Lisboa no processo do Parque Mayer, sobretudo, pela forma como tem procurado afastar a Assembleia Municipal de qualquer participação nesta questão; -----

----- 2. Apoiar um projecto de recuperação e renovação do Parque Mayer, que contribua para a vida cultural de Lisboa, com o necessário respeito pela salvaguarda dos impactes sobre o Jardim Botânico e a Sétima Colina; -----

----- 3. Defender a instalação no Parque Mayer de uma forte componente residencial, que deve ser a componente principal, de teatros, cinemas e um Museu ligado às Artes que, pela sua excepcional qualidade, funcione como uma atracção que enriqueça a nossa cidade; -----

----- 4. Exigir que, no quadro legal vigente, qualquer decisão final sobre esta matéria seja tomada respeitando as diferentes competências dos órgãos Municipais designadamente, com a submissão do necessário Plano de Pormenor à Assembleia Municipal de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Presidente do Grupo Municipal do Partido Socialista) -----

----- **MOÇÃO N.º 3** -----

----- **Recomendação** -----

----- “1) Considerando que já foram variadas as propostas apresentadas ao longo dos últimos anos para a recuperação do Parque Mayer; -----

----- 2) Considerando que o Parque Mayer continua na situação de degradação absoluta; -----

----- 3) Considerando que esta Assembleia Municipal já aprovou por unanimidade uma recomendação à Câmara Municipal de Lisboa no sentido de ser informada e de poder debater e decidir sobre o plano de recuperação que o Sr. Presidente da Câmara anunciou publicamente; -----

----- 4) Considerando que até hoje a Câmara Municipal de Lisboa não informou oficialmente esta Assembleia Municipal do seu plano; -----

----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 03 de Dezembro de 2002, decide: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que abra um concurso de ideias, com vista a se encontrar uma proposta para a recuperação do Parque Mayer, que contemple quer a sua característica de espaço cultural e lúdico, quer a reanimação de toda a Av. da Liberdade.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do Bloco de Esquerda) -----

----- **MOÇÃO N.º 4** -----

----- **Recomendação** -----

----- “1) Considerando que no ano passado foi levantada e discutida uma hipótese de solução para facilitar o acesso ao Castelo de S. Jorge, mais tarde abandonada; -----

----- 2) Considerando que o problema do acesso ao Castelo de S. Jorge permanece, quer para a população da colina e do Castelo, quer para o turismo, seja ele nacional ou internacional; -----

----- 3) Considerando que este problema deve ter uma solução ponderada, debatida, equilibrada e devidamente integrada na cidade; -----

----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 03 de Dezembro de 2002, decide: -----

----- 1. Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que abra um concurso de ideias, com vista a se encontrar uma proposta para o acesso ao Castelo de S. Jorge, que contemple quer os visitantes da zona, quer a população residente no Castelo e na colina.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do Bloco de Esquerda) -----

----- **MOCÃO N.º 5** -----

----- **Recomendação** -----

----- “1) Considerando que no passado dia 23 de Julho, nesta Assembleia Municipal, foi debatida a grave situação da Associação de Protecção à Infância da Ajuda APIA; --

----- 2) Considerando que nessa reunião foi solicitado à Câmara a sua acção urgente na resolução do problema apresentado; -----

----- 3) Considerando que apesar do acordo assinado entre a Câmara Municipal e a APIA, o problema continua por resolver, de facto, correndo-se o risco de prejudicar as crianças que esta Associação apoia; -----

----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 03 de Dezembro de 2002, decide: -----

----- Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa a maior celeridade na resolução deste processo, encontrando com a maior urgência as soluções práticas e com futuro, que estabilizem o trabalho social desta Associação.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do Bloco de Esquerda) -----

----- **MOCÃO N.º 6** -----

----- **Recomendação** -----

----- “*Definição de regras orientadoras para a instalação de equipamentos que emitem campos electromagnéticos.* -----

----- A crescente importância que as telecomunicações têm vindo a assumir na vida das pessoas e no funcionamento das instituições, públicas ou privadas, provocou a expansão em grande escala do equipamento eléctrico, a proliferação da passagem de electricidade em linhas de transmissão e de distribuição, em radares, antenas ou em aparelhos que geram automaticamente, pelo seu simples uso, campos electromagnéticos (CEM); -----

----- Com o tempo esses campos tornaram-se vizinhos próximos, ainda que perigosos, pelos riscos que as suas radiações podem provocar no equilíbrio dos seres humanos. --

----- O perigo dessas radiações levou inclusivamente a Organização Mundial de Saúde a lançar em 1996, um projecto internacional de investigação especificamente ligado aos riscos da exposição aos CEM e à avaliação dos seus efeitos sobre a saúde. -----

----- A este projecto foram-se juntando múltiplos estudos, designadamente epidemiológicos, da iniciativa de diferentes países e mais recentemente da Comissão Europeia, comprovando todos eles que os campos electromagnéticos interagem sobre os tecidos, que as ondas emitidas são passíveis de provocar alterações biológicas, tensão nervosa, alergias, depressão, transtornos, afectar a função reprodutora e desencadear alguns tipos de cancro, em particular leucemia, com especial incidência sobre as crianças.-----

----- Os resultados destes estudos, mostram bem a necessidade de regulamentar esta matéria nomeadamente no que diz respeito ao estabelecimento de regras de precaução em relação aos locais escolhidos e distâncias mínimas de segurança na instalação destes equipamentos. -----

----- Os benefícios económicos resultantes do arrendamento do espaço para fixação desses equipamentos contribuiu para o facilitismo e proliferação dos mesmos sob o critério estrito da sua eficiência. É esta tendência que é necessário inverter. -----

----- Nesse sentido a Assembleia de República aprovou uma Resolução em Julho deste ano, através da qual Recomenda ao Governo a elaboração de um Código de Conduta e Boas Práticas (CDBP), que defina os princípios orientadores para a instalação de equipamentos que geram CEM. No entanto, e tendo presente a urgência que o assunto merece, alguma Câmaras Municipais começaram já a elaborar Regulamentos para disciplinar a instalação desses equipamentos. -----

----- Considerando que Lisboa é um dos concelhos com mais equipamentos geradores de CEM, muitos deles instalados em locais de maior risco, como é exemplo o pátio da Escola Secundária D. João de Castro, Lisboa deverá também antecipar-se ao CDBP e proceder de imediato à regulamentação dessas instalações. -----

----- Assim, os eleitos de “Os Verdes”, na Assembleia Municipal de Lisboa, propõem a aprovação da presente recomendação, no sentido de que a Câmara Municipal: -----

----- 1 - Proceda à elaboração de um Regulamento com vista a disciplinar a localização e a instalação de equipamentos que geram campos electromagnéticos, nomeadamente radares, antenas de telemóveis e rádio e linhas de transformação, transmissão e transporte de energia, com o objectivo de eliminar ou reduzir, tanto quanto possível, os efeitos decorrentes dos CEM sobre os seres humanos. -----

----- 2 - O Regulamento, a apresentar a esta Assembleia até ao dia 31 de Março de 2003, deverá nomeadamente: -----

----- a) Obrigar que a instalação de redes para linhas de alta e média tensão seja submetida a processo prévio de avaliação de impacte ambiental; -----

----- b) Estabelecer as distâncias mínimas de segurança e as áreas a interditar, em função das fontes geradoras dos CEM, designadamente da sua caracterização, frequência, permanência e utilização, bem como dos efeitos produzidos e sua potencial extensão; -----

----- c) Definir indicadores de equipamento por área, no sentido, não só de acautelar a salvaguarda do interesse público, mas também de induzir a partilha de equipamentos entre diferentes proprietários e operadores, obrigando à redução das infra-estruturas às necessidades técnicas e não ao critério de mercado. -----

----- d) Assegurar a informação prévia, aos cidadãos directamente interessados, aquando da instalação das respectivas antenas; -----

----- e) Determinar a fiscalização e avaliação periódica das redes e antenas instaladas as medições frequentes dos CEM, bem como a divulgação pública dos resultados obtidos. -----

----- 3 - Promova, eventualmente em articulação com as outras entidades envolvidas, a correcção das situações actualmente existentes que constituam manifesto risco para a

saúde e o bem-estar dos cidadãos, salvaguardando em especial as crianças, jovens, bem como as pessoas portadoras de *pacemaker* bem como de outras situações de risco.” -----

----- (Subscrita pelo Deputados Municipais Manso Pinheiro e José Luís Ferreira, do PEV) -----

----- **MOCÃO N.º 7** -----

----- “No dia 25 de Novembro passaram 27 anos sobre uma data histórica para Portugal. -----

----- Se com o 25 de Abril de 1974, Portugal iniciou a sua caminhada no sentido da Liberdade, com o 25 de Novembro de 1975, Portugal consolidou a sua opção por uma Democracia do tipo ocidental, pondo fim a algumas tentativas de instaurar em Portugal um novo regime totalitário. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 3 de Dezembro de 2002, delibera; -----

----- 1) Saudar mais uma passagem dessa data histórica para Portugal, que é o 25 de Novembro de 1975. -----

----- 2) Saudar também todos aqueles, que pela sua acção, política ou militar, deram nessa data, um contributo decisivo para que se viva em Portugal, num regime livre e democrático.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, do CDS-PP) -----

----- **MOCÃO N.º 8** -----

----- “Nos últimos dias tem vindo a público um conjunto de factos, indiciando a existência de práticas de pedofilia, e até mesmo a existência de uma rede pedófila com ligações a elementos da Casa Pia de Lisboa. -----

----- Perante factos de tamanha gravidade, perante um verdadeiro clima de suspeita e de desconfiança que se vai instalando, perante um verdadeiro sentimento de choque sobre este assunto, a Assembleia Municipal de Lisboa não pode ficar alheia ou silenciosa. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 3 de Dezembro de 2002 delibera: -----

----- 1) Saudar a instituição Casa Pia da Lisboa, bem como todos os seus funcionários, que ao longo de anos e anos a têm servido com empenho e dedicação, cumprindo uma missão socialmente importante o de reconhecido mérito e interesse público. -----

----- 2) Condenar de forma clara e inequívoca, todos e quaisquer comportamentos de pessoas ligadas à Casa Pia, que indiciem a prática de pedofilia e de abuso sexual de crianças e adolescentes alunos desta instituição. -----

----- 3) Solidarizar-se com as vítimas de abusos sexuais e com as suas famílias. -----

----- 4) Saudar a Comunicação Social, pelo papel relevante que tem tido na denúncia destes casos, mostrando assim estar à altura das suas responsabilidades para com a sociedade em geral, sempre em defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. -----

----- 5) Exigir que toda a verdade sobre este caso seja descoberta e esclarecida, independentemente das pessoas que estejam envolvidas e das funções que as mesmas ocupam ou ocuparam. -----

----- 6) Desejar os maiores sucessos à nova Provedora da Casa Pia de Lisboa, e a todos os seus colaboradores, para que sejam restituídos o bom nome e a dignidade desta importante instituição, cuja função é, a todos os títulos meritória, e de reconhecido interesse público e social. -----

----- 7) Tornar pública esta moção, dando conhecimento ao Ministério da Segurança Social e Trabalho; Casa Pia e publicação em 2 Diários nacionais”. -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves, do CDS-PP) -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Os trabalhadores portugueses estão confrontados com a mais violenta e vasta ofensiva, desencadeada após o 25 de Abril, de forma global e articulada, pelo Governo PSD/PP e grande patronato, contra conquistas e direitos fundamentais, alcançados com árduas lutas e grandes sacrifícios. -----

----- Através do famigerado pacote laboral visam desregular e precarizar o trabalho; tomar os custos de trabalho mais baratos, pela redução dos salários e das prestações complementares; colocar as relações de trabalho na dependência absoluta do poder patronal. -----

----- Esta ofensiva manifesta-se ainda: no aumento generalizado dos preços; na diminuição do poder de compra dos salários, em particular do Salário Mínimo Nacional; na degradação do valor das pensões de reforma; na injusta política fiscal; na destruição do sistema público universal e solidário da segurança social; no desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, no enfraquecimento das políticas de educação e ensino; no incremento da ruptura de solidariedades e de regressão da igualdade de direitos. -----

----- A proposta do Governo de actualização do SMN em 2,4% significa perda do poder de compra (a primeira vez desde 1994) e constitui um instrumento contra o justo crescimento de todos os salários. -----

----- Ao reduzir o valor do salário mínimo em termos reais, o que haverá é uma convergência do salário mínimo com as pensões mínimas. -----

O Governo pretende alterar a Lei de Bases da Segurança Social, aprovada há menos de dois anos, na sequência de um longo e laborioso processo de análise e fundamentação que envolveu muitas camadas sociais e foi sujeita a debate público e negociação em sede de concertação social. Para este efeito fez já aprovar pela sua maioria parlamentar a Proposta de Lei n.º 20/IX, que visa potenciar o negócio dos bancos e das seguradoras com pensões de reforma e outras prestações. -----

----- No que concerne à saúde está em curso o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, através do novo Regime de Gestão Hospitalar e da lei dos Centros de Saúde, promovendo o Governo a entrega de serviços rentáveis ao sector privado. -----

----- No que se refere à educação e ao ensino, o Governo procura favorecer o subsistema privado em detrimento do público, a quem retira recursos humanos,

financeiros e pedagógicos e, por outro lado, promove a insegurança no emprego e um bloqueio negocial com os sindicatos do sector. -----

----- Foi perante este quadro que se considera inaceitável pela grave e violenta ofensiva contra os trabalhadores que o Conselho Nacional da CGTP-IN decidiu convocar a greve geral para o próximo dia 10, sob o lema contra o pacote laboral, por políticas salariais e sociais justas com 5 objectivos centrais: -----

----- 1. Impedir a aprovação do pacote laboral; -----

----- 2. Melhorar o poder de compra dos salários, por uma política fiscal justa que combata as crescentes desigualdades, a evasão e fraude fiscal; -----

----- 3. Defender o sistema público, universal e solidário da segurança social; -----

----- 4. Defender e reforçar o Serviço Nacional de Saúde ao serviço dos utentes; -----

----- 5. Defender o sistema de ensino público. -----

----- Importa alertar os trabalhadores e a população em geral, para as manobras que, a pretexto de pequenas cedências ou até de falsos recuos, mais não visam que esconder a gravidade dos objectivos que continuam nela inscritos. -----

----- A aprovação da Proposta de Lei significaria um forte retrocesso social, o desequilíbrio absoluto de toda a legislação laboral a favor do patronato, a desumanização das relações de trabalho, a drástica redução dos direitos sindicais e dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e significaria, ainda, um incentivo à inércia do patronato e a manutenção de um modelo de desenvolvimento baseado nos baixos salários, muita precariedade e desrespeito pelas leis, reconhecidamente esgotado e com efeitos desastrosos para o futuro do País. -----

----- Urge, portanto, dar expressão máxima à greve geral, realizada no dia em que se celebram os Direitos Humanos, e em tempo oportuno, isto é, durante a discussão e antes da aprovação na generalidade pela Assembleia da República do pacote laboral, ou seja, da Proposta de Lei do Código do Trabalho (prevista para 15 de Janeiro). -----

----- Estamos convictos de que não haverá progresso social sem respeito pelos direitos dos trabalhadores, não haverá desenvolvimento sem progresso social e não haverá progresso social e desenvolvimento sem a participação activa dos trabalhadores, sem a afirmação das suas reivindicações e a conquista de novos direitos laborais e sociais. ---

----- O futuro está nas mãos de quem trabalha.” -----

----- **O Deputado Municipal Sérgio Lipari Pinto (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, no uso da palavra, disse que nesta quadra natalícia não poderia deixar de lembrar a todos os Deputados Municipais que a actividade municipal só fazia sentido se fosse em função das pessoas, e no caso especial da Assembleia Municipal se fosse em função dos munícipes de Lisboa, o que passava, necessariamente, por repensarem Lisboa, isto é, a forma como deveriam administrar e gerir de modo a conferir mais e melhor qualidade de vida a todos os lisboetas. -----

----- Repensou-se a orgânica dos serviços camarários, criou-se o modelo que foi possível, negociou-se aquilo que foi capaz de se negociar perante uma assembleia como a Assembleia Municipal de Lisboa, pelo que agora era tempo de começarem a

repensar e a influenciar por um novo modelo para as freguesias, nomeadamente por uma melhor intervenção entre mesmas e as populações residentes. -----

----- Todos sabiam, porque viviam há anos em Lisboa, que o modelo que vigorava em Lisboa era um modelo esgotado. Eventualmente poderia servir *lobbys*, interesses, corporativismos, mas de forma alguma servia eficazmente os lisboetas e as suas aspirações. -----

----- A título de exemplo, agora que estavam em período de iluminações festivas de Natal, lembrava à Assembleia o desperdício de milhares de contos que nessa rubrica iam voando por ignorarem a regra básica da negociação em bloco, ou por não saberem ou não poderem ir à origem do problema que era Taywan. Enquanto Presidente de Junta não andava a reboque de interesses, e muito menos de empresas que apenas criavam ónus sociais. -----

----- Por isso, lembrava a necessidade de se unirem para combaterem esse problema de forma eficaz. Aliás, agora que estavam no final do ano se calhar valia a pena todos fazerem um balanço entre o custo de algumas iniciativas tradicionais, versus satisfação, mais-valia conferida à população, porque se calhar teriam alguma surpresa nessas iniciativas tradicionais. -----

----- Mas desde já desejava salientar que a experiência de alguns Deputados Municipais que ali estavam era o capital mais valioso da Assembleia Municipal, se efectivamente quisessem enfrentar o complexo problema de estabelecer uma tarefa a médio prazo por uma Lisboa diferente, a construir não em função das próximas eleições mas em função da próxima geração. -----

----- Todos os Deputados Municipais sabiam, e os municípios também, da falta de planeamento que tem existido na cidade como da falta de uma política sustentada que gradualmente tivesse o mérito de ir pondo côbro às imensas insuficiências que possuía a Cidade de Lisboa, quer a nível da segurança, quer a nível da habitação convencional, quer ao nível trânsito, mas tudo isso, fundamentalmente, por ainda se não ter entendido o papel determinante das freguesias, as quais não conseguiam expressar a sua vontade e, mais grave que isso, a vontade das populações que representam por não possuírem condições, quer financeiras, quer de recursos humanos que lhes permitissem responder ao que quer que fosse e muito menos participar nos processos de planeamento da gestão urbana da cidade, de modo aceitável e frutuoso. --

----- Sabiam que era assim, e pessoalmente estava certo que podiam mudar a situação.-

----- Disse, ainda, que, na prática, o Presidente de uma Junta de Freguesia não era um político eleito. Era, isso sim, um técnico para todo o serviço quando possuía habilidade, disponibilidade e empenho para tal, e era também a pensar em tudo isso que lançava à Assembleia, em especial à oposição, um repto no sentido de que permitisse que o próximo ano se traduzisse no ano da mudança, porque na Autarquia de Lisboa era necessária uma mudança fracturante e a Assembleia Municipal teria não só que aceitar como também contribuir para que se rompesse com a manutenção de aparelhos administrativos desadequados e de sistemas públicos caducos que tantas vezes agravavam os problemas dos municípios em vez de contribuírem activamente para a sua resolução. Era premente e dignificante que os Deputados Municipais, em

prol de Lisboa e dos lisboetas, tivessem a coragem de, uma vez por todas, assumir um compromisso de mudança, implicasse esse compromisso o que quer que fosse, porque estava certo que todos ali desejavam acabar com os estrangulamentos e mesmo roturas existentes em campos essenciais da vida colectiva dos lisboetas. -----

----- Disse que tinha uma grande esperança que no próximo ano tivessem todos a coragem necessária para não permitir que vencesse a guerrilha política, muito menos a negligência e a inépcia de uma oposição que, a ser ver, estará ainda a viver não de convicções mas sim de ressentimentos e de resistência à perda de poder. -----

----- A todos um bom Natal, disse a concluir. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que queria começar com dois registos que preferiria não ter que os fazer, mas a tal se via obrigado. -----

----- O primeiro era para lamentar a estranha ausência por parte da Vereação na hora regimental para o início da reunião, já que chegaram 40 minutos depois da hora marcada sem uma informação prévia ao Sr. Presidente da Assembleia, a quem tinham perguntado quais os motivos do atraso e não havia explicação para isso. De facto, só a boa-vontade e espírito construtivo fizeram com que tivessem esperado pela Câmara Municipal para que esta reunião se pudesse iniciar e a cidade não saísse prejudicada devido às propostas que tinham para analisar e votar. -----

----- O segundo era para registar, mais uma vez, a ausência do Sr. Presidente da Câmara no início dos trabalhos, não sabia mesmo se durante toda a reunião, como vinha sendo hábito nos últimos tempos, o que evidenciava, esperava que não, um certo desprezo ou desrespeito pela Assembleia Municipal, que sendo o Parlamento da cidade era o local onde deviam ser discutidas as políticas e as propostas com o Presidente da Câmara, primeiro responsável pelo Executivo Municipal, ainda por cima num dia em a Assembleia tinha que ouvir o público da cidade a apresentar as suas dúvidas e reclamações. -----

----- Portanto, este duplo registo de lamento, de crítica, que evidentemente preferiria não ter que o fazer. -----

----- Disse, depois, que a razão da sua intervenção era, em primeiro lugar, para manifestar o repúdio do Partido Socialista relativamente à deliberação tomada, há cerca de 15 dias, em Sessão de Câmara, sobre a aprovação de um pedido de viabilidade para o Parque Mayer, repúdio esse que se prendia-se, em primeiro lugar, com o facto do mesmo não respeitar o Plano Director Municipal. E que não se viesse com a argumentação que se tratava de viabilizar um simples prédio que manteria a mesma cota de altura, não era esse o caso, porque o que se tratava era de analisar um plano de recuperação para uma zona da cidade que tinha, seguramente, pelo menos três hectares e um volume de construção bastante significativo. -----

----- Portanto, qualquer plano de viabilização do Parque Mayer teria que passar pela apresentação de um plano de pormenor, ou um plano específico, que, como se sabia, teria que ser debatido e aprovado na Assembleia Municipal. -----

----- Por essa razão, era seu entendimento que estavam perante uma deliberação ilegal que contrariava duas vezes a lei: a que acaba de referir, e ainda uma outra porque

neste momento não havia nenhuma lei que permitisse a instalação de um casino em Lisboa. Portanto, ao ter-se aprovado essa deliberação em Câmara estava-se, evidentemente, a contrariar a lei geral, conseqüentemente a deliberação era nula por ilegal. -----

----- Mas essa manifestação de rejeição e de lamento que estavam a apresentar, significava que não iriam ter em discussão pública um plano de pormenor com os respectivos estudos de impacto ambiental, urbanístico e de tráfego, e evidentemente com a conseqüente discussão pública e também na Assembleia Municipal. E com isso perdia a cidade, perdiam os moradores de Lisboa, nomeadamente os habitantes daquela zona específica, e perdiam todos. -----

----- Mas o que pensavam os cidadãos sobre esta questão? -----

----- O que pensavam os agentes económicos, por exemplo os comerciantes da Baixa, em relação ao projecto e à proposta apresentada? -----

----- O que pensavam a Ordem dos Arquitectos e a Ordem dos Engenheiros sobre a proposta apresentada? -----

----- O que pensavam as instituições de solidariedade sobre a proposta apresentada, principalmente na sua vertente do Casino, ou o que pensava até a própria Igreja sobre esta questão? -----

----- É que nem sequer houve um debate público! Aliás, tinha-se até a impressão que o Parque Mayer era um pretexto para se construir um casino e não a razão fundamental que os deveria fazer discutir essa matéria. -----

----- Continuando, disse que por aquilo que sabiam e pela proposta apresentada, estavam, provavelmente, perante um mau projecto, já que era um projecto que não estabelecia, em primeiro lugar, uma relação harmoniosa entre o que se pretendia recuperar, ou seja, entre o Parque e o magnífico Jardim Botânico que estava por trás. Até lhes parecia que se propunha ali um muro de betão entre o Parque e o Jardim, qualquer coisa de inacreditável e que merecia um debate envolvendo a Assembleia Municipal e também as Ordens dos Arquitectos e dos Engenheiros e os cidadãos em geral. -----

----- Por outro lado, era um projecto que previa um tipo de animação para a zona que mais parecia uma exportação do modelo do Bairro Alto para outras zonas da cidade. Muita animação que previa a chegada de pessoas habitantes noutras áreas que iam dinamizar e animar a zona, com incómodo para quem lá habitava e que depois, às três ou quatro horas da madrugada, deixavam de novo aquela zona desabitada ou deserta. --

----- Era, quanto a si, uma animação unicamente baseada no jogo, e desejava dizer à Assembleia que estava mais que provado em estatísticas, pelo menos em relação ao Casino Estoril, que mais de 90% dos apostadores no casino era apostadores nacionais, e destes mais de 60% eram oriundos da classe média/baixa, o que tinha um significado social determinado. Era uma animação que punha em causa até o projecto cultural que lhe estava subsequente, e era um projecto que traria, provavelmente, impactos ambientais e urbanísticos muito negativos para a cidade. -----

----- Em primeiro lugar, em termos de tráfego, ainda por cima com a ameaça do túnel das Amoreiras com uma saída directa para a Av. da Liberdade, nem um parque de

estacionamento de 5.000 lugares resolveria a procura que iria ter aquela zona em termos de jogo. -----

----- Em segundo lugar, teriam estacionamento em cima dos passeios, teriam estacionamento da zona do Marquês de Pombal até ao Terreiro do Paço, portanto com inconvenientes para quem ali desejasse conviver por outras razões e para quem ali morava. Aliás, não se percebia como podia o Sr. Presidente da Câmara reclamar, como um dos seus objectivos programáticos, uma fixação de população residente no centro da cidade, um combate à desertificação, e se propusesse um casino à porta dos cidadãos. -----

----- Portanto, estavam preocupados com o projecto, não tanto pelo casino mas pelo projecto em si, e gostariam que esse projecto da Câmara, como outros projectos, pudessem ser debatidos na cidade, pudesse haver um concurso de ideias de como reabilitar aquela zona para que se pudesse encontrar a solução que melhor servisse os interesses daquela zona, os interesses da Baixa e também os interesses da cidade em particular. -----

----- E que não se viesse dizer que o PS não propunha alternativas, porque o PS já propusera duas vias para se encontrar uma solução para a recuperação do Parque Mayer: a primeira, implementando um programa Polis para a zona, apesar de em relação ele, com certeza por desconhecimento, o Sr. Presidente da Câmara ter dito que 500.000 euros não chegariam para recuperar o pórtico de entrada. Mas gostava dizer que a implementação do programa Polis significava 15% de investimento de fundos municipais, 10% de investimento de fundos nacionais e 75% de investimento de fundos comunitários. Portanto, numa base de 9 milhões de contos, que foi o valor apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara como verba plausível para recuperar o Parque Mayer, significaria que num primeiro ano teriam um investimento de um milhão de contos ou até mais do que isso. Por isso, não percebia o porquê de tal rejeição à partida e a razão porque não se pudesse debater perante a Assembleia Municipal e perante a comunidade pública de Lisboa uma solução desse tipo. -----

----- Depois, uma segunda via, tinha a ver com a proposta apresentada pelos Vereadores do PS em Sessão de Câmara, que foi rejeitada no mesmo dia em que a maioria aprovara a tal proposta que, no entender do PS, feria a legalidade. -----

----- O importante, continuou, era que debatessem a melhor solução para a cidade, a melhor solução para o Parque Mayer, e que não fossem confrontados com situações de facto consumado. -----

----- Por isso, dizia ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e pedia-lhe que transmitisse ao Sr. Presidente da Câmara uma vez que ele não estava presente – já o tinha dito a semana passada naquilo que respeitava ao túnel das Amoreiras – que aquilo que definia o político de superior envergadura era a sua capacidade para dialogar, a sua capacidade para reconhecer que provavelmente o caminho que teria apontado de início não seria o melhor caminho, e a sua capacidade para encontrar as melhores soluções depois de se promover um amplo debate sobre as questões. -----

----- Disse, ainda, que o PS ainda estava na expectativa que o Sr. Presidente da Câmara reconsiderasse sobre o caminho que queria percorrer em relação ao parque

Mayer, que aceitasse que a sua proposta não estava consentânea com os imperativos legais, que propusesse um plano de pormenor para o Parque Mayer e que o mesmo fosse debatido com as forças vivas da cidade como também debatido e aprovado na Assembleia Municipal, e que não tivesse receios porque se fosse um bom projecto com certeza que o Partido Socialista daria o seu apoio, como já o provara na Assembleia Municipal em relação a outras questões apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente, por exemplo, a recente aprovação do plano de reestruturação da Câmara Municipal. -----

----- Portanto, estavam atentos a esta matéria. Estavam à espera dum sinal do Sr. Presidente da Câmara em relação a essa questão. Mas, se persistisse, também estavam à espera que o Ministério Público pudesse agir porque não poderiam pactuar perante uma situação de ilegalidade. -----

----- Por conseguinte, deixava este convite ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, que já demonstrara ser um político de bom-senso e uma pessoa que procurava consensos, para que transmitisse ao Sr. Presidente da Câmara que o Partido Socialista estava atento a esta matéria, que não pactuaria com ilegalidades, mas estava fundamentalmente interessado num grande debate sobre como recuperar o Parque Mayer. Se calhar o debate que não tinha sido feito no passado e que a actual Câmara poderia agora questionar porque não foi, porventura porque houve outras prioridades como, por exemplo, recuperar ou promover a habitação social. Mas agora chegara o momento de tratar do Parque Mayer, em boa hora o Sr. Presidente da Câmara colocara isso no seu programa de candidatura. Mas então que o discutissem todos, que encontrassem a melhor solução, uma solução que servisse Lisboa, que servisse os cidadãos e que promovesse a animação sustentada da Baixa sem pôr em causa outros equilíbrios que era necessário preservar. -----

----- Terminou deixando o convite para uma reflexão sobre a matéria, e pediu que não se avançasse com situações de facto consumado porque não pactuariam com isso. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, disse que a proposta de recomendação que “Os Verdes” apresentaram era uma resposta ao caos reinante no que se referia à localização e instalação de linhas de alta tensão, radares, antenas de rádio ou de operadores de telefones celulares, uma realidade que se justificava pela ausência de regras definidas para o ordenamento desses equipamentos e pela falta de medidas de prevenção, que a presente recomendação pretendia alterar. --

----- Na verdade, continuou, o que vinha acontecendo era que os operadores de serviços têm procedido à instalação de antenas sem sujeição a quaisquer regras de carácter paisagístico e sem terem em atenção os perigos que as suas radiações podiam provocar nos seres humanos, e em Portugal existiam perto de 10.000 antenas de telemóveis, pelo menos era o que constava do registo da Autoridade Nacional de Comunicações, a ANACOM. Aliás, estava ainda prevista a instalação de mais 14.000 para a criação da rede dos chamados telemóveis de terceira geração. -----

----- Também um levantamento efectuado pela ANACOM revelava que só no Distrito de Lisboa existiam 2.178 antenas de telemóveis, o que representava 25% do total existente em Portugal, e dessas uma boa fatia encontrava-se no Concelho de Lisboa. --

----- Ora, os impactos urbanísticos negativos e, sobretudo, os resultados dos diversos estudos que sobre a matéria foram feitos, traduziam a necessidade da adopção de regras de precaução relativamente aos locais escolhidos e distâncias mínimas de segurança na instalação de equipamentos que gerassem campos electromagnéticos. ----

----- Essa recomendação alargava-se também ao reconhecimento do direito da sociedade ser plenamente informada sobre os reais riscos a que se encontrava exposta, bem como ao dever dos poderes públicos assegurarem a protecção dos cidadãos contra esses efeitos nocivos para a saúde. -----

----- Disse, ainda, que tendo esses dados presentes a Assembleia da República aprovava a Resolução 53/2002, publicada no Diário da República de 3 de Agosto, através da qual recomendava ao Governo a elaboração de um código de conduta e boas práticas, que definisse os princípios orientadores para a instalação de equipamentos que geravam campos electromagnéticos. -----

----- No entanto, tendo presente a delicadeza da matéria e os riscos envolvidos, algumas Câmaras, um pouco por todo o lado de Norte a Sul do País, haviam já arrancado para a elaboração de regulamentos que disciplinassem a instalação desses equipamentos. -----

----- Por tudo isso, “Os Verdes” consideravam que sendo Lisboa um dos concelhos com mais equipamentos dessa natureza, muitos dos quais instalados em locais de risco, deveriam nesta matéria procurar apanhar o pelotão da frente e, portanto, antecipar-se também ao código de conduta. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que das duas moções que apresentara, em nome do CDS-PP, a primeira fizera-a com satisfação e a segunda com alguma tristeza. -----

----- A primeira, relativa ao 25 de Novembro, apresentava-a com satisfação porquanto se tratava de uma data histórica para Portugal, uma data em que Portugal consolidara a sua opção por uma democracia do tipo ocidental. Se com o 25 de Abril de 1974 Portugal iniciara a sua caminhada no sentido da liberdade, com o 25 de Novembro de 1975 Portugal consolidara a sua opção por uma democracia de tipo ocidental pondo fim a algumas tentativas para instaurar um novo regime totalitário. E a Assembleia Municipal de Lisboa, como Parlamento da Cidade que era, tinha o dever de saudar esta data como a de saudar também todos aqueles que pela sua actuação, política ou militar, deram um decisivo contributo nesta matéria. -----

----- Porém, na segunda Moção fazia uma referência com tristeza, tristeza essa que tinha a ver com os factos que a fundamentavam. Efectivamente, nos últimos dias tinham sido confrontados com o revelar de inúmeros factos de casos de abuso sexual de menores na Casa Pia de Lisboa, situação que, naturalmente, não podia deixar de entristecer toda a gente e que era a todos os títulos condenável. -----

----- E se era certo que a Assembleia Municipal deveriam fazer uma saudação à instituição que era a Casa Pia de Lisboa, que ao longo de anos e anos vinha servindo com empenho e dedicação uma missão socialmente importante e de reconhecido mérito e interesse público, também era verdade que a Assembleia Municipal teria de condenar, de forma clara e inequívoca, todo e quaisquer comportamentos de pessoas

ligadas à Casa Pia que indiciassem a prática de pedofilia e de abuso sexual de crianças e adolescentes dessa instituição. -----

----- A Assembleia Municipal deveria solidarizar-se com as vítimas e com as suas famílias, como deveria também saudar a comunicação social pelo papel que vinha tendo na denúncia desses factos, fazendo a ressalva que deveriam sempre e em qualquer circunstância serem defendidos os direitos, liberdades, garantias e o bom nome dos cidadãos. -----

----- Disse, ainda, que a Assembleia Municipal de Lisboa, perante esses factos, deveria exigir que toda a verdade sobre esse caso fosse descoberta e esclarecida, independentemente das pessoas que estivessem envolvidas, dos lugares e das funções que ocuparam, ou ocupam, na sociedade portuguesa. -----

----- Por fim, disse que a Assembleia deveria ainda, a seu ver, desejar todos e os maiores sucessos à nova Provedora da Casa Pia de Lisboa bem como a todos os seus colaboradores, para que o bom nome da instituição regressasse à praça pública, porque também não podiam deixar que uma parte, e uma parte má, fosse tomada pelo todo. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Vale de Almeida (BE)**, no uso da palavra, disse que apenas desejava colocar algumas questões bastante pragmáticas em relação às moções e recomendações que foram apresentadas. -----

----- Referiu, então, que o Bloco de Esquerda votaria a favor da recomendação apresentada pelo PCP sobre o túnel das Amoreiras e da recomendação do PEV sobre a instalação de equipamentos que emitiam campos electromagnéticos. -----

----- No entanto, quanto à recomendação apresentada pelo PS em relação ao Parque Mayer, entendiam que a mesma teria que ser analisada ponto por ponto uma vez que o seu terceiro ponto seria resolúvel através da aprovação da recomendação do Bloco de Esquerda sobre o lançamento de um concurso de ideias, em vez especificar tão explicitamente a ocupação residencial que, obviamente, ficava um pouco ambígua na forma como estava redigido esse ponto. -----

----- Sobre as recomendações apresentadas pelo Bloco, disse que o acordo já assinado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a APIA-Associação para a Protecção da Infância da Ajuda estava parado em termos da sua implementação e era absolutamente necessário resolver, de facto, a situação ali criada. Por isso, apelavam e exigiam que esse processo fosse resolvido com a maior celeridade uma vez que já estavam definidos os parâmetros dessa mesma resolução. -----

----- Por outro lado, sobre a recomendação que pedia o lançamento de dois concursos de ideias, um para o Parque Mayer e outro para o acesso ao Castelo de São Jorge, disse pensar que as duas questões estavam ligadas pelo facto de que a cidade necessitava de formas mais democráticas e abertas para planear o seu futuro, e colocadas as questões como estavam neste momento em relação ao Parque Mayer e o banho-maria em que se encontrava a questão dos acessos ao Castelo, pensavam que a melhor solução para esses assuntos seria justamente a abertura de concursos de ideias que pudessem ser amplamente debatidos pelos cidadãos da Cidade de Lisboa. -----

----- Mas estariam claramente contra a Moção do CDS-PP relativa ao 25 de Novembro, pela simples razão de que se tratava de uma interpretação de cariz ideológico sobre uma data e um acontecimento, que não pertencia ao âmbito dos consensos da democracia e da República Portuguesa, ao contrário, por exemplo, do 25 de Abril que era um feriado. Portanto, pronunciar-se-iam claramente contra essa tentativa muito subjectiva de apropriação ideológica de uma data que estava ainda muito mal entendida e cujos contornos não eram ainda totalmente claros. -----

----- Disse, ainda, que se congratulavam com o consenso obtido entre os partidos relativamente à Moção sobre a Casa Pia, agora mesmo apresentada pelo CDS-PP, mas desejava tecer algumas considerações pessoais que, segundo julgava, seriam compartilhadas pelo resto da sua formação política, e que tinham a ver com o facto de que o tipo de aplauso pelo tratamento dessa questão pela comunicação social, que era evidentemente inegável, era imediatamente suspenso quando começavam a ver formas de aproveitamento perfeitamente “voairístico”, e mesmo pornográfico, dessa questão nalguns noticiários de televisões, nomeadamente a SIC e a TVI, quando começavam a ver a criação de situações que propiciavam a exigência de formas de justiça popular, de denúncia das pessoas sem fundamento, ou de radicalização de certo tipo de penas que seriam desapropriadas no quadro legal português, e, finalmente, também por uma espécie de falta de pedagogia para evitar que na opinião pública menos esclarecida se fizesse uma confusão absolutamente ilícita entre pedofilia e homossexualidade, já que a pedofilia era uma actividade criminosa, tanto do ponto de vista legal como moral, cometida igualmente por indivíduos de orientação sexual para o mesmo sexo e para sexo diferente, e, infelizmente e sem que isso significasse nenhuma estigmatização, era estatisticamente maioritária entre os heterossexuais. -----

----- Na defesa de um direito humano não se podia espezinhar um outro direito humano, disse a terminar. -----

----- **O Deputado Municipal António Prôa (PSD)**, no uso da palavra, disse que queria referir dois aspectos relativos a medidas recentemente tomadas pela Câmara Municipal, que lhe pareciam ser de sublinhar pela importância, simbólica e não só, que a Cidade de Lisboa deveria desempenhar na defesa da lusofonia. -----

----- Um primeiro tinha a ver com a cooperação com a República Democrática de Timor-Leste, para saudar a Câmara Municipal por ter decidido em boa hora não só manter como reforçar o apoio que a Autarquia vinha dando ao povo de Timor, antes e depois da sua independência. -----

----- Referia-se, concretamente, a dois protocolos assinados no passado mês de Outubro: um que dizia respeito à reconstrução do antigo Palácio do Governador, que pessoalmente tinha conhecido absolutamente em ruínas, e que se destinava a residência oficial do Presidente da República que presentemente não tinha um espaço para receber condignamente visitas oficiais, porque com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa a sua reconstrução contribuiria decisivamente para a dignificação do povo de Timor-Leste e das suas instituições, no caso concreto da Presidência da República, muito em particular na pessoa do Presidente Xanana Gusmão. -----

----- Um outro protocolo assinado, que decorria dum primeiro investimento realizado pela Câmara Municipal ainda no mandato anterior, na Faculdade de Ciências da Educação de Timor-Leste, dizia respeito ao apoio que a Câmara Municipal de Lisboa entendera dar à formação de técnicos timorenses para rentabilizar a utilização da gráfica, que era gerida pela Câmara Municipal mas com o objectivo de ser colocada à disposição do Governo de Timor-Leste. -----

----- Portanto, sublinhava estes dois aspectos porquanto eles, para além da continuação, significavam também o reforço e o empenho acrescido da Câmara Municipal de Lisboa na colaboração com a República Democrática de Timor-Leste. --

----- Um outro aspecto ligado à cooperação que também lhe parecia significativo, tinha a ver com o relançamento da UCCLA pelo facto da Câmara ter reforçado, em cerca de dez vezes mais, o orçamento que habitualmente destinava a essa importante organização para defesa da lusofonia, já que passara de 250.000 euros para 2,5 milhões de euros o que só por si era significativo do empenho que a Câmara e a Cidade de Lisboa deveriam ter na defesa da lusofonia. -----

----- Aliás, na sequência desse relançamento do papel importante da UCCLA no contexto da cooperação estratégica de Portugal com os países lusófonos, era também de referir a recente realização da Assembleia Geral da UCCLA, na cidade da Praia, onde ocorrera a eleição do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Pedro Santana Lopes, como Presidente da sua Comissão Executiva, o que, a seu ver, os honrava a todos enquanto lisboetas e dizia bem do seu empenho pessoal na dinamização desse importante órgão de cooperação. -----

----- Disse, ainda, que em virtude desse reforço financeiro para a UCCLA foram logo decididas medidas concretas, nomeadamente na recuperação de edifícios e infra-estruturas, o que lhe parecia uma medida muito acertada porque se materializava e tornava na ajuda em instrumentos essenciais para a dignidade dos povos lusófonos. ---

----- Portanto, saudava a Câmara Municipal porque com acções concretas e com verdadeiro empenho viabilizara e reforçara o papel da UCCLA enquanto instrumento de defesa da lusofonia, e nesse sentido também uma ajuda preciosa para o papel que devia ter a cooperação no desenvolvimento do País. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que era com mágoa que fazia suas as palavras do Deputado Municipal do PS que o antecederia quando se referia ao episódio que levava ao atraso do início desta reunião. Era uma mágoa proporcional à honra que tinha em pertencer à Assembleia Municipal de Lisboa, como era proporcional também à mágoa de ver que os munícipes que queriam expôr os seus problemas tiveram que esperar que algum representante do Executivo estivesse presente. -----

----- Findo o desabafo, referiu-se à Moção n.º 1 dizendo que era uma recomendação que por força do Regimento acabava por ser votada hoje, a frio, separada por uma semana do debate que a originara, embora tudo o que foi dito então estivesse nessa recomendação. -----

----- Contudo, desejava realçar dois aspectos que foram transversais a todas as intervenções das bancadas, inclusivamente o espírito e a intervenção do Sr. Vice-

Presidente da Câmara. O primeiro aspecto tinha a ver com a necessidade de encarar o acesso ocidental a Lisboa no conjunto do sistema viário da cidade; a necessidade de encontrar soluções locais inseridas nesse conjunto, nomeadamente naqueles nós que fora da cidade ou já dentro do tecido urbano faziam o rebatimento entre o trânsito de penetração e o trânsito transversal; a necessidade de uma gestão do espaço público que privilegiasse a segurança dos peões e a eficácia dos transportes públicos; e um segundo aspecto que era uma chamada de atenção para alguns erros e omissões, nomeadamente na falta de estudos ancilares do projecto e um certo atropêlo metodológico quando se fazia a proposta do concurso público sem que esses estudos, sobretudo aqueles que diziam respeito à segurança dos utentes do eventual túnel, tivessem sido feitos atempadamente. -----

----- E, já fora do âmbito da recomendação, decidiram chamar a atenção e louvar as medidas de disciplina do trânsito no Bairro Alto, a que pessoalmente desejava os melhores êxitos, medida essa que enquadrava, historicamente, numa outra série de medidas como aquela que há 20 anos tirara os carros da Rua Augusta, por sugestão de um autarca que embora estivesse nos antípodas da ideologia do PCP teriam que louvar – Nuno Abecasis – ou aquela que há cerca de 10 anos tirara do Terreiro do Paço os automóveis, mostrando que era possível à agressividade de um túnel e à agressividade dos automóveis contrapor tranquilidade e respeito pelo homem, portanto o sentido de humanizar a cidade. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que esta sua intervenção procuraria centrar-se apenas numa questão de actualidade que muito os preocupava, relacionada com a Cidade de Lisboa. Não iria falar mais sobre a Moção do Parque Mayer visto que ela estava debatida, não iria falar sobre o Bairro Alto visto que a sua camarada Ana Sara Brito iria falar sobre isso, portanto iria referir-se, sobretudo, ao problema que tem afectado o subsolo da cidade, que, aliás, era uma questão tremendamente importante. -----

----- Começou então por dizer que estranhavam de alguma forma a falta de rapidez com que a Câmara Municipal informara os munícipes sobre aquilo que se vinha passando no subsolo da cidade, situação tanto mais importante quanto era público e notório a sensibilidade que era necessária para aquele problema. Estava a falar, obviamente, da exigência que existia no subsolo da Baixa. -----

----- Perante esta sucessão de aluimentos, que já ia em sete, entendia o PS que era importante que a Câmara disse ali algo sobre o assunto, assunto que, curiosamente, nem sequer perpassava pela informação que o Sr. Presidente da Câmara hoje fizera chegar à Assembleia Municipal, o que tinham que achar estranho para além de ser preocupante. Não se tratava de querelas partidárias, não era isso que os movia, o que os movia era apenas uma preocupação séria sobre a cidade, e esta questão dizia respeito a uma matéria em relação à qual a Câmara tinha competência para dizer algo e certamente o diria. -----

----- Mas o PS queria reforçar que estava preocupado com essa questão e entendia que era preciso debatê-la, quiçá alguns erros que se teriam cometido no passado mereciam também que se reflectisse sobre eles, mas sobretudo ponderar se teria que vir a ser

necessário estabelecer restrições a alguns projectos em termos futuros, designadamente o túnel rodoviário do Terreiro do Paço. Já não falava do túnel do Metro porque, segundo o Sr. Vice-Presidente da Câmara, não afectaria nada o problema do subsolo da Baixa, mas isso seria matéria que certamente teriam oportunidade de debater com mais pormenor. -----

----- No entanto, queria trazer à colação um outro tema conexo com esse, que era uma matéria que também muito os preocupava e para a qual entendia que a Câmara Municipal de Lisboa teria que estar devidamente sensibilizada, e que tinha a ver com o problema do caniço de Alcântara. Era um problema complexo, um problema absolutamente central para a cidade que entendiam que a Câmara estava a descurar perigosamente. E dizia perigosamente, acentuando a palavra, porque se tratava de uma questão essencial para a estabilidade da cidade em que qualquer mês que se estivesse a perder seria mais um mês em que corria perigo essa estabilidade. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, a propósito do que foi dito pelo Deputado Municipal Miguel Coelho no início da sua intervenção, disse que era bom que os Deputados Municipais que ali estavam pela primeira vez neste mandato tivessem conhecimento do que se passava na anterior Vereação relativamente que ao apêlo constante que agora se fazia às supostas ausências do Sr. Presidente da Câmara, porque se lembrava de debates sobre o estado da cidade em que o anterior Presidente da Câmara chegava ali “despejava” e ia-se embora. Só recordava isso para que não ficasse ali a ideia de que esta Vereação estava ao arrepio do que era tradição da Assembleia Municipal, quando a verdade era que estava a melhorar. Poderia melhorar mais? Certamente que sim e o Sr. Presidente da Câmara tomaria nota disso, mas era óbvio que estava claramente muito melhor que no tempo do Dr. João Soares. -----

----- No entanto, excepcionava dessa situação os Vereadores António Abreu e Vasco Franco porque, esses sim, faziam ali o papel do “Tratado de Tordesilhas” respondendo metade cada um àquilo que era da área dos respectivos partidos. Mas longe esteve sempre a presença do Sr. Presidente da Câmara nessa matéria. -----

----- Referindo-se ao Parque Mayer, disse que para o PSD a questão era clara! Uma coisa era deliberar outra era debater, isso era evidente. Isto é, havia deliberações que cabiam em matérias das competências próprias de cada um dos órgãos e certamente ninguém queria pugnar pela invasão de competências nesses casos. Portanto, até sugeria que se fizesse um debate como o que se fizera sobre o túnel das Amoreiras relativamente à questão do Parque Mayer para que isso ficasse esclarecido. -----

----- Isto porque, relativamente à Moção do PS, tinha efectivamente dúvidas quanto ao facto de ser precisa a intervenção deliberativa da Assembleia Municipal, e enquanto isso não estivesse claro era óbvio que o PSD viabilizaria debates para troca de ideias como acontecera relativamente ao túnel das Amoreiras. -----

----- A propósito, recordou que no final do mandato anterior o PSD por várias vezes tentara que se fizesse um debate alargado sobre o problema da Baixa, mas então não houve agenda disponível por parte da Vereação. Isso envolvia a construção do Metro e o subsolo da Baixa Pombalina, pelo que o problema que o Deputado Municipal Dias

Baptista agora ali referira já o PSD, no final do anterior mandato, o quisera discutir. A Vereação anterior não teve data disponível para discutir o tema, foi uma pena, mas agora com a nova Vereação, mais disponível e mais participativa, certamente encontrariam matéria para esse facto. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra disse que a sua Junta, as colectividades e os moradores do Bairro Padre Cruz vinham defendendo ao longo dos anos a construção dum polidesportivo no Bairro Padre Cruz, um dos maiores bairros sociais da Cidade de Lisboa, onde residiam cerca de 9.000 habitantes e onde actuavam, diariamente, várias colectividades, associações de moradores, agrupamentos de escuteiros e outras instituições. -----

----- Em todas as oportunidades possíveis, os diversos eleitos da Junta de Freguesia e os dirigentes das colectividades tinham alertado os Vereadores, assessores e demais técnicos da Câmara para essa situação. Por ocasião das visitas à freguesia de dois assessores do Sr. Vereador Pedro Feist, em Outubro do corrente ano, a Junta de Freguesia e a Direcção de uma colectividade tiveram oportunidade de relembrar essa justa aspiração, e na reunião realizada por ocasião de uma dessas visitas as três partes – Câmara, Junta e colectividade – acordaram na necessidade de se avançar para essa obra, tendo-se a Junta disponibilizado para articular com o Departamento do Desporto no sentido de viabilizar, no mais curto espaço de tempo, a construção do referido equipamento. -----

----- Portanto, foi com grande espanto que tiveram conhecimento da proposta n.º 693/2002, do Sr. Vereador Pedro Feist, apresentada na última reunião de Câmara, porque lamentavam que o Sr. Vereador apresentasse um contrato/programa de desenvolvimento desportivo a assinar com a Junta de Freguesia de Carnide e a colectividade sem que antes ele tivesse sido apresentado e discutido previamente com esses parceiros de contrato, como igualmente lamentavam que tivessem tido conhecimento da proposta por terceiros e não pelo Gabinete do Sr. Vereador. -----

----- Não concordavam com o articulado porque o que estava combinado era um financiamento por parte da Câmara na totalidade, já que iria ser um polidesportivo municipal, e não com apenas cerca de 20% do financiamento sendo a restante verba da responsabilidade da colectividade. -----

----- Disse, ainda, que no referido contrato programa a Câmara não se comprometia a elaborar o caderno de encargos e a fazer o acompanhamento técnico, e que nesse mesmo documento apenas cabia à Junta o simples papel de fiscal da Câmara Municipal de Lisboa, papel esse que a Junta não estava habituada a fazer e por isso nem se disponibilizava para começar a fazer. -----

----- Referiu que continuariam a lutar pela construção desse polidesportivo no Bairro Padre Cruz, um polidesportivo para toda a comunidade e não apenas um polidesportivo privado. -----

----- Disse, ainda, que na Sessão de Câmara foi apresentado um documento subscrito pela Junta de Freguesia e pela colectividade, pelo que, depois, o Sr. Vereador retirara a proposta sem contudo referir a razão pela qual a retirava. -----

----- Todavia, no período da intervenção do público, quando confrontado por um dirigente da colectividade sobre o facto, o Sr. Vereador ofendera os eleitos da Junta de Freguesia de Carnide ao dizer – estava em acta – que a verba não era para o polidesportivo mas para a sede social da colectividade, pelo que convidava todos a lerem o contrato/programa para verem que o que efectivamente lá constava é que era para a construção dum polidesportivo. -----

----- Mas, mais grave ainda, foi ter referido que a Junta não tinha assinado porque queria ficar com os apoios que eram para as colectividades. -----

----- Logo a seguir, segundo disse, solicitara uma reunião ao Sr. Vereador para esclarecerem a situação, mas até hoje continuava sem resposta. -----

----- A finalizar, disse que a Junta de Freguesia de Carnide não recebera 150.000 euros como uma Junta de Freguesia recebera para apoio ao fomento das colectividades e do desporto, mas sempre apoiara durante o corrente ano, técnica e financeiramente, as colectividades se não elas tinham fechado a porta porque só agora lhes estavam a chegar os apoios. Por isso, entendia que era uma ofensa aquilo que o Sr. Vereador disse sobre os eleitos da Junta de Freguesia de Carnide. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra disse que no passado domingo, dia 1 de Dezembro, se tinha dado início ao encerramento do trânsito em parte da sua freguesia, e a partir do dia 13 de Dezembro esperava-se que ficasse completado todo o processo de implementação. Com certeza que havia aspectos que após avaliação teriam que ser aperfeiçoados, por exemplo, esperavam que as empresas de cargas e descargas rapidamente adquirissem o equipamento para assim poderem, sem problemas, fazerem as cargas e descargas no horário expressamente aprovado. -----

----- Respirava-se melhor, a mobilidade era boa e as ruas que eram estreitas até pareciam mais largas porque não tinham carros. Havia sempre resistência à mudança, mas as situações que iam ocorrendo iam sendo resolvidas com esclarecimento e diálogo, portanto, havia uma maior segurança. Agora, porém, tinham que ser eficazes no controlo do horário dos estabelecimentos nocturnos. -----

----- Disse, depois, que formalmente começara para si o aspecto da reabilitação urbana mais importante da freguesia. Mas era necessário recuperar, não edificio a edificio mas quarteirão a quarteirão, e as obras só deveriam ser aprovadas com a instalação de uma casa de banho para que não se mantivesse a pia de todos os despejos na cozinha das casas. Século XXI! -----

----- Por outro lado, a requalificação do Jardim de São Pedro de Alcântara, com a colocação no tabuleiro inferior da estatuária que de lá tentaram roubar. É que o Jardim de São Pedro de Alcântara era um *ex-libris* da cidade, visitado por milhares de turistas estrangeiros e nacionais, e era um espaço de lazer para os que o queriam fruir e apreciar uma das mais belas das sete colinas. -----

----- A TV-Cabo era importante que fosse colocada num bairro histórico como o Bairro Alto para se retirarem as antenas que destruíam os telhados, porque, como já referira no mandato anterior, tinham espinhas de peixe e tinham agora os pratos para

essas espinhas de peixe. A TV-Cabo não podia destruir equipamentos, edifícios e a beleza do Bairro Alto. -----

----- Exaustores de fumos e cheiros. As pessoas tinham direito ao seu cheiro mas não tinham que ter o cheiro dos cozinhados dos vizinhos. Neste momento estava a decorrer uma reunião com os comerciantes no Lisboa Clube Rio de Janeiro com a finalidade de se manter a limpeza do Bairro Alto. -----

----- Disse, ainda, que queria publicamente agradecer aos funcionários da EMEL porque eles foram excepcionais. Eles cumpriram o seu dever mas cumpriram para lá do seu dever já que estiveram sempre disponíveis na Junta de Freguesia para atender tudo e todos e para fora de horas trabalhar. -----

----- Foi uma equipa que trabalhara para que essa acção se pudesse iniciar no passado dia 1 de Dezembro, mas desejava também agradecer publicamente aos funcionários da Junta que não pediram horas extraordinárias apesar de terem trabalhado no sábado todo dia para que a sua freguesia continuasse a ser linda. -----

----- Mas desejava também referir ao Sr. Presidente da Câmara que a sua assessora, Dra. Dina Vieira, merecia da sua parte um elogio. Quando era preciso criticar estava pronta a criticar, mas quando era preciso elogiar também estava pronta a elogiar, e ela realmente tinha sido inexcelável. Houve uma outra assessora de um outro Presidente de Câmara, a Dra. Jacira Fonseca, que também não se poupou a esforços, de dia e de noite, para manter a Junta de Freguesia informada de todos os passos e de todos os pormenores. Era assim que via a relação entre a Câmara e as freguesias. -----

----- A concluir, disse que começara agora uma nova fase, uma fase de alegria. Aliás, os “seus” moradores ainda hoje lhe diziam, ternamente, que se respirava melhor e que já podiam dormir melhor. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que embora correndo o perigo de se repetir não podia deixar de voltar à questão do subsolo da Baixa da cidade para lembrar que já há mais de seis meses, em nome do seu partido, apresentara ali uma proposta para que houvesse um estudo profundo sobre as condições em que se encontravam esses terrenos. -----

----- De facto, estarem ali a discutir na Assembleia, ou na Vereação, as causas e as maneiras de resolver o problema, a seu ver não levava a lado nenhum já que o problema era muito complexo. O problema não era político, as decisões a tomar essas sim seriam, mas só poderiam ser tomadas depois de haver um estudo profundo, feito por técnicos competentes, que caracterizasse perfeitamente a situação em que se encontravam os terrenos. -----

----- Esses terrenos foram sacudidos pela última vez já há mais de 200 anos, eram terrenos muito complexos, à medida que os anos foram passando poder-se-iam estabilizar mas sobrevieram uma série de obras feitas sem pensar nessa situação, como, por exemplo, os túneis do Metropolitano, as caves do Banco Nacional Ultramarino e todas as pequenas caves que foram fazendo os proprietários dos vários prédios. Portanto, era preciso que houvesse um estudo completo e profundo, estudo esse que a Câmara deveria encomendar quanto antes para depois de estar a situação caracterizada se poderem, então sim, tomar as decisões políticas. -----

----- Sobre a Moção apresentada pelo CDS-PP a propósito do 25 de Novembro, disse que o PPM se iria associar a esse voto por considerar que nessa data se fechara um ciclo da Revolução do 25 de Abril, a partir da qual foram afastadas do crescendo larvar de tomada do poder forças que não tinham a necessária legitimidade eleitoral. Nessa data, segundo disse, caíram por terra as previsões de que nunca em Portugal haveria uma democracia burguesa, ou seja, uma democracia baseada no voto dos cidadãos e não na vontade de órgãos de direcção de um qualquer partido único. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, disse que no último fim-de-semana saíra um artigo na comunicação social onde o Sr. Presidente da Câmara confirmava a transferência da actual Feira do Relógio do Bairro dos Lóios para as traseiras do mesmo bairro, e achava no mínimo estranho que quando estava em causa um assunto tão complexo e de difícil solução a Câmara tomasse essa decisão sem ouvir, ou sequer informar, a Junta de Freguesia de Marvila sobre qual era a intenção. -----

----- De facto, não compreendiam que a Câmara não tivesse outra solução para resolver esse problema, que era um problema grave e difícil, e se propusesse resolvê-lo andando com ele 600 metros mais para o interior da freguesia. Ou seja, a Câmara não ia resolver o problema da Feira do Relógio mas apenas deslocá-lo. -----

----- Ainda segundo a comunicação social, já que oficialmente não sabia de nada, a feira iria para a Av. Santo Condestável, para próximo dos terrenos do hipermercado Feira Nova, onde ficaria próxima do equipamento social dos trabalhadores da Portugal Telecom; nas traseiras da Rua Adães Bermudes que pertencia ao Bairro dos Lóios; nas traseiras do Bairro da Flamengo, ou na sua frente; e nas traseiras do Bairro das Amendoeiras, ou seja, a solução encontrada, a ser verdade, era uma péssima solução porque não iria resolver o problema mas sim deslocá-lo para dentro. -----

----- A Feira do Relógio estava agora num extremo da freguesia e, ao deslocá-la para dentro, a Câmara, com todo aquele arraial, os problemas de estacionamento e demais dificuldades que lhe estavam subjacentes, estava apenas a mudar para uma outra zona esse tipo de problemas que até agora lá não existiam. -----

----- Portanto, era um problema que deveria merecer a melhor atenção do Sr. Presidente da Câmara. Era certo que a Junta não tinha soluções, mas entendia que ela deveria ser ouvida na busca de soluções a encontrar e não ser informada pela comunicação social de qual era a solução para a Feira do Relógio. -----

----- Sobre as moções apresentadas, disse que o PCP as ia votar todas favoravelmente, com excepção da referente ao 25 de Novembro, que falava em democracia “tipo ocidental”, já que para si e para o PCP as democracias não tinham “tipo”, ou eram democráticas ou não eram democráticas, eram democracias a fingir. E porque o tipo de democracia que daí saíra era um tipo igual a muitas outras democracias que conheciam, do “tipo” da exploração do homem, do “tipo” de cada vez os ricos serem mais ricos e os pobres serem mais pobres, como ainda hoje a comunicação social referia que havia milhões de pessoas a viver com um euro por dia. Esse tipo de democracia combatiam-na e não a desejavam, e porque acreditavam que havia alternativa para essa política era que o PCP iria votar contra. -----

----- **O Senhor Presidente**, a propósito de “democracia tipo ocidental” disse que o subscritor da Moção já tinha substituído essa parte por “democracia pluralista”. Já mandara distribuir essa alteração aos líderes, mas, de qualquer maneira, na altura da votação chamaria a atenção para isso. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, no uso da palavra, disse que era conveniente que se soubesse o que se dizia e quando e como se dizia. É que quando ouvira dizer, há pouco, que esta reunião da Assembleia Municipal tinha começado com 40 minutos de atraso porque se tinha estado à espera da chegada do Sr. Vice-Presidente, confessava que se tinha rido para dentro, já que quem tinha feito essa afirmação não sabia que a Assembleia era independente do Executivo e que começava à hora que o seu Presidente determinava, independentemente de estar presente ou não o Presidente ou qualquer Vereador da Câmara. -----

----- Esse, de resto, era um assunto que se discutira muito em tempos, não valia a pena agora voltar a isso. A Assembleia era soberana e não funcionava por estar ou não estar presente Sr. Presidente da Câmara, pese embora a lei referir que ele devia estar presente. Mas era bom que ficasse claro que a Assembleia era soberana e funcionava por ela própria quando havia *quorum* para funcionar, pelo que afirmações descabidas como as que foram feitas não ilustravam quem as fazia, antes descredibilizavam. -----

----- Sobre a questão do Parque Mayer, disse que muito se tinha falado sobre isso mas a sensação que tinha era que havia ali qualquer coisa que teria a ver com a incapacidade que o anterior Executivo teve para resolver essa questão. Mesmo quando o tentara fazer com um casino, ao longo dos doze anos de poder não tinha sido capaz de resolver o problema. -----

----- E agora, que se vislumbrava uma solução que permitia resolver o problema, surgiam todas essas tentativas para o tentar emperrar. Nomeadamente levantava-se o problema do volume de trânsito na Av. da Liberdade, mas, a propósito, desejava recordar que em 1990, quando a maioria de esquerda ganhara as eleições pela primeira vez, o Executivo de então mandara parar todas as obras que estavam em execução na Av. da Liberdade, porque era preciso – afirmou-se na altura – elaborar o plano de pormenor da avenida. Mas perguntava onde está, ou onde esteve o plano quando um ano depois se desencadeara todo aquele processo de construção na avenida sem qualquer plano de pormenor e aumentando-se substancialmente a concentração de viaturas na Av. da Liberdade. -----

----- Sobre o caneiro de Alcântara, matéria ali referida pelo Deputado Municipal Dias Baptista, disse que como Vereador se fartara de questionar o Vereador que ao tempo tinha o Pelouro responsável por essa questão, e estava tudo bem! Na Assembleia Municipal também nunca tinha ouvido ninguém levantar o problema, mas a então maioria passara agora a oposição e o caneiro já estava mal! -----

----- Esse tipo de atitudes, quanto a si, não credibilizavam quem as tomava, porquanto se estava mal, estava mal, se estava bem, estava bem! Portanto, quando várias vezes, e por mais que uma vez, questionara o sistema, tudo bem, não havia problemas, mas, agora, o caneiro estava mal! -----

----- Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Silva Dias, disse que também desejava dizer algo de semelhante: a credibilidade que ganhavam tinha que ver com a maneira como se comportavam nas diferentes situações, e realmente tinha pena que o Deputado Municipal Silva Dias não tivesse sido tão activo nos seus comentários quando se tratara ali do lamentável caso que foi o triste Elevador de São Jorge. -----

----- Sobre os buracos nas ruas da Baixa, disse que não sabia o que se estava a passar, mas certamente a Vereação, dentro de dias, lhes saberia dizer. Todavia não esquecia que quando houve o primeiro desmoronamento no subsolo do Terreiro do Paço, ali mesmo da bancada onde agora falava questionara o então Presidente da Câmara e a resposta foi: “esse é um problema do Governo”! Ou seja, a Câmara entendia que não tinha nada a ver com isso, o que, pessoalmente, lamentara na altura profundamente. Mas agora, se calhar, a Câmara seria a culpada do que se estava a passar na Baixa! ----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, novamente no uso da palavra, referiu que desejava dizer ao Deputado Municipal Athayde Carvalhosa que só conhecia uma categoria de Deputados Municipais, não havia aqueles que podiam participar e depois os outros que tinham o privilégio de intervir e fiscalizar a actuação dos Deputados Municipais. Era o que faltava! -----

----- Disse, depois, que o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa tinha que perder o tique de continuar a acusá-los daquilo que não fizeram no passado. Tinha que perceber que estavam num novo mandato e que tinham toda a legitimidade, que nem ele nem ninguém lhes retiraria, para criticar o actual Executivo. -----

----- Aliás, o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa tinha percebido mal porquanto não tinha criticado na sua intervenção o Executivo municipal. O que fizera foi lamentar e chamar a atenção para um problema da Cidade de Lisboa, e um problema da Cidade de Lisboa, tanto quanto sabia, não tinha a ver com este ou aquele Executivo mas com todos os que ali estavam, era uma questão de cidadania. -----

----- E essa, quisesse ou não o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa, iriam exercê-la sempre. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, novamente no uso da palavra, disse que queria fazer um pedido, quase pessoal, à Vereação e aos Deputados Municipais que se sentavam do lado direito da Sala em relação à Mesa, para que esquecessem La Fontaine. É que sempre que abria a boca – e não eram muitas as vezes – ou alguém do lado esquerdo da Assembleia, lhes vinham logo com a história do lobo e do cordeiro: “se não foste tu, foi o teu pai”, e todos os problemas da cidade parecia que eram da culpa do cordeiro! Estava farto de fazer de cordeiro! -----

----- Mas não seria grave se o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa, que muito estimava e cujas intervenções ouvia com muito agrado, não os acusasse de cobardia intelectual, ou seja, que antigamente estiveram calados e agora falavam. Isso era penoso, sobretudo quando invocava o caso de Elevador de São Jorge, porque embora o ligassem solidariedade política, solidariedade cultural e inclusive amizade pessoal e respeito ao anterior Presidente da Câmara, a verdade era que na Assembleia Municipal, nos jornais e na Ordem dos Arquitectos sempre se opusera à construção do

elevador, mas desejava que o fim desse episódio tivesse similitude com o facto semelhante, mas mais grave, do túnel das Amoreiras. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, apresentada pelo PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- A **Moção n.º 2**, apresentada pelo PS, a pedido do BE, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 2, por unanimidade. -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS e PEV, votos contra do PSD, CDS-PP e PPM, e a abstenção do BE. -----

----- Aprovar o ponto 4, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra do PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, apresentada pelo BE, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV, PPM e BE, e votos contra do PSD e CDS-PP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 4**, apresentada pelo BE. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 5**, apresentada pelo BE. -----

----- A **Moção n.º 6**, apresentada pelo PEV, foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por unanimidade. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, PS, CDS-PP, PEV e BE e votos contra do PPM. -----

----- Aprovar o ponto 3, por unanimidade. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 7**, apresentada pelo CDS-PP, com votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e votos contra do PCP, PEV e BE, com a seguinte alteração introduzida pelo proponente: na parte não deliberativa, onde estava “por uma Democracia do tipo ocidental” passaria a estar “por uma Democracia pluralista”. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 8**, apresentada pelo CDS-PP. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as votações, deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa sobre a actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 - Proposta 413/2002;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 542/2002;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 568/2002.** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 576/2002;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 577/2002;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta 578/2002.** -----

----- **Ponto 8 - Proposta 580/2002;** -----

- Ponto 9 - Proposta 582/2002; -----
- Ponto 10 - Proposta 583/2002. -----
- Ponto 11 - Proposta 590/2002; -----
- Ponto 12 - Proposta 610/2002; -----
- Ponto 13 - Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2003/06;-----
- Ponto 14 - Orçamento do Município de Lisboa para o Ano de 2003; -----
- Foi distribuído um aditamento com mais os seguintes pontos: -----
- Ponto 15 - Proposta 643/2002; -----
- Ponto 16 - Proposta 650/2002. -----
- Foi distribuído um segundo aditamento com mais os seguintes pontos: -----
- Ponto 17 - Proposta 651/2002; -----
- Ponto 18 - Alteração do Regulamento do Conselho Municipal d Segurança.--

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA C.M.L. ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente** recordou que este ponto começava com uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara, se ele entendesse intervir, seguiam-se depois as perguntas dos partidos à Câmara e as respostas da Câmara, após o que terminava este ponto, ou seja, a Câmara teria a última palavra. Não queria dizer que noutros pontos fosse assim, mas neste o Regimento era claro. Não sabia se seria o melhor, mas era o modelo que estava em vigor. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse dado a agenda ser carregada procuraria ser breve e começaria por se referir aos pontos levantados por algumas intervenções ali havidas no período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- Assim, em primeiro lugar, desejava dar nota do que se passara com a UCCLA para referir que a Câmara Municipal de Lisboa, tinha decidido, por unanimidade, reforçar de modo significativo o seu empenho nessa organização, o que teria consequências este ano e nos próximos, a nível de um trabalho de cooperação que podia ser feito entre as cidades e que, como teve ocasião do dizer em Cabo Verde, os Estados não têm sabido, querido ou podido fazer. -----

----- Sobre a questão da Baixa e do Terreiro do Paço, disse que não ia ali falar sobre La Fontaine, sobre fábulas ou sobre quem era o lobo e quem era o cordeiro, mas tinha a certeza que para aqueles que acreditavam nessas histórias aquilo que estaria a acontecer na Baixa, neste momento, era com certeza da responsabilidade deste

Executivo que tinha as culpas de tudo o que se ia passando por aí, mesmo quando as obras não eram da sua responsabilidade. -----

----- De facto, não dava a resposta que foi dada no mandato anterior, ou seja, não dizia que esse assunto era com o Governo. No entanto, desejava deixar claro que a obra do Terreiro do Paço não era da responsabilidade da Câmara. A Câmara tem procurado acompanhá-la desde o início, ele próprio, a dado momento, tivera ocasião de fazer declarações públicas insurgindo-se contra algumas atitudes ou declarações do Senhor Ministro das Obras Públicas que não tiveram na devida atenção o papel da Autarquia nesse processo. -----

----- Mas àqueles que estranhavam a prudência das suas declarações nesta matéria, dizia que achava curioso que às vezes entendessem que se falava muitas vezes e outras vezes entendessem que se falava de menos. Contudo, nesta matéria, pensava que toda a prudência não era de mais. A Câmara, como referira, tem procurado acompanhar a situação, as informações que vinham da parte dos técnicos e nomeadamente o que tem ouvido da parte do Sr. Vice-Presidente, ia no sentido de que a responsabilidade dos acontecimentos que se têm verificado em várias zonas da cidade, mas principalmente na Baixa, era atribuída à degradação das condutas, e aqui era bom salientar que apesar da Câmara receber sete milhões de contos de taxas por ano tinha aplicado só em trabalhos de conservação da rede uma percentagem que não chegava a 20% desse montante, e, portanto, era natural que com meio século de idade que a rede tinha existisse essa degradação que podia explicar grande parte do que tem acontecido. -----

----- No entanto, apesar dessas explicações técnicas, não tinham descansado sobre elas e tinham procurado trabalhar sobre todas as variáveis. Ainda na noite passada, com o Sr. Vice-Presidente, depois das reuniões sobre o Orçamento com os vários Vereadores, estiveram a trabalhar sobre essa matéria. -----

----- Ainda sobre a mesma matéria, disse que o aterro que foi construído em frente ao Terreiro do Paço, por causa do túnel do Metro, foi feito em 1997 e para durar um ano, mas estavam já em 2002 e esse aterro, todo ele fronteiro, portanto constituindo algum impedimento à entrada das águas com os padrões de circulação que antes se verificavam, com certeza que tinha o seu relevo no funcionamento dos subsistemas que existiam na zona. No entanto, desejava dizer que, apesar dessa realidade e que tivessem conhecimento, não existia nem existiu em toda essa fase dos trabalhos um piezómetro que medisse os níveis da água, nomeadamente os níveis da água debaixo do solo da Baixa depois da construção desse aterro, para ver se, de facto, tinha havido alteração desses mesmos níveis e concretamente com consequências, ou não, ao nível da estabilidade do próprio solo, como o Sr. Vice-Presidente da Câmara teve ocasião de referir ali na última reunião da Assembleia Municipal. -----

----- Havia sensores em Lisboa que mediam os níveis e os caudais de outras condutas, a EPAL tem feito essa monitorização, esse controlo em relação às suas condutas de água, mas a Autarquia não tinha um único sensor que medisse os níveis e os caudais das condutas de saneamento – isso se calhar era responsabilidade do actual Executivo – pelo que a aferição e o controlo do que se passava nesse domínio estava neste momento a ser dotado pela Câmara com os instrumentos necessários à verificação e ao

controlo e acompanhamento de índices e de variáveis que deveriam estar permanentemente sob o controlo da Autarquia. Era evidente que isso nunca tinha acontecido até hoje, a Assembleia Municipal na vigência do Executivo anterior certamente debatera o assunto profundamente, calculava que tivesse pedido informações sobre a matéria e que elas tivessem sido fornecidas, mas não houve possibilidades de contemplar no plano de investimentos essas medidas que diria elementares para a Autarquia dispor do controlo da situação. -----

----- De resto, era curiosa a intervenção ali havida em relação ao caneiro de Alcântara, porque também pela parte da Câmara não tinham sido feitas medições permanentes e devidamente sistematizadas quanto ao caudal nesse mesmo caneiro. Portanto, calculava que as sobrecargas existentes nesse caneiro ao longo dos anos, resultantes de trabalhos da Refer e de outras entidades, como por exemplo da Fertagus, tivessem merecido da parte da Assembleia Municipal a devida preocupação, o devido acompanhamento e o devido estudo. Por isso, com certeza iria encontrar nos documentos da Assembleia os elementos necessários que os habilitassem a uma intervenção que seria desenvolvida numa sessão de trabalho que o Sr. Vice-Presidente da Câmara iria ter no próximo dia 16, em relação a essa matéria do caneiro de Alcântara. -----

----- Voltando à questão do Terreiro do Paço, disse que: primeiro, a obra era da responsabilidade do Governo; segundo, que o assunto era de inteira preocupação e de inteira sensibilidade para a Autarquia, não respondiam que era do Governo mas diziam que era do interesse absoluto da Autarquia; terceiro, que estavam a tomar as iniciativas técnicas e de trabalho que a Câmara considerava adequadas para ter os elementos necessários ao controlo da situação; quarto, que não fazia sobre essa matéria declarações que contribuíssem para qualquer alarme ou para qualquer situação de insegurança injustificada, não fazia qualquer declaração sem estar na posse dos elementos que cientificamente o habilitassem a pronunciar as declarações que entendesse correctas. Nem declarações tranquilizadoras, nem declarações que contribuíssem para qualquer insegurança. Não ia dizer que a situação era totalmente segura, como não diria o contrário: dizia tão só que os indicadores que tinham apontavam que a causa do que se tem verificado esteja fundamentalmente ligada à deterioração da rede, e nomeadamente ao facto de pouco se ter trabalhado para a conservação ou mesmo para a renovação dessas redes nessa zona da cidade, mas não só nessa. -----

----- Esta, disse, era uma matéria em relação à qual mesmo que não tivesse sido interpelado tinha intenção de falar, mas era matéria para a qual pedia a compreensão da Assembleia. Nos próximos dias esperavam ter mais dados que dessem uma maior tranquilidade. Aliás, chamava a atenção que esses abatimentos não se verificaram só na Baixa de Lisboa, também noutras zonas da cidade aconteceram, o que era um indicador que apontava para a causa a que fizera referência. É que se todos esses factos tivessem ocorrido na mesma zona da cidade a preocupação, obviamente, seria maior. Como era sabido já tinha acontecido em Benfica e noutras zonas da cidade, o

que os levava a considerar que as causas poderiam ser outras. Mas não podiam ser descuradas essas realidades! -----

----- Em relação ao aterro em frente do Terreiro do Paço conversara com o Sr. Vice-Presidente sobre os níveis de água salgada que existirão por baixo da praça, até onde, qual a zona de convergência com os lençóis de água que vinham de outras zonas da cidade, portanto onde se encontravam, qual o nível de pureza e qual o nível de conservação dessas mesmas águas apesar da existência do aterro, qual o grau de sustentabilidade que ofereciam ao solo da Baixa, enfim, tudo matérias que tinham estado a ser acompanhadas pela Câmara, assim como o Sr. Vice-Presidente estava a tratar também do acompanhamento das consequências dos desvios que existiram nos colectores, feitos também com a participação da Câmara, nomeadamente nas ruas principais da Baixa. E aquilo que podia existir ao nível da saída desses mesmos colectores, na zona onde acabava a responsabilidade da Câmara no final da Praça do Terreiro do Paço, e depois havia um nível onde a responsabilidade era das obras do Metropolitano. -----

----- Mas as chuvas caídas em abundância nas últimas semanas podiam ter conduzido a situações nas juntas das condutas do saneamento, que não eram juntas estanques como podia ser explicado pelos técnicos, e podiam ter contribuído para algumas das realidades que aconteceram nos últimos dias e nas últimas semanas. -----

----- Só queria dar esta certeza no sítio próprio, perante os Deputados Municipais, do trabalho de acompanhamento permanente da parte da Câmara em relação a esse processo. Admitiam a possibilidade de solicitar a colaboração de técnicos de fora do País, mas o Sr. Vice-Presidente garantia-lhe – e afirmava a sua inteira confiança naquilo que ele lhe transmitia – que tinham em Portugal técnicos perfeitamente habilitados para procederem às avaliações a que estavam a proceder. -----

----- Disse que ouviram intervenções sobre esta matéria, nomeadamente do Sr. Arqtº Ribeiro Teles, referindo o exemplo de Veneza, mas o caso de Veneza não tinha a ver com o caso de Lisboa, pelo que qualquer comparação entre as duas realidades nem sequer deveria ser continuada. O caso de Veneza, como era sabido, era um caso de aumento dos níveis das águas do mar, era um nível de areias lodosas e não exactamente o mesmo tipo areias que sustentava e fazia parte da estrutura do solo de Lisboa, portanto, eram realidades completamente diferentes. Aliás, considerava absolutamente injustificado que só para dizerem algo estivessem a lançar elementos para o debate público que podiam contribuir para uma intranquilidade das pessoas que não se justificava. -----

----- Era uma matéria da qual se devia falar com todo o rigor e em que opiniões se dispensavam. O que deveriam era procurar a verdade tanto quanto ela era alcançável pelo ser humano. Mas achava curioso que enquanto a obra durava, enquanto eram as visitas às obras e as datas de inauguração as pessoas falavam com o Ministério das Obras Públicas, quando havia problemas por causa das obras no Terreiro do Paço começava-se a perguntar à Câmara Municipal o que era que a Câmara tinha a dizer sobre o assunto. Por acaso na última semana até nem tinha ouvido nenhuma

declaração do Senhor Ministro das Obras Públicas sobre a matéria, naturalmente não lhe teria sido perguntado! -----

----- Seguidamente, a propósito da Feira do Relógio, disse que foi ali dito que ele teria falado nesse assunto porque tinha sido perguntado pela comunicação social. Teria todo o gosto em terem falado primeiro com a Junta de Freguesia, mas a comunicação social tinha essa boa informação, como era seu timbre e dever do que se passava na Câmara e não só, e tendo sabido perguntara-lhe se era verdade que estava esse processo em desenvolvimento, e como não gostava de mentir disse que sim, que estava. Portanto, tinha prometido, e tencionar cumprir, que as decisões importantes só seriam com a participação das Juntas, mesmo com aquelas que escreviam sobre a Câmara Municipal de Lisboa amabilidades como a que passava a referir publicada no respectivo boletim da freguesia: “quem pés não tem coices não promete”. Este, disse, era um boletim oficial dum órgão do poder autárquico em Lisboa, sobre as relações entre as diferentes autarquias. Mas dispensava-se de comentários, as atitudes ficavam com quem as tomava, havia matérias em que nem sequer queria entrar. -----

----- Quanto ao Parque Mayer e às moções que sobre a matéria ali foram aprovadas, disse que os Deputados Municipais tinham conhecimento da deliberação aprovada em reunião de Câmara, a proposta foi enviada ao Governo, já teve ocasião de falar com o Senhor Primeiro-Ministro, e o Governo, em breve, quando o Senhor Primeiro-Ministro entendesse conveniente, anunciaria a decisão que o Governo eventualmente aprovar sobre a matéria, para envio ao Senhor Presidente da República. No entanto, o Senhor Primeiro-Ministro autorizava-o a confirmar, tal como já tivera ocasião de dizer publicamente, que o Governo estava disponível para continuar a viabilizar esse processo se assim fosse o entendimento da Autarquia, e iria fazê-lo nos termos que eram considerados adequados. -----

----- Da sua parte gostaria de solicitar à Assembleia Municipal, para quando o entendesse porque o iria solicitar também a outros níveis e instâncias da cidade, a marcação de um debate sobre essa matéria. Pensava que seria útil que ele acontecesse depois de ser conhecida a decisão do Governo, se a Assembleia Municipal assim o entendesse também depois de ser conhecida a decisão do Senhor Presidente da República, mas da sua parte tinha um forte empenho em ver debatidas as várias opções que existiam na Assembleia Municipal num debate profundo, depois de se ver confirmada aquela que era, ou não, a orientação do Governo sobre essa matéria. -----

----- Mas desejava dar também a certeza à Assembleia Municipal de que sobre todo esse processo, e poderia comprová-lo na devida altura, nomeadamente quando fosse o tal debate, que estavam a desenvolver no dia-a-dia, com todas as entidades envolvidas e outras que não tinham sido faladas, todos os passos conducentes a uma solução que pudesse ser, de facto, a melhor solução para a Cidade de Lisboa, tendo em conta a linha de orientação de recuperação do Parque Mayer que era aquilo que estava fundamentalmente em causa, e era aquilo que, segundo pensava, interessava a todos. -

----- Disse, depois, que com o devido respeito pelas deliberações da Assembleia, mesmo por aquela que exprimia o seu desagrado pelo modo como a Câmara Municipal tem conduzido o processo do Parque Mayer, garantia que não levaria

idêntica Moção à Câmara Municipal sobre a deliberação da Assembleia Municipal até porque cada órgão tinha as suas atribuições e a Assembleia, dentro do que estava definido nas atribuições, devia acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara, mas a Câmara também tinha o direito de aprovar as suas moções, portanto respeitavam inteiramente a Assembleia Municipal como era óbvio. Mas desejava dizer que saudava o facto de ter sido aprovada uma Moção, da iniciativa do PCP, com recomendações e acolhendo o desnivelamento na zona das Amoreiras já até à Rua Rodrigo da Fonseca. Ou seja, Rua Artilharia Um, Rua Rodrigo da Fonseca, enfim, diria que eram passos importantes e qualquer dia estariam na Av. Fontes Pereira de Melo. Isso, politicamente, era bastante importante para a Cidade de Lisboa, portanto congratulava-se por se caminhar no sentido do consenso para uma obra que era importante. -----

----- Aludindo à situação que em termos de trânsito e estacionamento se passava no Bairro Alto, disse que tão depressa quanto possível estenderiam esse regime às freguesias envolventes. Mas desejava saudar também, por ser de facto exemplar, a colaboração que tem havido entre as Juntas de Freguesia e o Executivo camarário em todo esse processo, porque com isso só tinha a lucrar a cidade, independentemente de, como era próprio da política, numas alturas haver essas convergências e noutras divergências. -----

----- Em relação aos concursos de ideias que foram propostos pelo Bloco de Esquerda, cujas propostas ouvia e seguia sempre com muita atenção, permitia-se dizer desta vez aquilo que os Deputados Municipais do Bloco de Esquerda gostavam de dizer às vezes das dos outros: é que eram escassas, diria que eram pobres mesmo! Propor concursos de ideias, diria que era pouco ousado! Todos tinham de fazer concursos de ideias consigo próprios, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal! Poderia haver matérias em que tivessem que fazer, agora um concurso de ideias para o Parque Mayer, um concurso de ideias para o Castelo de São Jorge, concursos de ideias para essas situações todas, levavam-no a dizer que Lisboa e Portugal já tinham concursos a mais, nomeadamente na televisão. O que precisavam era de trabalho para resolver os problemas depressa e era isso que estavam empenhados em fazer. -----

----- Mas a propósito do Castelo de São Jorge deixava já a nota de que viria à Assembleia, na altura do Orçamento, uma novidade. É que, para a EGEAC ter viabilidade financeira, as entradas no Castelo de São Jorge deveriam começar a ser pagas a partir do próximo ano. Foi um dos pressupostos financeiros da existência da EBAHL que não foi cumprido, mas agora iria passar a ser para a empresa não viver em défice permanente. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, abriu o ciclo de perguntas à Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, no uso da palavra, disse que aquilo a que o Sr. Presidente da Câmara e os seus serviços cada vez mais os vinham habituando a ler, não era a informação escrita do Presidente da Câmara mas os relatórios que os serviços lhe entregavam e que ele depois, com toda a delicadeza, mandava encadernar e entregar à Assembleia Municipal. -----

----- Esta, no entender do PCP, não era forma de trabalho. Havia qualquer coisa, em termos de serviços que davam apoio à Presidência da Câmara, que não estava bem, já que pela documentação que lhes era apresentada não conseguiam tirar conclusões da actividade da Câmara. O que se via na informação era outro tipo de actividade: quantas autuações a Polícia Municipal fez, quantas casas se fizeram, etc., mas sobre o que andara a Câmara a fazer do ponto de vista do seu trabalho político, o que constava era muito escasso. Aliás, só duas horas antes receberam a nota do Sr. Presidente da Câmara dirigida à Assembleia Municipal e aos Deputados Municipais acerca de algumas coisas que, até pelo facto de terem sido tratadas a correr, vieram em duplicado. -----

----- Por essa razão, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara, ou a quem ele encomendava estes trabalhos, que tivesse alguma atenção em relação à documentação que mandava para a Assembleia, porque como ela vinha demonstrava alguma degradação e até uma falta de atenção em relação à importância que a Assembleia Municipal tinha. -----

----- Disse, depois, que o Regimento referia que o Presidente da Câmara faria uma intervenção escrita, mas isso normalmente não acontecia. O que acontecia era que o Presidente da Câmara vinha para a Assembleia, agarrava ali algumas bolas no ar e depois chutava-as de acordo com o jogo que estava no terreno. Portanto, o Presidente da Câmara teria que passar a preparar o trabalho de casa de acordo com aquilo que lhe era exigido, enquanto trabalho de dois ou de três meses porque nem nisso esta informação era clara já que num lado referia que dizia respeito aos meses de Setembro e Outubro e noutro que dizia respeito aos meses de Setembro, Outubro e Novembro. Naturalmente não era ao Presidente da Câmara que cabia fazer esse trabalho, mas insistia que tinha que haver muito maior cuidado nisso. -----

----- Sobre a parte financeira, disse que a lei obrigava a que fosse apresentada também, mas tinha sido esquecida, pelo que uma vez que não tinha sido escrita esperava que o Sr. Presidente da Câmara a tivesse referido na sua intervenção, mas tal não aconteceu.

----- Por fim, disse que uma forma que havia para poupar dinheiro ao Município era não enviar-lhes tanta coisa escrita para não mostrar nada. O que queriam era que fosse demonstrado à Assembleia o que tinha sido feito nesse período e não apenas enviar umas meras centenas de páginas que depois de “espremidas” não diziam nada. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que desejava saudar o Sr. Presidente da Câmara porque lhes fizera ali uma intervenção serena, cheia de ironia, o que demonstrava que vinha muito bem humorado, e isso era bom porque o debate político também se podia fazer dessa forma. Portanto, saudava a ironia que o Sr. Presidente da Câmara soube trazer ao debate, que era útil e interessante. -----

----- Depois, disse que, infelizmente, tinham que criticar de novo o facto da informação ter chegado tardiamente, já que apenas hoje tinha sido distribuída, para além de lhes parecer que era pobre em termos do contexto. Aliás, bastava ver a informação que o Sr. Presidente da Câmara acabara de dar de viva voz para se perceber quão pobre era o texto que foi distribuído e que, lamentavelmente, só

enfraquecia o próprio Executivo municipal já que a sua actividade certamente proporcionaria que a informação fosse muito mais rica. -----

----- Ainda sobre essa matéria, disse que havia um incumprimento no que respeitava a uma exigência legal, já que a informação escrita do Presidente da Câmara teria que ter, obrigatoriamente, uma informação com o ponto da situação financeira, e não tinha. Era uma exigência legal que estava em falta e, portanto, também desejava registar e lamentar isso, porque, sobretudo, sabendo todos as dificuldades que o Executivo tinha nessa área era importante que pudessem fazer o acompanhamento da actividade nessa matéria, até porque certamente para o próprio Executivo isso era útil. -----

----- Sobre a necessidade ou não da presença dos membros do Executivo municipal no início da reunião, disse que não queria entrar nessa querela até porque não estava já presente o Deputado Municipal Athayde Carvalhosa, mas, de qualquer maneira, queria dizer-lhe que a interpretação que tinha da lei era manifestamente errada, para além de que havia um respeito que todos teriam que ter para com os cidadãos que ali iam expressar os seus pontos de vista e as suas opiniões. De resto, o próprio Executivo teria todo o interesse em estar presente para poder ouvir aquilo que os eleitores ali queriam vir dizer a todos. -----

----- Aliás, através da comunicação social, tinha tido notícia de que alguns munícipes se vinham queixando de que nas sessões públicas da Câmara tinha vindo a acontecer coisa similar, ou seja, que os Vereadores abandonavam as sessões no final. Já tinha lido isso em três jornais, escrito por público que tinha ido às sessões que lamentavam que no final de cada uma das sessões o Executivo abandonasse a Sala e não ficasse a ouvir. Obviamente não conhecia essa situação, mas queria que não acontecesse o mesmo na Assembleia, ou seja, queria que nas reuniões que tivessem intervenção do público o Executivo estivesse presente para ouvir de viva voz, até porque a transmissão que o Sr. Presidente da Assembleia fazia sempre daquilo que ali era dito pelos munícipes poderia não ser exactamente a mesma e se os eleitos estivessem presentes certamente ouviriam melhor. -----

----- Por fim, disse que folgava que o Sr. Presidente lhes tivesse ali dito que estavam a acompanhar o problema da Baixa, mas queria fazer um registo. Na sua intervenção inicial não procurara acusar o Executivo do que quer que fosse, não era isso que estava em causa porque a sua preocupação era com a cidade de Lisboa, e esse, obviamente, era um dever de todos independentemente das forças políticas a que pertenciam. Mas aquilo que queria era apelar ao Sr. Presidente da Câmara e ao Executivo que liderava que informassem a Assembleia, porque a comunicação não tem sido a melhor. O Sr. Presidente da Câmara aproveitara há pouco para dizer que umas vezes o criticavam por falar muito e outras por falar pouco, mas nesta área julgava que a informação municipal tem sido muito pobre e, sobretudo, não tem contribuído para tranquilizar os munícipes. Isto era muito importante já que era uma matéria muito sensível e às vezes o dizer de menos também podia ser perigoso. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que a Câmara informara na Conferência de Líderes que retirara da Ordem de Trabalhos a proposta 567/2002, e a pergunta concreta era se a retirara de vez, se tinha

sido apenas adiada para voltar à Assembleia, e se a Comissão que a pretendia discutir poderia discuti-la, porque essa proposta levantava alguns problemas sérios e gostariam de saber isso. -----

----- Disse, depois, que no Bairro Alto estava a ser posta em prática, com a aprovação da Assembleia e com a concordância do Bloco também, um novo acesso à zona. O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda foi informado que junto das barreiras foram colocadas televisões para filmar. Desejavam saber se isso era verdade e, em caso afirmativo, por quem estavam a ser feitas essas filmagens, como, com que autorização e com que legalidade. -----

----- Referiu que leram na revista da Associação de Empresas Imobiliárias que a Câmara tinha informado que ia privatizar os lixos. Já perguntara isso uma vez, agora leu isso numa notícia escrita e desejava saber se isso era verdade. -----

----- Por outro lado, tinha lido na mesma revista que estava para breve a inauguração de uma estátua a António de Spínola. Perguntava se era verdade e se agora se podiam fazer estátuas a pessoas que roubavam – para falar apenas de um facto que era público e indesmentível – helicópteros do exército português e fugiam com eles para Espanha.

----- Disse, ainda, que a Assembleia Municipal aprovara várias recomendações que enviara à Câmara e, até ao momento, passados que estavam nove meses, ainda não tiveram uma resposta, pelo que perguntava quando pensava responder a Câmara à Assembleia Municipal sobre os pedidos, cartas escritas a pedir explicações das recomendações e outras questões ali levantadas, nomeadamente pedidos de esclarecimento. -----

----- Sobre o Terreiro do Paço disse que foi ele próprio que levantara essa questão na última reunião da Assembleia, e o Sr. Presidente da Câmara não estava. Não queria levantar alarmismos, já falara pessoalmente com o Sr. Vice-Presidente da Câmara, na sexta-feira passada, mas face ao que o Sr. Presidente da Câmara disse, tinha que afirmar que ou não lhe chegava a informação, ou não a apresentara com clareza. Mas passava a dar a opinião de Miguel Ramalho, Vice-Presidente do Instituto Geológico e Mineiro, cuja capacidade técnica ninguém punha em causa, que no jornal “A Capital” defendia que os buracos eram sinais preocupantes e não apenas coincidências. E, se isso não chegava, podia referir também a opinião do coordenador da especialização de estruturas da Ordem dos Engenheiros, Eng^o Matos e Silva, transcrita no mesmo jornal, que também falava no mesmo sentido das preocupações que ele próprio tinha levantado. -----

----- Portanto, não queria levantar alarmismos nenhuns e não queria discutir a culpa. Aliás, desejava dizer que estavam um pouco fartos dessa culpa do Bloco Central, “ora a culpa é minha ora a culpa é tua”, se não encontravam a culpa que entregassem isso à polícia até a descobrirem, mas que os deixassem discutir os problemas sérios da cidade. -----

----- O problema que tinha levantado, recordou, era se a Câmara estava atenta e a estudar se era apenas um problema de emissários que iam dentro dos canos e se através desses emissários descobriam a causa desses problemas: como estavam a ser movimentadas as lamas, as águas, as terras, as pedras e os entulhos debaixo da Baixa.

Esse era um problema sério porque em sete dias tiveram sete acidentes! Como dizia representante do Instituto de Mineralogia e Geologia, é que não se deram sete acidentes seguidos na Alfama, no Bairro Alto ou na Mouraria! Os tubos eram velhos, é evidente, como era evidente também que essas justificações dos técnicos eram todas sérias, não estavam em causa, o problema era que se os tubos tinham por baixo suporte de terra, rocha e pedra eles aguentavam mais, quando havia mais um bocadinho de água deixavam de ter por baixo o suporte da terra, rocha e pedra não aguentavam e partiam. Esta era a realidade. -----

----- Por conseguinte, o que se pedia era que houvesse atenção porque a Protecção Civil da cidade e os lisboetas queriam estar seguros, mas, para isso, era importante estudar para terem certezas sobre o assunto e não serem apanhados de surpresa. -----

----- Sobre o Parque Mayer, disse que desejava referir ao Deputado Municipal Pedro Portugal que uma coisa era debater outra coisa era decidir, e que pelo menos do ponto de vista do Bloco de Esquerda não estavam ali na qualidade de assessores do Sr. Presidente da Câmara, mas sim na qualidade de Deputados Municipais com poder de decisão. O Bloco considerava que sobre esse assunto a Assembleia aprovara, por unanimidade, que ele fosse ali debatido e tratado, e até hoje tal não tinha acontecido. -

----- Por outro lado, conhecia mal a proposta da Câmara porque nem sequer chegavam à Assembleia as propostas que a Câmara aprovava. Sabiam num relatório as urnas que foram ou não foram levantadas, mas as propostas que o colectivo da Câmara aprovava não as conheciam, excepto as que tinham que vir à Assembleia Municipal. Se achavam isso lógico, pedia desculpara, mas, quanto a si, era pouco democrático. -----

----- Portanto, era entendimento do Bloco que a Assembleia deveria decidir sobre esse assunto do Parque Mayer. -----

----- A concluir, aludindo ao concurso de ideias, disse que não se tratava dum concurso de televisão mas sim de querer qualidade e democracia, porque pensavam que onde houvesse mais ideias melhor qualidade e melhor soluções encontravam. Se não fossem por esse caminho estava certo que seriam o elo mais fraco deste sistema democrático. -

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Queremos apresentar três questões neste ponto do relatório em apreciação das actividades da Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- 1 – Nesta reunião da Assembleia Municipal, no período de intervenção do público, ouvimos um representante da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio colocar uma questão que tem a ver com a sede da Federação. Em declarações recentes, o Sr. Presidente da Câmara anunciou a construção de 11 parques de estacionamento – silos auto. A localização destes parques incluía a construção de um silo na Rua da Palma, 248-264, no local onde se situa actualmente a sede da Federação. -----

----- Esta entidade solicitou uma reunião ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que já se realizou, e também pediu uma reunião e explicações ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que ainda não respondeu à Federação. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou informações ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que até à data não foram prestadas, e enviou o assunto para análise na Comissão de Educação, Desporto e Juventude. -----

----- O protocolo de cedência das actuais instalações da Federação, assinado pelo anterior Presidente da Câmara Municipal, continua em vigor e deverá ser respeitado pela Câmara Municipal de Lisboa no sentido da negociação atempada de uma solução que respeite uma instituição representativa de muitas centenas de colectividades e estruturas associativas de todo o País. -----

----- Solicitamos informações ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre este assunto. -----

----- 2 – O Movimento Democrático de Mulheres pediu uma reunião ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para tratar de uma questão relativa à continuação do Programa “Mulheres em Movimento”, que vem envolvendo cerca de 300 mulheres da cidade, colectividades e Juntas de Freguesia, desde há 7 anos. -----

----- Agora o Pelouro do Desporto decidiu acabar com este projecto de colaboração, prejudicando pessoas que assim tinham acesso a práticas desportivas e sociais de grande importância para a saúde e para a participação popular na vida da cidade. -----

----- Esta decisão do actual Vereador do Desporto liquida “o único projecto português considerado, a nível europeu e mundial, um exemplo de boas práticas na área da igualdade entre mulheres e homens. Um programa para a promoção da actividade física, regular, especialmente dirigido aquelas cujo acesso é sempre esquecido: as mulheres de menores recursos.” -----

----- Também sobre esta questão solicitamos informações e esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

----- 3 – Recebemos hoje na Assembleia Municipal um abaixo-assinado representativo de 110 trabalhadores do Departamento do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa. Diz o seguinte: “Os trabalhadores do Departamento do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, reunidos em plenário no dia 11 de Outubro de 2002, analisaram a situação decorrente da não renovação de contratos de trabalho e o conseqüente despedimento de um conjunto significativo de trabalhadores deste Departamento, que desempenham funções de carácter permanente, com sujeição hierárquica e horário completo e, considerando que: -----

----- – «Estes trabalhadores são imprescindíveis ao bom funcionamento do Departamento do Desporto, pelo que esta decisão não se enquadra com compromissos anteriormente assumidos pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e reafirmados na reunião por si efectuada na Cordoaria Nacional -----

----- – «Exigem a suspensão imediata do processo de rescisão do contrato de trabalho» -----

----- – «A imediata integração dos trabalhadores,» (etc.). -----

----- Citámos parte do texto deste abaixo-assinado para assim questionarmos a Câmara Municipal, o Pelouro do Desporto e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, quanto às práticas actuais tão diferentes do desvelo que manifestaram pelo Departamento do Desporto e suas funções quando propunham a extinção da LIS Desporto. Afinal, do que se trata realmente é de reduzir cada vez mais a actividade da

Câmara Municipal em áreas importantes de desenvolvimento desportivo e social da cidade, prejudicando as populações dos bairros e freguesias e os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra leu o seguinte documento: -----

----- “Começo por criticar a forma do Documento que dá corpo à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, não só porque se apresenta nubloso e confuso e portanto de difícil leitura, mas também porque mais uma vez, e ao contrário daquilo que foi aqui prometido pelo Sr. Presidente quando discutimos a primeira informação escrita, a informação não vem acompanhada por um índice. Ainda não foi desta Sr. Presidente. -----

----- Quanto à estrutura do Documento, falta uma coisa fundamental e que se chama enquadramento político. -----

----- Falta dizer, o que no entender da Câmara Municipal de Lisboa é estruturante e o que não é estruturante. -----

----- Estamos assim perante um Documento que se confunde com um relatório de actividades, feito através de pedidos aos serviços: Digam lá o que foi feito: -----

----- Notificações ‘X,’ pessoas detidas ‘Y’, e está feita a informação escrita. -----

----- Considerando que nas sessões anteriores não vi nenhuma resposta à perguntas que coloquei, optei por fazer apenas três, na esperança de ver pelo menos uma respondida: -----

----- 1 – Numa das primeiras sessões desta Assembleia, o PPM apresentou uma Moção, que foi aprovada e que apontava para um estudo sobre o subsolo da Baixa lisboeta. -----

----- Durante a discussão nós sugerimos que previamente ao estudo, seria conveniente que a Câmara Municipal de Lisboa diligenciasse com as entidades que têm vindo a intervir no subsolo da Baixa, como o Metropolitano de Lisboa, a EMEL e outras empresas como as que construíram os parques de estacionamento do Martim Moniz, da Praça da Figueira e da Praça do Município. -----

----- Na altura o Sr. Presidente concordou, mas da informação escrita nada consta. -----

----- Já nem pergunto pelo estudo, mas apenas, se foram dados alguns passos no que diz respeito ao contacto com essas empresas para fazer o ponto da situação. -----

----- 2 – O próximo ano de 2003, será o não internacional da pessoa portadora de deficiência. Não vislumbrando nada na informação escrita relativamente à preparação desse ano, pergunto: -----

----- Que diligências estão a ser tomadas com vista ao ano da pessoa portadora de deficiência? -----

----- 3 – Por fim, gostaria que o Sr. Presidente nos informasse do que é feito do Programa Lisboa Aberta. Está extinto? Em que fase se encontra?” -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Não admito ao líder do PCP a frase que me foi dirigida. Não a admito porque não lhe reconheço força moral/ética mas é ali no uso da palavra que lhe vou

responder. Sr. Presidente, o líder do PCP disse, quando me dirigia para fazer a minha intervenção, uma frase ofensiva e cito: “Lá vai dar graxa ao Presidente da Câmara”. Teve azar porque ouço muito bem. A frase não me ofende porquanto não tem capacidade para tal, mas o Sr. Deputado Municipal do PCP não sabe que compete aos autarcas eleitos para as freguesias a defesa dos interesses dos seus fregueses. Considera o Sr. Deputado que a defesa desses interesses é dar graxa? V^a Ex^a lá sabe do que fala e deve estar a ver-se ao espelho. -----

----- Fui uma voz incómoda no mandato anterior quando o Presidente da Câmara era da minha força política e continuarei a sê-lo sempre na defesa dos interesses dos moradores da freguesia que represento e da Cidade de Lisboa. -----

----- V^a Ex^a ainda não aprendeu o que é viver em democracia. Eu, aprendi a democracia quando era criança porque tive pais que me transmitiram o seu valor, bem como uma vida de valores, ideais e defesa de causas e assim continuarei. Mas, V^a Ex^a ainda não aprendeu estes princípios democráticos. Peço desculpa Srs. Deputados Municipais deste vigor na minha intervenção, e mesmo agressividade, mas há momentos em que não devemos controlar esta agressividade, porque é saudável responder com vigor a quem não entende a defesa dos interesses dos moradores de uma freguesia. Não lhe reconheço Sr. Deputado Municipal ética para me ofender pois V^a Ex^a sabe ao que está habituado e pelos vistos percebe muito de graxa. Mas, vamos ao assunto que me levou a solicitar o uso da palavra. -----

----- Tem a ver com a TV Cabo. Estava alguém que trabalha na TV Cabo na assistência que me contactou e respondeu que a TV Cabo está interessada em intervir no Bairro Alto dependendo de algumas respostas da Câmara. -----

----- Perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se a Câmara está interessada em de uma vez por todas negociar com a TV Cabo para que acabem as espinhas de peixe (antenas) colocadas nos telhados bem como os pratos que agora foram colocados nas varandas com a venda pela TV Cabo dos *Kites* para que os moradores possam ver os canais temáticos? -----

----- **O Deputado Municipal Dias de Almeida (PSD)**, no uso da palavra, disse que antes de colocar ao Senhor Presidente a pergunta que se propunha fazer, deixaria duas breves notas. -----

----- A primeira dirigida ao Sr. Vereador Pedro Feist, relaciona com a Higiene Urbana, para me congratular pelas alterações que ele introduziu nesta área, de tal forma que é já notória a diferença ambiental. Ruas e artérias que há meses não eram lavadas são-nos agora semanalmente e até bisemanalmente. A varredura das ruas nos Centros Históricos faz-se duas vezes por dia mas felicito-o também por ter acabado com aquilo a que chamo Sinfonia Caixoveira, inspirada no ruído provocado com o arrastar dos contentores, escadas, calçadas abaixo, pela madrugada, roubando o descanso àqueles que trabalham e bem cedo se levantam. Tiro-lhe o chapéu Sr. Vereador. -----

----- A segunda nota é dirigida ao Sr. Presidente da Câmara para relevar a sua vigorosa determinação em arrancar finalmente com a reabilitação do histórico bairro de Alfama, concretamente na zona envolvente do Chafariz de Dentro, Rua de S. Pedro, Largo do Terreiro do Trigo, isto é, a primeira parte dos tais Planos Integrados

que deviam ter começado em 1991 e era suposto estarem prontos em 1997. No entanto atravessaram três gerações de vereadores, criaram expectativas na população mas não passaram disso mesmo. Ironia do destino, é uma Câmara com 10 meses de mandato que vai arrancar com um projecto que a outra andou 10 anos a prometer mas sempre adiado. E o jornal EXPRESSO, que em 2001 escrevia em título destacado que os centros históricos estavam a cair, pode agora acrescentar que afinal já apareceu quem os levantará. Tiro-lhe também chapéu. -----

----- Antes de colocar ao Sr. Presidente da Câmara a pergunta que me trouxe aqui, entendo conveniente dizer que quando em 1991 se agitou em Lisboa o aparecimento da TV Cabo, o então Vereador Eng. Rui Godinho exaltou aqui a sua compreensível satisfação porque essa seria uma oportunidade para acabar com a floresta de antenas de televisão, uma activadas outras não, e que mais não são que amontoados de ferro, cenário que visto do Castelo ou mesmo do miradouro de Santa Luzia constitui um espectáculo promiscuo que insulta a dignidade de um bairro como este e insulta, assim, as suas referências de mais de oito séculos da sua historia. -----

----- Eu partilhei convictamente do entusiasmo do Sr. Vereador Rui Godinho porque sempre fui um defensor destes valores da nossa história e da forma como devem ser preservados. No entanto, não por culpa dele, reconheça-se, mas por alegadas dificuldades de natureza técnica, a TV Cabo não aderiu ao projecto. Mas bem mais tarde, quando surgiu a oportunidade de levar a imagem a casa de cada um atreves da emissão por satélite, a própria TV Cabo fez uma promoção maciça e conseguiu uma centenas de aderentes. Só que porque lhe era mais fácil, rápido e económico, tratou de colocar os chamados pratos na cantarias da janelas, nas paredes, nas empenas e até em cantarias porventura seculares, numa agressão ambiental que fere a sensibilidade de qualquer cidadão. -----

----- E a pergunta que faço ao Sr. Presidente da Câmara é esta: há legislação sobre esta matéria. A Declaração 264/97 da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano tornou público que a Assembleia Municipal tinha aprovado o Plano de Urbanização dos Núcleos Históricos de Alfama e Colina do Castelo, criou um Regulamento que foi ratificado em Conselho de Ministros e remetido à Assembleia da República para ser publicado, conferindo-se-lhe a força de Lei, após essa publicação em Outubro de 1997. Nesse documento se estabelecem normas para a instalação de antenas parabólicas que proibem a sua colocação em janelas e outros locais inadequados, dando ainda aos utentes o prazo de 6 meses para a sua retirada dos locais onde estão instaladas em contradição com a Lei. -----

----- Considerando que os utentes, na sua maioria, desconheciam e ainda desconhecem as exigências da Lei, pergunto-lhe Sr. Presidente da Câmara se está disponível para imputar a culpa à própria TV Cabo pelo incumprimento verificado o que poderia levar à retirada dos pratos das locais não permitidos e coloca-los em locais adequados a expensas da própria TV Cabo. Seria a meu ver uma medida justa que permitiria ajudar a devolver ao bairro a sua dignidade muito própria. O bairro de Alfama merece isso.” -

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, começou por aludir ao que foi dito pelo Deputado

Municipal Carlos Marques relativamente ao Sr. Marechal António Spínola, referindo que não podia deixar de manifestar o seu desacordo porque não ficaria bem com a sua consciência se o não fizesse. É que, de facto, tratava-se dum Oficial General do Exército Português, cuja actuação na então Guiné Portuguesa, por aquilo que ele próprio tivera oportunidade de assistir, quer como Comandante duma companhia operacional, quer como oficial do Comando Chefe, foi a todos os títulos brilhante, tendo sido condecorado com a Torre Espada, além de que com o seu livro “Portugal e o Futuro” despertou consciências para as mudanças políticas que se vieram a verificar em 1974, tendo sido o primeiro Presidente da República no início da implantação do sistema democrático. -----

----- Portanto, vicissitudes do processo ocorridas na sociedade portuguesa em 1975, não deveriam, em sua opinião, ser aproveitadas para minimizar a figura do Marechal. -

----- Depois solicitou os seguintes esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara: -----

----- Para quando o início da construção da Divisão Policial no Alto do Lumiar? -----

----- Para quando o início do realojamento da população carenciada do Bairro da Cruz Vermelha, na Freguesia do Lumiar? -----

----- Para quando o início da requalificação das Quintas das Conchas e dos Lilazes, e se no ano de 2003 as instalações da EPUL, na Quinta dos Lilazes, iriam ser transformadas em Centro de Cultura. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “A muitos custa aceitar a ideia de que o comportamento e a postura entre a Esquerda e a Direita não é totalmente diferente na sua acção política, mas a verdade é que assim é. -----

----- A Esquerda, apresenta Programas Eleitorais que são autênticos compromissos assumidos com a população para serem cumpridos. -----

----- A Direita apresenta Programas Eleitorais simplesmente para ganhar votos, sem nunca pensar em cumprir com as promessas feitas nesses programas. -----

----- Todos nos recordamos dos *Outdoors* com a cara do Dr. Paulo Portas e com a célebre frase: “Eu fico”. Mas não ficou. Onde está ele que não o vemos aqui na Sala? -

----- Todos se recordam da promessa eleitoral do actual Sr. Presidente da Câmara de que iria “construir em todos os bairros um pavilhão e uma piscina”. Onde é que estão? Nem sequer aparecem no PPI (Plano Plurianual de Investimentos) que prevê investimentos até 2006. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara também prometeu “mais segurança”. E o que vemos? -----

----- 1 – Nunca reuniu o Conselho Municipal de Segurança, a que preside; -----

----- 2 – Há menos policiamento em Alcântara do que havia antes; -----

----- 3 – Na Escola 157, na Calçada da Tapada, estava sempre à porta, na altura das entradas e saídas das crianças, um agente da PSP por mim pedido ao Comando da 4ª Divisão há uns anos. Isso permitia que as crianças atravessassem a Calçada da Tapada em segurança. -----

----- Neste mandato autárquico, o agente da PSP foi substituído por um agente da Polícia Municipal, que se manteve no local durante alguns meses, depois desapareceu e agora não há nem Polícia Municipal nem PSP à porta da escola, pondo em perigo as crianças e as respectivas famílias nas entradas e nas saídas da Escola. -----

----- 4 – Apesar das várias insistências da Junta de Freguesia de Alcântara, continua por retirar um automóvel abandonado em cima do passeio da Calçada da Tapada, a poucas dezenas de metros da entrada da Escola 157, o que obriga a ir para a estrada os peões e já ia causando acidentes. -----

----- Parque Habitacional – Há um menor esforço financeiro da Câmara na reabilitação do parque habitacional, principalmente no que se refere aos edifícios particulares. A Câmara ao não celebrar Protocolos com as Juntas de Freguesia para estas poderem executar pequenas obras em habitações particulares está a prejudicar os inquilinos pobres. A anterior Câmara ao dar à Junta de Alcântara, todos os anos, entre 20.000 a 30.000 contos permitiu que pudéssemos arranjar esgotos, telhados e fazer outras obras que beneficiaram famílias que doutra maneira nunca as teriam tido. -----

----- Trânsito – Zero para a zona Ocidental no que respeita à melhoria de estacionamento. Nenhum estacionamento está previsto fazer em Alcântara, apesar de sermos uma das entradas na Cidade de Lisboa, nem sequer em nenhuma das Freguesias da zona Ocidental de Lisboa. -----

----- Iluminação Pública – Grande deficiência na iluminação pública, havendo ruas totalmente às escuras como por exemplo a Rua Fradesso da Silveira (defronte do Café Café) devido às obras do empreendimento Alcântara-Rio. Já por diversas vezes pedimos a iluminação dessa rua nem que fosse através de projectores, apesar dos candeeiros públicos estarem colocados onde sempre estiveram. Foi inclusivamente chamado a atenção de que é uma rua com muito movimento nocturno porque está numa zona onde há bares e o Bingo do Atlético fica perto. -----

----- Conservação viária – Há muitos buracos nos pavimentos de muitas ruas e avenidas de Lisboa. -----

----- Quando a Coligação de Esquerda ganhou as eleições em 1989 a pergunta que a comunicação social fazia ao Dr. Jorge Sampaio era:- “se o Senhor ganhar as eleições acha que consegue acabar com os buracos da cidade de Lisboa?”. Tal era o estado a que a Coligação CDS/PSD tinha deixado Lisboa. Nessa altura nos dois eixos principais da minha freguesia: Rua da Junqueira e Calçada da Tapada, os taxistas recusavam-se a atravessá-las. -----

----- A Direita voltou ao poder em Lisboa e novamente a cidade está cheia de buracos: por exemplo a Rua Diogo Cão, Largo do Rio Seco, Rua Vieira da Silva (Prazeres), Av. António Serpa (ao Campo Grande), Campo Pequeno a Segunda Circular. Isto só para enunciar alguns pequenos exemplos. -----

----- Estas situações são resultado dos Senhores terem acabado com a DMIL. -----

----- Espaço Público – Já no anterior mandato tinha escrito à Vereadora Dra. Alexandra Gonçalves, que me disse que o assunto tinha sido passado para o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Soares, sobre o mau estado em que se encontravam e ainda se encontram as escadarias monumentais da Av. 24 de Julho que fazem a

ligação à Rua das Janelas Verdes, ao Museu de Arte Antiga, à Cruz Vermelha e que se encontra junta à Casa da América Latina. Essas escadarias estão partidas dos dois lados e qualquer dia caem. O seu estado além de ser um perigo é uma vergonha para a Cidade de Lisboa porque é visto por muitos turistas que nos visitam e vêm nos paquetes de recreio que aportam ao cais da Rocha Conde de Óbidos. -----

----- Infra-estruturas viárias – Nas grandes opções do Plano fala-se “no eixo viário Ocidental Ajuda – Calçada da Tapada”. É a célebre via a meia encosta que há uns anos gerou tanta controvérsia, sendo um dos seus opositores o Arquitecto Ribeiro Teles? Gostava de saber, porque o Plano não é muito explícito quanto a isso. -----

----- Infra-estruturas de saneamento – No plano fala-se na EMARLIS e na SIMTEJO. Eu pertencia ao Conselho Geral da EMARLIS e falava-se que a EMARLIS ia acabar. Agora fala-se novamente na EMARLIS e dá-me a impressão que a Câmara não sabe bem se a deve liquidar ou permanecer na SIMTEJO. O que eu nunca compreendi é porque é que a ETAR de Alcântara que foi a primeira ETAR a ser construída em Lisboa continua com um tratamento primário e em contrapartida a ETAR de Beirolas e de Chelas, que foram feitas posteriormente, já têm tratamento secundário. Sei também que tinham sido pedidos apoios comunitários para a melhoria da ETAR de Alcântara e que esta Câmara prescindiu deles ao anular o concurso . -----

----- Habitação social – No plano é lá dito “que os Gabinetes de Bairro devem estimular o diálogo com as Associações de Moradores”. Então e as Juntas de Freguesia para que é que servem? Para mim é claro o que está no Plano: nas Juntas em que há um Presidente de Esquerda falam com “comissões de moradores” mesmo que elas não existam ou que não representem ninguém a não ser as próprios pessoas que as compõem. É com as Juntas que a Câmara tem de falar, pois são elas que foram eleitas e representam a população. É nesta lógica que se enquadra uma visita que o Sr. Presidente da Câmara fez ontem a Alcântara para assistir ao começo da demolição duma fábrica e nada me disse. -----

----- Cultura – No Plano só se fala nos equipamentos municipais. Nada se diz nos apoios às colectividades cuja actividade principal se dedica quase só à cultura como é o caso, por exemplo, da Academia de Santo Amaro que se dedica ao teatro e donde já saíram pelo menos três actores, dois dos quais estão recentemente a trabalhar com o Filipe Lá Féria . -----

----- À pergunta do Sr. Presidente da Câmara como era antigamente e se tinha apoios, o orador disse que sim, que tinha apoios do Pelouro do Desporto, da Sra. Vereadora Dra. Rita Magrinho, e de seguida aconselhou o Sr. Presidente da Câmara a não ficar nervoso visto não ir nesta Assembleia abrir todo o guardanapo sobre os problemas de Alcântara mas contava fazê-lo na reunião do dia 21, reservada às Juntas de Freguesia para poderem fazer perguntas à Câmara. -----

----- Festas da Cidade – Nada se diz sobre as Marchas de Lisboa. Este ano vão haver marchas ou não? -----

----- Desporto – Quando são construídas as prometidas Piscinas e os Pavilhões Desportivos? Nada é dito se há ou não apoio para as actividades desportivas levadas a cabo pelas Juntas de Freguesia. -----

----- Por último gostaria de citar a intervenção do Senhor Vereador Fontão de Carvalho constante na acta de 16 de Dezembro de 2002 que relata a discussão da sessão de Câmara na qual foram discutidas as propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município. -----

----- Disse nessa reunião o Sr. Vereador Fontão de Carvalho “foi a anterior Câmara acusada de que a situação financeira do Município era muito má, vimos aqui pela Execução Orçamental de Outubro, que com 66 milhões de euros de dívidas, existem disponibilidades de 120 milhões, o que contraria o que foi dito em relação à situação financeira da Câmara, que era muito má, afinal não é. Aliás, este Orçamento prevê terminarmos com um saldo de cerca de 50 milhões de euros no final do ano, o que diz bem da situação financeira da Câmara”. Fim de citação. -----

----- Como se pode concluir e ao contrário do que os Senhores tentaram fazer crer na opinião pública de que tinham recebido uma Câmara falida isso não era verdade. Ou seja, foi só show off.” -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra começou por dizer que folgava muito que o Sr. Presidente da Câmara lesse a revista de Marvila, porque naturalmente encontraria nela um instrumento precioso para o ajudar a acompanhar as promessas eleitorais que fizera e que se efectivamente cumprisse deixaria a população de Marvila muito feliz. -

----- Disse, depois, que em 15 de Outubro foi enviado ao Sr. Presidente da Câmara o ofício n.º 807/2002, subscrito pelos Presidentes das Juntas de Freguesia dos Olivais, do Alto do Pina e por ele próprio, a conta das preocupações que tinham porque estando a ser elaborado o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara e também os das freguesias para 2003 havia necessidade de prosseguir a discussão sobre os protocolos de delegação de competências entre a Câmara Municipal de Lisboa e as freguesias com vista a clarificar, e se possível melhorar, as competências delegadas assim como estudar outras áreas a delegar, acompanhadas, naturalmente, dos respectivos meios financeiros. Aliás de acordo com a promessa feita pelo Sr. Presidente da Câmara na reunião realizada no dia 4 de Junho no Palácio da Mitra. Nesse ofício solicitavam a marcação de uma reunião com carácter de urgência para discutir e aprofundar essa temática com interesse relevante para Lisboa e os lisboetas, mas como até ao momento não obtiveram qualquer resposta queria que o Sr. Presidente da Câmara respondesse às três questões que de seguida ia colocar. -----

----- A primeira, era que de acordo com a cláusula 3ª do protocolo de competências delegadas, subscrito entre a Câmara Municipal de Lisboa e as Juntas de Freguesia, no seu ponto 1 dizia-se que o valor dos protocolos seria actualizado de acordo com o índice oficial da inflação, pelo que desejavam saber qual era para a Câmara o índice oficial de inflação para 2003, o que a Senhora Ministra das Finanças apregoava ou o que o Instituto Nacional de Estatística previa, que para os Presidentes de Junta andaria mais próximo da realidade. -----

----- A segunda, era para questionar qual iria ser o crescimento dos valores a transferir em 2003 para as freguesias, se seria de acordo com a taxa de inflação da Senhora Ministra ou do Instituto Nacional de Estatística. Gostavam de ver estas questões

respondidas pelo Sr. Presidente da Câmara uma vez que era da maior importância para que as freguesias pudessem elaborar os seus planos de actividades e orçamentos para 2003 com o rigor que se impunha. -----

----- A terceira, era para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se ia cumprir a promessa feita aos Presidentes de Juntas no dia 4 de Junho, no Palácio da Mitra, de prosseguir a discussão para o aprofundamento da implementação de uma política municipal descentralizada, com regras bem definidas. As Juntas de Freguesia, pela sua parte, estavam disponíveis para o diálogo. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra disse que não estava ali apenas para criticar e, por isso, começava por uma nota positiva que consistia no facto de estar na informação escrita o estudo de realojamento do Vale do Forno, que a Junta vinha acompanhando com a informação necessária que a Câmara lhe vinha dando. -----

----- Uma outra nota para rectificar que a construção do museu e quartel dos bombeiros que constava na informação como sendo em Benfica, não era efectivamente em Benfica mas sim em Carnide já que esses terrenos pertenciam à Freguesia de Carnide. -----

----- Por outro lado, em relação ao suplemento alimentar nas escolas referia-se na informação escrita “o suplemento alimentar nos estabelecimentos de ensino em que as crianças não tinham possibilidades de usufruir de uma refeição e naqueles em que os alunos estavam em regime duplo”. Já teve oportunidade de falar sobre isso à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa quando ela esteve na reunião da Comissão de Educação, tendo-lhe a Sra. Vereadora dito que já tinha feito um despacho nesse sentido, mas agora queria dizer-lhe que não podia pôr essa informação ali porque não era verdade, isso não estava a ser aplicado nas escolas. As escolas que tinham regime duplo, tendo refeições não estavam a beneficiar do regime alimentar. Hoje mesmo confirmara isso com algumas escolas que estavam em regime duplo, concretamente as escolas números 167, 45 e 134, e frisara isso na reunião da Comissão. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Gonçalves (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, no uso da palavra, disse que recebera na sexta-feira a informação escrita, portanto não teve muito tempo para se debruçar sobre ela. No entanto, no tempo que conseguira dispensar à sua leitura constatara que só o Departamento da Prevenção Local se referia ao Bairro de Alfama. -----

----- Hoje mesmo, já na Assembleia, recebera a nota do Presidente da Câmara, que efectivamente falava de Alfama, nomeadamente do trânsito. -----

----- Mas deixava o trânsito para o fim para fazer agora uma pergunta ao Sr. Vereador Pedro Feist. A Junta enviara um fax a pedir-lhe uma reunião no dia 28 de Maio e até hoje ainda não tiveram resposta, mas uma das questões que lhe desejavam colocar, para além da extinção dos Centros Mulheres em Movimento, era o que se passava com a piscina de Alfama, que, como se sabia, estava parada. O Sr. Vereador atribuíra agora verbas mas não via lá nenhuma que fosse consignada para esse fim. -----

----- Disse, depois, que se congratulava com o que o Sr. Presidente da Câmara estava a fazer no Bairro Alto, mas gostaria de o ver fazer também isso no Bairro de Alfama

porque essa era uma aspiração antiga. O Sr. Vice-Presidente tinha estado numa reunião com as comissões locais no dia 30 de Setembro onde esse e outros problemas foram afluídos, ela própria já tinha feito intervenções na Assembleia Municipal, e também na Câmara aquando do corte de estrada porque não tinham muita receptividade da parte do então Vereador Machado Rodrigues, Alfama tinha dois autocarros que passavam pela Rua Terreiro do Trigo e que deixaram de passar, concretamente os autocarros e 104 e 105 que levavam os miúdos para a escola e os miúdos agora tinham que atravessar a avenida para irem apanhar esses mesmos autocarros. -----

----- O problema do trânsito era comum a todas as freguesias, nomeadamente das zonas mais antigas, e conseqüentemente todos tentavam que os seus problemas fossem resolvidos primeiro que os dos outros. Não queria com isto que ninguém ali ficasse magoado mas desejava dizer que há muito tempo andavam a dizer à Câmara que olhasse pelo trânsito em Alfama, tinham soluções, tinham trabalho já feito que gostavam de apresentar e até agora ninguém, nem o anterior Vereador, nem o actual, os receberam. Por isso, quando fossem discutir o problema para Alfama esperava que o Sr. Presidente da Câmara se não esquecesse que a sua Junta tem a sede nas Escadinhas de São Miguel, n.º 10, e que lhes falasse com alguma antecedência para que pudessem trabalhar em conjunto. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões que foram colocadas, disse que para responder a todas as perguntas que foram feitas se calhar precisava de duas horas e meia, mas, enfim, iria tentar apanhar aquilo a que um Deputado Municipal do PCP chamara “bolas no ar”. Só que para si não eram bolas no ar mas antes aquilo que sentia que eram as preocupações legítimas dos Srs. Deputados Municipais que queriam ver respondidas pela Câmara. Aliás, ele ainda apanhava as bolas porque estava ali, porque os que ali não estavam não apanhavam bola nenhuma, nem as viam porque não assistiam ao jogo, esse jogo nobre da democracia. -----

----- Quanto à acusação de que a informação era pobre, disse que reconhecia isso, dava como adquirido. Lamentava, mas não tinha tempo para mais, era difícil ter tempo para escrever. Como o Deputado Municipal do PCP tinha reconhecido não era o Presidente da Câmara que elaborava e escrevia as informações, era o seu Gabinete mas o responsável era ele, portanto isso teria que ser corrigido. -----

----- No entanto, sempre dizia que a informação escrita era uma formalidade para ficar registada, porque esta troca de intervenções era mais útil do que a intervenção escrita. Mas era pobre, reconhecia-o, estava aborrecido com isso e iria corrigir. -----

----- Sobre o que foi dito quanto à intervenção do público nas sessões públicas da Câmara, disse que não era verdade. Também sabia que não era costume, e por isso se calhar a notícia teria sido noutra altura, era de outro jornal. Nas sessões de Câmara faziam todos um esforço, os Srs. Vereadores da oposição também faziam, principalmente os do Partido Comunista devia reconhecê-lo e o Vereador Vasco Franco não lhe levaria a mal. Mas ele também fazia ao estar lá a ouvir o público, embora entendesse que o Regimento teria que ser actualizado porque normalmente o

público eram sempre os mesmos nas sessões de Câmara e não faziam sentido algum tipo de intervenções. -----

----- Relativamente ao Terreiro do Paço, disse que não ia dizer nada que depois a realidade o pudesse desmentir. Ou seja, não iria provocar seguranças falsas nem contribuir para alarmismos injustificados. Enquanto não sentisse que tinha razões para se pronunciar com fundamento, para além daquilo que disse não iria dizer mais nada. Compreendia a questão, o Presidente da Junta do Lumiar também pedira para arranjar um Manuel da Maia ou um Eugénio dos Santos que tranquilizasse. Com a devida vénia achava que até já tinha um, mas não iria arranjar circunstâncias que o levassem a dizer aquilo que não devia, porque, de facto, ele não estava também inteiramente tranquilo. Aliás, pedia que imaginassem o que era fazer uma declaração a dizer que os lisboetas podiam estar tranquilos e depois – longe vá o agoiro – acontecer um problema. Já andava nisto há uns anos, portanto teria que ser tudo no seu tempo e com o devido fundamento! -----

----- Quanto à privatização dos lixos, disse que não estava prevista e que já tinha falado disso. -----

----- Sobre a estátua do Marechal António de Spínola disse que, para além de Presidente da República, o Marechal António de Spínola foi também Chanceler das Ordens Portuguesas no tempo em que era Presidente da República o Dr. Mário Soares. A si, independentemente das divergências, nunca ninguém o ouviria dizer, por exemplo do Marechal Costa Gomes, também já desaparecido, aquilo ou algo parecido com o que foi agora dito do Marechal António de Spínola. Independentemente das diferenças que existiam em relação às atitudes políticas, era devido todo o respeito a qualquer pessoa, e principalmente a quem já não estava entre os vivos ainda maior deveria ser o respeito. Assim o educaram e assim procurava proceder. -----

----- Mas confirmava que a Câmara tinha deliberado, por uma maioria alargada, erigir um monumento em memória do Marechal António de Spínola. -----

----- No tocante ao que foi referido sobre a reabilitação, disse que no que dizia respeito à TV-Cabo a Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação já tinha dito o que tinha a dizer, a Câmara estava a tratar com a Portugal Telecom e com a TV-Cabo, mas era preciso que tivesse em atenção que isso agora era todo um movimento que se gerava, porque era imparável. De resto, a referida Presidente da Junta iria ouvir muitas vezes dizer, como há pouco um Deputado Municipal do Partido Comunista: engraxadela, engraxadela! Isso, de facto, iria ouvir-se muitas vezes ali porque essa matéria iria ter um ritmo que agora era um processo de arrastamento em que a reacção das pessoas, e nomeadamente das concessionárias e de outras entidades iria ser a de se sentirem mal por não colaborarem nesse processo de requalificação urbana que estava a acontecer por toda a Lisboa. Aliás, até sugerira que fosse gravado um disco com o tema engraxadela e se pusesse ali para evitar que se estivesse a cansar o Deputado Municipal do Partido Comunista cada vez que algum Presidente de Junta quisesse dizer algo do género sobre o trabalho conjunto que estavam a realizar. -----

----- Disse, depois, que ainda não estava muito habituado às tradições da Assembleia Municipal de Lisboa, mas efectivamente estranhara ouvir um Presidente de Junta falar

– julgava ter sido o de Marvila – e dizer “o PCP vai votar”. E estranhava isso porque, dentro do modo como via a lei e como interpretava a democracia, ouvir um Presidente de Junta anunciar como o PCP ia votar fazia-lhe confusão, como também se fosse um Presidente de Junta do PSD a dizer “o PSD vai votar”. É que os Presidentes de Junta representavam os seus fregueses na Assembleia Municipal, portanto em nome de todos eles deviam falar. Foi algo que lhe causou alguma estranheza, confessava-o, mas sabia que era costume e perante os costumes devia-se vergar quem era novato, mesmo que legitimado pelo voto. -----

----- Relativamente ao que foi dito sobre as actividades das concessionárias, disse que estavam a impôr a cobrança de taxas, que elas de facto fossem liquidadas, enfim, a impôr ordem. Mas também dizia que quando depois iam ter com as concessionárias e diziam “parem esses trabalhos do gás” ou “parem esses trabalhos da água”, muitas vezes eram os moradores, e as vezes até as Juntas de Freguesia, a dizer: “não, não, que isto faz falta, não vamos agora interromper o trabalho”. Portanto, era preciso a ordem, sem dúvida nenhuma, mas realmente era dos problemas mais difíceis que tinham para resolver, mas iriam procurar resolvê-lo. -----

----- Referindo-se ao Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, disse que podia ser defeito seu porque não esteve ali sempre e podia não ter ouvido, mas perguntara aos seu colegas do Executivo que também lhe disseram que não ouviram, como igualmente não ouviram alguns Deputados Municipais a quem perguntara, mas porque se lembrava de uma intervenção que o Presidente da Junta de Alcântara ali fizera sobre o problema de Vila Teixeira, de facto estava à espera de o ouvir a congratular-se pelo facto de, finalmente, 10 meses depois se ter resolvido um problema que ele próprio havia referido que se arrastava há anos e que era a sua grande dor de alma em relação às chagas sociais que existiam na Freguesia de Alcântara. -----

----- E como se lembrava que essa intervenção ali feita o marcara e então procurara corresponder com a resolução do problema, calculava que fosse por defeito seu e que o Presidente de Junta de Alcântara certamente não teria deixado de fazer referência a esse facto, porque disse: “Projecto Alcantara” contra a exclusão as verbas estão na Comissão de Lisboa e Vale do Tejo, o dinheiro está lá e não é transferido. A posição da Vereadora das Finanças, que ele entendia dever de seguir, era que não devia ser transferido mais dinheiro enquanto não acabasse a auditoria ao Gabinete de Reconversão do Casal Ventoso. -----

----- Quanto à pergunta se ia haver marchas em Lisboa no próximo ano, disse que estavam com o mês de Dezembro a começar e lembrava-se que em relação às marchas deste ano em Março ou Abril lhe perguntavam exactamente a mesma coisa. Portanto, em 2003 iria haver marchas, e melhores! Não havia nenhum motivo de preocupação quanto a isso. -----

----- Sobre a questão da Av. de Ceuta, n.º 149, disse que tomara nota e a Vereadora da Acção Social pedia-lhe para dizer que não retirara ninguém do PER. -----

----- Aliás, a Câmara tinha incluído muita gente que não estava no PER, não retirara ninguém do PER, isto em relação a uma intervenção que segundo pensava teria sido

feita pelo Deputado Municipal António Cunha, que podia ser esclarecido directamente. -----

----- Acerca da questão levantada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Carnide sobre as escolas, disse que a informação que tinha era que foram pedidos que chegaram mais tarde, mas que a autorização já tinha sido processada para o subsídio complementar. -----

----- Referindo-se à intervenção do Presidente da Junta de Marvila, disse que não lhe ia citar um ditado muito popular, que ele certamente calculava qual era. De facto, não era de sangue azul, era de berço modesto mas procurava ser educado e respeitador, portanto não o iria dizer. As suas vozes procuraria ouvi-las, e com toda a atenção! -----

----- Mas, a propósito do boletim de Marvila, que leu como lia os boletins das outras freguesias, achava que alguns dos fregueses até tinham razão para lhe dizerem que estava atrasado em relação a algumas coisas que lhes tinha prometido. Não exactamente aquelas que foram referidas pelo Presidente da Junta, mas tinham razão e esperava muito em breve reparar isso. -----

----- Em relação à política municipal descentralizada, disse que também tinha razão. A Câmara iria procurar fazer isso no segundo ano de mandato porque queria alijar essa carga de cima dela e entendia que os Presidentes de Junta estavam muito melhor preparados para o fazerem do que a Câmara. -----

----- No tocante ao realojamento do Vale do Forno, disse que estava quase. Seria outra lança em África, mas era um processo muito difícil porque as famílias não queriam ser realojadas juntas. Havia várias condicionantes, estavam quase a acabar a malha! -----

----- Sobre o que foi dito pela Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, disse que o que se ia seguir era obra, já foi aprovado o segundo adicional, a deliberação da Câmara estava tomada, portanto seguiria a obra do polidesportivo de Santa Catarina, como, de resto, seguiria também a obra da piscina de Alfama. Aliás, ele próprio tratara com o Sr. Vereador Pedro Feist, e o seu próprio Gabinete, desses dois casos. -----

----- E também em breve procurariam desbloquear o processo do Clube Nacional de Natação já para o Orçamento do próximo ano. Esperava muito em breve negociar com os inquilinos de dois prédios situados à entrada do Clube Nacional de Natação para ver se eles podiam impludidos porque pertenciam a uma época arquitectónica horrível, com a devida vénia aos arquitectos, e assim se aumentar a área de entrada e também arranjar mais espaço para fazer no Clube Nacional de Natação a obra que queriam fazer. Aliás, a cedência já vinha do tempo do Eng^o Abecasis, na altura em que era responsável pelo Pelouro do Desporto o Vereador Pedro Feist. -----

----- Relativamente à segurança no Lumiar, disse que chagara à Câmara uma proposta de esquadra de polícia, mas com uma renda de 1.500 contos por mês, pelo que teriam que ir por uma coisa mais barata, como encontraram no Bairro das Furnas. -----

----- Quanto ao problema do Bairro da Cruz Vermelha, disse que lhe estava confirmado que, por causa do tal A. J. Moreira, a ligação do ramal só no fim do ano estaria pronta. -----

----- Acerca da EPUL, disse que a empresa sairia de lá até ao fim do ano, o que era uma aspiração antiga, e para essas instalações a Câmara iria desenvolver o projecto do centro cultural no próximo ano. -----

----- Sobre a execução financeira, disse que estavam a preparar o Orçamento para o próximo ano, e desejava referir que em relação ao comportamento da execução do Plano e Orçamento de 2002 tinham uma execução do Plano que seria um bocadinho superior a 50%, até talvez um pouco mais, o que achava razoável face ao momento em que tinha sido aprovado o Plano e face àquelas que foram as condicionantes verificadas este ano. -----

----- Ainda sobre esta matéria, disse que o orçamento corrente estava perfeitamente controlado. Existiam vários sectores onde havia mesmo um decréscimo em relação ao ano anterior: nos transportes e comunicações e noutros sectores do orçamento corrente da Câmara, mesmo nas despesas de pessoal baixara cerca de 1%, portanto fim de Outubro em relação a período homólogo do ano passado. Por conseguinte, em relação aos orçamentos correntes havia umas necessidades pontuais de reforço, nas horas extraordinárias e em mais um ou dois casos, mas, de facto, conseguiram um controlo que diria quase total da execução desse mesmo orçamento. Não havia nenhum disparo, não havia nenhuma ultrapassagem! Só na DMIS é que, nalguns casos, havia uma execução que até ao final do mês de Outubro já ultrapassava os 100%, portanto toda a dotação inscrita, mas por razões perfeitamente justificadas. -----

----- No que tinha a ver com as receitas, disse que este não tem sido um ano mau em algumas delas, pelo contrário. Curiosamente a Sisa apresentava uma evolução positiva em relação a período homólogo do ano passado, mais cerca de 20 milhões de euros; na derrama tiveram a informação que receberam mais que aquilo que deveriam ter recebido, houve um engano e portanto teriam que devolver cerca de 22 milhões de euros entregues a mais e iam ver se ainda devolviam essa verba este ano para sair como receita de capital e não da parte corrente como acontecia se transitasse no saldo para o próximo ano; e também na contribuição autárquica e noutras receitas havia um comportamento positivo. -----

----- Como referira a taxa de execução seria um pouco superior a 50%, mas era um orçamento de execução fundamentalmente de compromissos que vinham do passado. -

----- Disse, ainda, que tinha pedido à Vereadora das Finanças que enviasse à Assembleia o relatório que estava conferido em definitivo da execução de Setembro, e, portanto, os Deputados Municipais poderiam conferir como não havia razões para preocupação. -----

----- Contudo, para o próximo ano, desde já dizia aos Deputados Municipais que perguntaram sobre a taxa de inflação que a poupança estrutural da Câmara prevista para 2003 era de cerca de 90 milhões de euros, à volta de 18 milhões de contos, e as propostas apresentadas pelos serviços ultrapassavam os 500 milhões de euros, portanto estavam a falar de uma diferença entre os 20 e os 100 milhões de contos! Para o Plano de Actividades e com base nessas propostas, estavam a trabalhar no dia-a-dia porque, de facto, com a colaboração inexecutável do Sr. Presidente da Assembleia e da Mesa, queriam cumprir os prazos previstos, apesar da reestruturação e do acréscimo de

trabalho que isso provocara e provoca com a adequação das verbas às novas designações e distribuição de serviços. Mas a realidade com que se deparavam era essa, para além dos constrangimentos impostos pelo Orçamento de Estado. -----

----- Portanto, teriam que trabalhar muito aceleradamente para conseguirem algumas receitas extraordinárias, ou então a actividade do Município teria que ser drasticamente reduzida. Daí não havia saída! -----

----- A Câmara tinha, como já referira, cerca de 360 milhões de euros de orçamento corrente, as receitas estruturais rondavam os 450 milhões de euros, portanto havia uma poupança de cerca de 90 milhões de euros, e esses 90 milhões que tinham livres para financiar o Plano de Actividades não cresciam. -----

----- Portanto, considerava que a execução do Plano de Actividades era absolutamente satisfatória, estava controlada, não oferecia nenhum motivo de preocupação. -----

----- Sobre as questões levantadas pela Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel e pelo Deputado Municipal Dias de Almeida, disse que era motivo de congratulação até ao final do ano estarem em curso as adjudicações e o lançamento das obras de reabilitação do tal projecto que vinha de 1991, e que finalmente era posto em execução em 2002. Não era um século mas era uma década, por isso era motivo de congratulação para todos. Portanto, Alfama ia a seguir nesse processo integrado de intervenção. -----

----- Sobre o Parque Mayer disse que desejava referir ao Deputado Municipal Miguel Coelho que não se devia esticar demasiadamente a corda. Ele não estava presente, enfim, acontecia a todos: aos Presidentes de Câmara, aos Vereadores, aos Deputados Municipais, mas de qualquer maneira desejava dizer-lhe para não se esticar demasiadamente a corda porque entendia que havia uma estrada suficientemente larga para poderem caminhar todos em conjunto, em ordem ao processo de recuperação do Parque Mayer. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que o Deputado Municipal Modesto Navarro insistentemente pedia a palavra para um protesto com a argumentação que o Sr. Presidente da Câmara não teria respondido a nenhuma das questões que levantara, disse que, se a Assembleia estivesse de acordo, faria o seguinte. -----

----- Havia uma massa muito grande de perguntas, admitia, em princípio, que fosse possível responder a todas mas para isso seria preciso uma gestão muito especial do tempo. Portanto, iria mandar transcrever a acta e remeteria, por ofício, as perguntas ao Sr. Presidente da Câmara solicitando-lhe os respectivos esclarecimentos, até porque era um direito dos Deputados Municipais fazer perguntas à Câmara, inclusivamente sem ser durante as reuniões plenárias. -----

----- Obtida a concordância, declarou aberta a discussão dos pontos 6 e 7 que, conforme referira há pouco, por decisão da Conferência de Líderes seriam discutidos e votados imediatamente a seguir ao ponto 1. -----

----- Depois pôs à consideração da Assembleia que a discussão dos dois pontos fosse feita em conjunto dada a conexão das matérias, fazendo-se a votação em separado, obviamente. -----

----- Obtida a concordância, pôs então em discussão as duas propostas em conjunto. ---

----- PONTO 6 PROPOSTA 577/2002 – APROVAR A AMPLIAÇÃO, PELA EPUL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA QUINTA DO JOSÉ PINTO, TRANSMISSÃO PARA O PATRIMÓNIO DESTA EMPRESA MUNICIPAL, DOS PRÉDIOS MUNICIPAIS EXISTENTES NA ÁREA REFERIDA, NAS CONDIÇÕES PROPOSTAS, AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO N° 2 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 577/2002 -----

- “Considerando que: -----
- 1. Em 1999 foi atribuída à EPUL a responsabilidade de proceder ao estudo e à realização de obras de urbanização e renovação urbana da Quinta José Pinto a Campolide, pela proposta n° 172 / 99, de 22 de Abril; -----
 - 2. Não obstante o vasto trabalho de limpeza do terreno, de demolição de barracas e de realojamento social já efectuado, que criou condições favoráveis à renovação urbanística desta área de intervenção, revela-se agora urgente acelerar o desenvolvimento desta área com vista á sua integração definitiva na cidade com elevados padrões de qualidade; -----
 - 3. A EPUL está a desenvolver estudos urbanísticos que permitirão, em breve, a aprovação pela CML dum Plano de Urbanização da Quinta José Pinto; -----
 - 4. Estes estudos irão naturalmente ser compatibilizados com as soluções a adoptar pela CML no que respeita à definição do corredor verde que fará a ligação a Monsanto; -----
 - 5. Neste quadro, os estudos apontam para a conversão da Rua de Campolide numa ampla e arborizada Avenida, o que implicará, para o desenvolvimento equilibrado do Plano de Urbanização, o alargamento da Área de Intervenção; -----
 - 6. A EPUL, por outro lado, está a terminar um ciclo de desenvolvimento imobiliário nas suas antigas áreas de intervenção e necessita de avançar com urgência para o desenvolvimento urbanístico das suas novas áreas - é o caso da Quinta José Pinto - tal como aliás foi já evidenciado no Plano da empresa aprovado pela CML; -----
 - 7. Por essa razão, a EPUL em carta fundamentada, propôs ao Presidente da CML a ampliação da referida zona de intervenção, propondo a aquisição dos correspondentes terrenos; -----
 - 8. Nessa área de intervenção, parte dos terrenos, por efeito de acordos anteriores, destinava-se a apoiar entidades e actividades desportivas; -----
 - 9. A CML está fortemente empenhada na implantação de infra-estruturas e equipamentos desportivos na cidade e não abdica da continuação dessa política; -----
 - 10. A EPUL pela transmissão dos terrenos referidos em 8 e consciente da política de fomento desportivo do Município, compromete-se a pagar à CML, ao abrigo do n° 8 da Proposta n° 646/92 e em termos a acordar, a quantia de três milhões e meio de Euros, que será aplicada na construção de infra-estruturas desportivas e outros equipamentos para fins socialmente relevantes; -----
 - 11. Pelo remanescente dos terrenos que compõem a área de intervenção e que não se destinem aos fins de apoio desportivo referidos em 8, A EPUL compromete-se ainda a pagar à CML, pela respectiva transmissão, o montante que resultar da aplicação dos

números 3 a 7 da Proposta nº 646/92 e que assenta na valorização a preços de mercado; -----

----- Tenho a Honra de Propor com fundamento na proposta apresentada pela EPUL, que a Câmara delibere, ao abrigo da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, submeter à Assembleia Municipal, para que esta, ao abrigo da alínea i) do nº2 do art. 53º da referida Lei, aprove o seguinte: -----

----- 1. Que, nos termos do art. 3º e do art. 4º do Decreto-Lei 613/71, de 31 de Dezembro - Estatuto da EPUL-Empresa Pública de Urbanização de Lisboa- seja ampliada a Área de Intervenção da Quinta José Pinto, aos terrenos que com ela confrontam, conforme é assinalado na planta anexa, devendo a EPUL integrar tais terrenos nos estudos de urbanização e renovação que tem em curso para esta área de intervenção. -----

----- 2. Que, nos termos do nº 1 do art. 50º do mesmo Decreto-Lei, sejam transmitidos para o património da EPUL, os prédios municipais existentes na área referida, incluídos no perímetro definido pela planta anexa. -----

----- 3. Que a transmissão dos terrenos municipais seja enquadrada em termos financeiros pelas regras constantes da Proposta nº 646/92 (Valorização de terrenos a transmitir pelo Município para a EPUL), designadamente no seu nº 3, com a correcção posterior prevista nos nºs 5 a 7 da mesma deliberação. -----

----- 4. Que sejam excepcionados das regras constantes dos números anteriores, ao abrigo do nº 8 da mesma Proposta nº 646/92, as cedências de terrenos a afectar a projectos de apoio a entidades desportivas, pelos quais a EPUL pagará à CML a quantia de três milhões e meio de euros. -----

----- 5. O montante referido no número anterior será afecto pela CML à construção de infra-estruturas desportivas e outros equipamentos para colectividades com fins socialmente relevantes que o Município considere de interesse municipal e a definir por ele. -----

----- 6. Que são derogados quaisquer acordos anteriores celebrados entre a CML e a EPUL respeitantes à matéria regulada nos números 4 e 5.” -----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA 578/2002 – APROVAR A AMPLIAÇÃO, PELA EPUL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO VALE DE SANTO ANTÓNIO, TRANSMISSÃO PARA O PATRIMÓNIO DESTA EMPRESA MUNICIPAL, DOS PRÉDIOS MUNICIPAIS EXISTENTES NA ÁREA REFERIDA, NAS CONDIÇÕES PROPOSTAS, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO Nº 2 DO ARTº 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 578/2002 -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Em 1979 foi atribuída à EPUL a responsabilidade de proceder ao estudo e à realização de obras de urbanização e renovação urbana na Área de Intervenção do Vale de Santo António, através da aprovação da proposta nº 84/79 de 9 de Maio; -----

----- 2. Não obstante o vasto trabalho de aquisições a particulares, de acções de expropriação efectuadas, de construção de infra-estruturas gerais, de demolição de

barracas e de realojamento social já efectuado, (abrangendo mais de 500 famílias), que criou condições favoráveis à renovação urbanística desta área de intervenção da EPUL, revela-se agora urgente acelerar o seu desenvolvimento com vista à sua integração definitiva na cidade com padrões de qualidade; -----

----- 3. A EPUL está a desenvolver estudos urbanísticos que permitirão, em breve, a aprovação pela CML dum Plano de Urbanização da Área de Intervenção do Vale de Santo António, definida pela Proposta referida em 1; -----

----- 4. Na satisfação de várias solicitações dos Serviços da CML, a EPUL tem vindo a intervir, efectuando acções de demolição e limpeza dos terrenos situados em zonas confinantes com os limites da referida Área de Intervenção, designadamente, na Quinta das Comendadeiras e na Travessa Lázaro Leitão; -----

----- 5. Há, assim, todo o interesse em que tais zonas fiquem igualmente integradas no Plano de Urbanização em elaboração pela EPUL para esta Área de Intervenção, de modo a garantir-se a uniformidade e coerência Urbanística; -----

----- 6. A EPUL, por outro lado, está a terminar um ciclo de desenvolvimento imobiliário nas suas antigas áreas de intervenção e necessita de avançar com urgência para o desenvolvimento urbanístico das suas novas áreas - é o caso do Vale de Santo António- tal como, aliás, foi já evidenciado no Plano da empresa aprovado pela CML. --

----- 7. Por essa razão, a EPUL em carta fundamentada propôs ao Presidente da CML, a ampliação da referida zona de intervenção, propondo a aquisição dos correspondentes terrenos; -----

----- 8. Nessa área de intervenção, parte dos terrenos, por efeito de acordos anteriores, destinava-se a apoiar entidades e actividades desportivas; -----

----- 9. A CML está fortemente empenhada na implantação de infra-estruturas e equipamentos desportivos na cidade e não abdica da continuação dessa política; -----

----- 10. A EPUL pela transmissão dos terrenos referidos em 8 e consciente da política de fomento desportivo do Município, compromete-se a pagar à CML, ao abrigo do nº 8 da Proposta nº 646/92 e em termos a acordar, a quantia de três milhões e meio de Euros, que será aplicada na construção de infra-estruturas desportivas e outros equipamentos para fins socialmente relevantes; -----

----- 11. Pelo remanescente dos terrenos que compõem a área de intervenção e que não se destinem aos fins de apoio desportivo referidos em 8, A EPUL compromete-se ainda a pagar à CML, pela respectiva transmissão, o montante que resultar da aplicação dos números 3 a 7 da Proposta nº 646/92 e que assenta na valorização a preços de mercado;

----- Tenho a Honra de Propor com fundamento na proposta apresentada pela EPUL, que a Câmara delibere, ao abrigo da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, submeter à Assembleia Municipal, para que esta, ao abrigo da alínea i) do nº2 do art. 53º da referida Lei, aprove o seguinte: -----

----- 1. Que, nos termos do art. 3º e do art. 4º do Decreto-Lei 613/71, de 31 de Dezembro -Estatuto da EPUL-Empresa Pública de Urbanização de Lisboa- seja ampliada a Área de Intervenção do Vale de Santo António, aos terrenos que com ela confrontam, conforme é assinalado na planta anexa, devendo a EPUL integrar tais

terrenos nos estudos de urbanização e renovação que tem em curso para esta área de intervenção. -----

----- 2. Que, nos termos do nº1 do art. 50º do mesmo Decreto-Lei, sejam transmitidos para o património da EPUL, os prédios municipais existentes na área referida, incluídos no perímetro definido pela planta anexa. -----

----- 3. Que a transmissão dos terrenos municipais seja enquadrada em termos financeiros pelas regras constantes da Proposta nº 646/92 (Valorização de terrenos a transmitir pelo Município para a EPUL) designadamente no seu nº 3, com a correcção posterior prevista nos nºs 5 a 7 da mesma deliberação. -----

----- 4. Que sejam excepcionados das regras constantes dos números anteriores, ao abrigo do nº 8 da mesma Proposta nº 646/92, as cedências de terrenos a afectar a projectos de apoio a entidades desportivas, pelos quais a EPUL pagará à CML a quantia de três milhões e meio de Euros. -----

----- 5. O montante referido no número anterior será afecto pela CML à construção de infra-estruturas desportivas e outros equipamentos para colectividades com fins socialmente relevantes que o Município considere de interesse municipal e a definir por ele. -----

----- 6. Que são derogados quaisquer acordos anteriores celebrados entre a CML e a EPUL respeitantes à matéria regulada nos números 4 e 5.” -----

----- ADENDA À PROPOSTA N.º 578/2002. -----

----- “5- Caso os proventos líquidos dos projectos a que se refere o ponto 4 - que se reporta à operação urbanística prevista na cláusula 2.ª do acordo de princípios celebrado com o SLB - ultrapassem o montante de 22,5 milhões de euros, o valor remanescente reverterá integralmente para a CML a título de correcção do valor mencionado no ponto anterior. -----

----- 6- O montante referido no número 4 e o resultado da sua eventual correcção nos termos do número 5 serão afectos à construção de ... -----

----- 7- Igual ao actual 6. -----

----- Os Vereadores eleitos pelo PS.” -----

----- **O Deputado Municipal Rui Figueiredo (PS)**, no uso da palavra, disse que para o Partido Socialista o empreendimento relativo à organização do Campeonato da Europa em 2004 em Portugal, era um empreendimento que reputavam de importante. Importante não só pela realização em si como também por outros benefícios que lhe estavam associados, até no domínio da construção de outras infra-estruturas como acessos, matérias relacionadas com investimentos em segurança, em saúde, etc., portanto alguns efeitos que muitas vezes quando se referiam a esse evento de forma algo demagógica se esqueciam de referir. Importante também ao nível da promoção de Portugal no estrangeiro como ao nível da capacidade de atracção de turismo que poderá gerar para o País. -----

----- Disse, depois, que as propostas apresentadas estavam directamente relacionadas com esse projecto e com essa organização. Tratava-se de uma matéria que quando era abordada normalmente vinha à baila a história de que deveriam ter um estádio municipal, um estádio único para o Sporting e o Benfica. Essa poderia ser uma

matéria interessante do ponto de vista da racionalidade económica, mas teriam que ter os pés bem assentes na terra e pensar que também que dificilmente deveria ser entendível e apoiável pelas massas associativas dos dois clubes. -----

----- Daí que estivessem agora perante um facto que era a construção de dois estádios na Cidade de Lisboa, por parte de dois clubes que eram dos mais representativos do País. -----

----- Naturalmente não custava reconhecer ao Partido Socialista que no passado, não por parte do Governo de cuja ideia e concretização deste projecto se orgulhavam, mas por parte da Câmara Municipal de Lisboa que alguns momentos não teriam sido felizes, nomeadamente nalguma recusa de explicações de conversas ou contra-conversas que poderiam ou não ter existido. -----

----- Para o Partido Socialista esse era um tempo que já tinha passado, até porque se todos os momentos da anterior Câmara tivessem sido felizes naturalmente o resultado eleitoral poderia ter sido outro, e, portanto, o que lhes interessava era abordar e debater o que acontecera após as eleições. -----

----- No entanto, parecia-lhes estranho, inusitado e até algo curioso, que um clube, no caso o Sport Lisboa e Benfica, tivesse todos os seus dirigentes a telefonarem para os diferentes Grupos Municipais da Assembleia Municipal sobre a urgência de votação das propostas. -----

----- Quanto à substância das propostas apresentadas, disse que tinham também um pouco a estranheza que havia sido manifestada pelo Deputado Municipal Carlos Marques, em interpelação dirigida da sua bancada à Mesa. Ou seja, por todos os motivos que já referira, o Partido Socialista, numa posição de responsabilidade mas também de considerar a importância que o projecto tinha para o País, já viabilizara na reunião de Câmara estas propostas e hoje aqui também as viabilizaria em nome da responsabilidade e da importância que o Euro 2004 tinha para Portugal. -----

----- De todo o modo queriam esclarecimentos cabais sobre aquilo que estavam a viabilizar e todos os passos que eram propostos, inclusivamente aqueles de que se falava e nenhum se assumia. -----

----- Fazendo um pouco de história, disse que as matérias sobre o Sporting apareciam ali um pouco, conforme tem sido expresso pela Câmara na Comissão, conexas e a reboque de algumas de algumas matérias relacionadas com o financiamento do Estádio da Luz. Recordando: tinham um plano de viabilidade financeira, alegadamente de acordo com a anterior Câmara, que referia 80.000 m² de construção na zona do Estádio da Luz, e que esses 80.000 m², num acordo com a Somague, corresponderiam a 8 milhões de contos que seriam pagos entre Janeiro e Setembro de 2003 ao Sport Lisboa e Benfica. A actual Câmara pedira pareceres jurídicos, alguns referiam os 80.000 m² e outros os 65.000 m², foi feita uma grande bandeira com a redução para os 65.000 m² e a substituição da EPUL pela Somague, o que correspondia a um encaixe financeiro para o Benfica, através da venda do terrenos, de 6,5 milhões de contos. -----

----- Mas dizia o Sr. Vice-Presidente da Câmara, na última reunião da Comissão realizada na sexta-feira passada, que até nem se importava de pagar um pouco mais

em troca da redução da construção no Estádio do Luz, o que era uma ideia com a qual até não lhes custava concordar. -----

----- No entanto, era preciso que também se referisse que esse tinha sido um problema criado pela Câmara porque quisera fazer uma bandeira com a redução dos 80.000 para os 65.000 m² e, portanto, ficaram a faltar 1,5 milhões de contos. Foi apresentada uma solução, os 200 fogos e depois um terço a pagar ao Benfica para perfazer essa importância, mas houve um esquecimento, quer da parte da Câmara, quer da parte da EPUL, quer da parte do Benfica que só se lembrara desta matéria quando a corda começava um pouco a apertar, porque o que estava acordado e protocolado foi o pagamento dos 6,5 milhões de contos entre Janeiro e Setembro de 2003, tendo-se toda a gente esquecido que o Benfica também precisava de 1,5 milhões de contos que a EPUL dizia que não estava em condições de pagar nesta altura. Por isso que o Sr. Presidente da Câmara dizia que com ele nem mais um euro, como também por isso o Sr. Vice-Presidente da Câmara, numa primeira reunião na Comissão, lhes tinha dito que estava encarregue de estudar uma solução que não diria imaginativa mas uma solução exequível para esse assunto. -----

----- No entanto, aquilo que foi transmitido para a opinião pública foi que o problema deixara de existir, mas o que o Sr. Vice-Presidente da Câmara lhes transmitira na última sexta-feira foi que com estas propostas que hoje iam ser votadas – e daí a pressa do Benfica, e eventualmente do Sporting – que a EPUL passaria a estar em condições de disponibilizar mais 1,5 milhões de contos para perfazer os oito milhões, entre Janeiro e Setembro de 2003. -----

----- Portanto, o que queriam saber – até porque o Sr. Vice-Presidente da Câmara a isso se havia comprometido face a muitos boatos que já circulavam – era que engenharia financeira ou que solução concreta permitiria que a EPUL, que sem esta proposta não podia pagar os tais 1,5 milhões de contos, e agora, com a aprovação da proposta, pudesse vir a adiantar esse dinheiro ao Benfica. -----

----- Seria apenas e só o custo dos terrenos, que era francamente bom? Seria mais terrenos que eram dados para além daqueles que estavam previstos? Seriam as questões que foram colocadas na Comissão sobre eventuais negócios de garantias bancárias e de transmissão de garantias bancárias? -----

----- O Sr. Vice-Presidente da Câmara referira que eventualmente poderia ou não haver uma engenharia financeira e que daria essa explicação. Ela não tinha sido dada no início do debate, mas esperariam que fosse dada até para poderem votar em consonância, pois não votavam de cruz apesar de já terem algum sentido de voto. ---

----- Por fim, disse que se mantinha o princípio da reciprocidade entre o Benfica e o Sporting, o que achavam bem que se mantivesse, por isso estas propostas eram conexas, mas deixavam a pergunta se a haver alguma engenharia financeira ela se aplicava também ao Sporting ou se também existia para o Sporting algum problema que tivesse que ser solucionado com a apresentação desta proposta de transmissão de terrenos para a EPUL. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que fora do que era normal, exactamente há nove dias, às 20 horas e 30 minutos, tocou-

lhe o telemóvel e não reconhecendo o número marcado resolvera atender para ver quem seria. Perguntaram-lhe se era o Deputado Carlos Marques, respondera que sim, e do outro lado disseram-lhe que era o Dr. João Salgado, Director do Benfica, que lhe perguntara, delicadamente, se podia falar e de seguida lhe disse que lhe vinha solicitar, como estava a solicitar aos restantes líderes parlamentares, a urgência do agendamento das duas propostas que agora estavam a discutir, não para hoje mas para a reunião da terça-feira passada, porque era caso de vida ou de morte para o Benfica já que a Somague tinha ameaçado parar as obras. -----
----- Naturalmente respondera que por razões processuais não faziam oposição, que estavam contra os estádios, e dera-lhe uma imagem que já ali tinha dado uma vez dizendo que o Sr. Director do Benfica, como qualquer outra pessoa, tinha todo o direito de comprar o fato mais caro e mais bonito que quisesse, mas por amor de Deus que não lhe telefonasse para lho ir pagar. Portanto, o Benfica tinha todo o direito de construir o estádio que quisesse, tal como o Sporting ou outro clube qualquer, mas que não telefonassem mais para a Câmara para que ela, e particularmente os municípios pagassem esses estádios. -----
----- Portanto, essas propostas não foram agendadas para a última reunião a apareciam agendadas nesta. O que acontecia, era que na Comissão para análise da evolução do problema dos estádios, levantara um problema que o Sr. Vice-Presidente amavelmente lhe disse desconhecer mas que iria procurar informar-se para hoje prestar alguns esclarecimentos, e que tinha a ver com o porquê desta urgência e desde quando era que os líderes dos Grupos Municipais recebiam telefonemas nos telemóveis. Quanto a isso tudo bem, era para isso que eram Deputados Municipais, até aí tudo bem, não estava a levantar problema nenhum sobre isso, mas perguntava porquê essa premência de ligar para os líderes para agendar com urgência para faz hoje oito dias estas duas propostas e porque era que de repente já não existia essa pressão. -----
----- Recordou que na altura tinha dito ao Sr. Vice-Presidente que tinha ouvido um boato. Era um boato, portanto não sabia se era verdade, mas cabia-lhe a si, como a qualquer outro Deputado Municipal, levantar o problema porque, naturalmente, eram os dinheiros públicos que estavam em causa. É que lhe disseram que o que estaria em causa era que desde que a Câmara decidisse rapidamente entregar esses terrenos à EPUL, porque faziam parte do protocolo que foi aprovado, a EPUL poderia dá-los como garantia na Banca e arranjar uma garantia bancária de 1,5 milhões de contos, já que como se sabia faltava um 1,5 milhões de contos em resultado daquela engenharia financeira que o Sr. Presidente da Câmara arranajara para dar ao Sporting e ao Benfica, através dos tais 200 fogos e de um cálculo que foi feito de acordo com as regras do mercado, já que nesses apartamentos não entrava no custo o preço dos terrenos e só entrava o preço de construção, com as previsões de venda eles dariam 4,5 milhões de contos de lucro, que de acordo com o protocolo seria um terço para a Câmara, um terço para a EPUL e um terço para o Benfica, ou seja, 1,5 milhões de contos que juntamente com os 6,5 milhões de contos pelo qual a

Câmara comprara os terrenos do actual Estádio da Luz completaria os 8 milhões de contos que a Somague tinha contratado com o Benfica para construir o estádio. -----

----- Sr. Vice-Presidente informara-os na Comissão, com toda a clareza, que o Benfica tem pressionado a Câmara por todas as formas no sentido de que lhe fosse adiantado 1,5 milhões de contos porque a Somague queria essa importância durante 2003 e não quando os apartamentos fossem vendidos. A Câmara, e muito bem, com o apoio da Comissão vinha dizendo que não dava essa verba porque o que estava no protocolo era que quando vendessem os apartamentos um terço dessa venda seria para o Benfica, e não se sabia se renderia 1,5 milhões de contos, se renderia um, se renderia meio ou se renderia quatro milhões, dependia do que acontecesse ao mercado e do custo da construção como era evidente. -----

----- Mas porque é que o Benfica, de repente, deixou de telefonar? Parecia que teria havido boato – mas esperava que fosse dada uma informação – de que a EPUL teria ido com esses terrenos prestar alguma garantia à banca, a banca daria à EPUL 1,5 milhões de contos, a EPUL entregaria então ao Benfica uma garantia bancária desse montante que o Benfica depois entregaria à Somague que por sua vez entregaria na banca para imediatamente lhe pôr 1,5 milhões de contos na conta. Se isso era verdade era contra o protocolo. -----

----- Disse, ainda, que o Bloco de Esquerda votaria contra a proposta porque estava contra o protocolo e contra que fosse a Cidade de Lisboa a pagar essa riqueza desmesurada na situação económica do País. Mas queriam dizer, ainda, que se essa questão que estava por trás da proposta de entregar os terrenos à EPUL era verdade, era mais grave pois isso estava fora do protocolo. E então era preciso perguntar: -----

----- Primeiro: quem garante que um terço da venda dos fogos vale 1,5 milhões de contos daqui a dois, três ou quatro anos? -----

----- Segundo: quem paga os juros da garantia bancária da EPUL, que como se sabe é uma empresa com 100% de capital municipal? -----

----- Nada disso estava previsto no protocolo! Não sabiam se isso era verdade mas gostariam de saber. -----

----- **O Deputado Municipal José Possidónio (PCP)**, no uso da palavra, disse que, em relação às propostas em debate, o PCP pretendia reafirmar a sua posição contra essa forma de financiamento do Benfica e do Sporting. -----

----- O PCP não podia apoiar a decisão do Executivo municipal de alienar o seu património fundiário para financiar o Benfica e o Sporting em milhões de euros, quando, por outro lado, despedia os técnicos responsáveis pela organização dos Jogos de Lisboa, acontecimento desportivo de grande importância para as camadas jovens da cidade, que assim ficavam irremediavelmente comprometidos. -----

----- O PCP não podia aceitar essa iniciativa quando a Câmara Municipal cobrava às colectividades da cidade, e até às escolas do 1º ciclo, altas taxas pelo uso de infra-estruturas e piscinas da cidade, quando se sabia que as colectividades desenvolviam um grande esforço numa boa parte das iniciativas em Lisboa, tendo um papel de grande importância na ocupação dos tempos livres dos jovens, constituindo-se como uma grande prevenção à toxicodependência. -----

----- O PCP não podia pactuar com o facto da EPUL ser posta ao serviço da especulação imobiliária em favor do Benfica e do Sporting, colocando a sua própria capacidade financeira em causa. -----

----- Assim, o PCP iria reiterar o seu voto contra essas duas propostas. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, disse que pelas intervenções que o antecederam se via que era visível a complexidade das propostas, e as censuras, directa ou indirectamente feitas repartidamente à Câmara Municipal e aos clubes, a esse processo de financiamento para a construção dos estádios, deviam-se, de certa forma, ao modo como as propostas eram apresentada e à falta de clareza que as envolviam em alguns aspectos. -----

----- Portanto, ressaltando o comportamento das instituições, instituições como o Sporting e especialmente como o Benfica, que mereciam da cidade e do País o maior respeito e o maior reconhecimento pelo que ao longo de décadas têm feito em prol de Portugal, passando e redireccionando a censura, não com tanta intensidade aos clubes, mas especialmente ao Executivo Municipal, era seu entendimento que deveria ter sido assumido, directa e inequivocamente, sem quaisquer dúvidas, uma ligação umbilical entre as duas propostas e os acordos de princípio entre a Câmara Municipal de Lisboa, o Sporting Clube de Portugal, Sport Lisboa e Benfica e a EPUL, aprovados pela Assembleia em 28 de Maio passado. -----

----- Como estavam todos lembrados, nesses acordos de princípio tinha sido estabelecida uma associação tripartida ente a Câmara, os clubes e a EPUL para a promoção de dois empreendimentos imobiliários, um no Vale de Santo António a “beneficiar” o Benfica e outro na Quinta José Pinto a “beneficiar” o Sporting. Na altura foi dita e assumida parte de uma solução imaginativa, publicamente defendida pelo Sr. Presidente da Câmara, para permitir a viabilidade da construção dos dois estádios. -----

----- No entanto, seguira-se uma série de etapas processuais – e aqui entravam na falta de clareza da proposta – que tinham que ser cumpridas, designadamente a transmissão dos terrenos onde seriam realizados os empreendimentos imobiliários, do domínio público municipal para o património da EPUL. E ficavam sem perceber claramente o que estava em causa: se estas propostas diziam respeito a terrenos que já estavam previstos no protocolo e que, através deste instrumento, eram agora transferidos, ou se se tratava de uma nova transferência porque se tinha chegado à conclusão que os terrenos previstos no protocolo não seriam suficientes para garantir a viabilidade da operação financeira ou, se preferissem, da solução imaginativa. -----

----- É que as propostas indiciavam algum comprometimento. Era referido que a transmissão dos terrenos era regulada pelas regras contidas na proposta n.º 646/92 que definia os critérios de valorização dos terrenos, mas num dos parágrafos subsequentes a essa informação era dito que não obstante era necessário criar uma excepção para os terrenos que beneficiariam entidades desportivas, leia-se que beneficiariam os empreendimentos imobiliários do Sport Lisboa e Benfica e do Sporting Clube de Portugal. Aí era dito que exceptando os critérios de

valorização ao empreendimento em que participava o Benfica seriam alienados terrenos no valor de 700.000 contos e o mesmo sucedendo relativamente ao que era feito para o Sporting. -----

----- Quanto a si, 700.000 contos hoje em dia, ao nível dos preços do mercado imobiliário, correspondiam a uma fracção autónoma em determinados prédios da cidade, portanto estavam a ver discrepância que ia entre a necessidade de acorrer com estes financiamentos suplementares às operações então aprovadas na Assembleia Municipal e o que estava inicialmente previsto. -----

----- Por conseguinte, no entender do Partido Socialista, estavam, inequivocamente, perante um apoio suplementar, um novo financiamento, quando – também era preciso relembrar – que uma das cláusulas dos acordos de princípios dizia expressamente que durante dez anos o património municipal estaria dispensado de prestar apoios solicitados por esses clubes. -----

----- Recordou que na altura da discussão, conforme ficara registado em acta, se produziram uma série de críticas formuladas pela Assembleia Municipal. Designadamente salientara-se a inexistência de um estudo de viabilidade económico-financeira sobre os empreendimentos imobiliários a promover pela Associação tripartida; a inexistência de estudo e de conhecimento das consequências patrimoniais para o Município com a solução apresentada pela Câmara Municipal; e a inexistência de um estudo sobre a avaliação dessas operações imobiliárias no Vale de Santo António e na Quinta José Pinto, e passados apenas seis meses da aprovação da proposta inicial estavam novamente confrontados com dois balões de oxigénio para salvar essa solução. -----

----- Estavam perante mais um apoio inequívoco, e aqui o comprometimento do PS, como já tinha sido declarado pelo seu camarada Rui Figueiredo, era um comprometimento de responsabilidade para salvaguardar a prossecução do interesse público inerente à construção dos estádios e à sua conclusão em devido tempo. Daí não se espantasse que as entidades envolvidas na construção quisessem ter garantias que os prazos seriam respeitados e que as formas para recuperarem os seus investimentos estavam asseguradas, porque essas entidades não eram instituições financeiras, não eram bancos. Eram sociedades de construção que se endividavam, assim como a EPUL, e que precisavam de recuperar fundos para pagar esse endividamento. -----

----- O Partido Socialista não estava contra isso, mas neste momento censurava a falta de transparência existente na proposta, e já não queria entrar nos caminhos tortuosos dos contactos directos estabelecidos pelos clubes com os representantes dos Grupos Municipais. Mas na situação de aflição em que se percebia que os clubes estavam perdoava-se-lhes algum voluntarismo, até porque a questão não estava nos clubes mas sim na Câmara Municipal, que assumindo a responsabilidade de ter apresentado, há seis meses atrás, perante a Assembleia Municipal uma proposta que solucionava todos os problemas, vinha agora com uma alteração a essa mesma proposta. -----

----- A terminar, interpelou o Sr. Presidente da Câmara para que, isoladamente ou em conjunto com a Comissão que acompanha a execução dos protocolos e a execução do Euro 2004, prestasse no mais curto espaço de tempo possível um relatório suficientemente informativo sobre o modo como tem decorrido a execução dos protocolos, o significado destes encargos adicionais para o património do Município, e a previsão de novas necessidades de financiamento face à execução que estava prevista. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que queria reforçar um pouco tudo aquilo que já foi dito pelos seu colegas da Comissão de Acompanhamento dos Acordos com o Benfica e com o Sporting, porque, de facto, estiveram reunidos com o Sr. Vice-Presidente da Câmara e na última reunião, realizada na passada sexta-feira, o Sr. Vice-Presidente comprometera-se a que antes de se começar a discutir estas propostas daria algumas explicações, e como assim não tinha acontecido perguntava qual a razão porque o Sr. Vice-Presidente não cumprira com aquilo que prometera na Comissão. -----

----- Recordou que na altura o Sr. Vice-Presidente referira que não tinha as informações necessárias sobre o assunto, o que se compreendia, mas que se iria documentar e depois na Assembleia daria as informações necessárias, e até avançara com a hipótese de estarem presentes os administradores da EPUL para darem, lá fora, algum esclarecimento que fosse necessário. -----

----- Continuando, depois questionar também sobre o porquê da urgência na aprovação destas propostas, disse que desejava que a Câmara informasse se era verdade ou mentira que a EPUL iria avançar com 1,5 milhões de contos a cada clube ainda antes da venda dos fogos e sem saber quando e quanto iriam render as mais-valias dessa operação. E, se fosse verdade, quem iria pagar os custos dessa operação. -----

----- Isso não estava dito, por isso era seu entendimento que não estavam em condições de poder votar as propostas. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, disse que o grande mal do processo era que ele começara enviesado desde o início. A megalomania nacional que já fizera em que alguém tivesse pensado que se podiam fazer em Portugal os Jogos Olímpicos em 2012 ou algo parecido, ou em que Governadores Civis entendiam que o TGV deveria parar em Beja – isto não era piada para o PS porque acontecera com esse mas podia ter acontecido com outros – mas depois seguia-se a fase habitual: apresentava-se uma candidatura, subavaliavam-se os custos, fazia-se um grande relambório sobre a maneira como a honra nacional iria ser defendida e projectada, e de repente caíam na real e lá tinham que pagar. Neste caso, em vez dos seis estádios, que lhe parecia que era o mínimo exigido, quiseram fazer dez e agora estavam metidos nisto. -----

----- E agora quem era que estava metido nisto em Lisboa?! Era a Câmara de Lisboa, que estava a tentar salvar uma situação à qual era alheia e que com a melhor vontade estava a tentar resolvê-la, porque neste momento, de facto, até ele próprio já tinha

visto que era a honra nacional que estava em perigo já que deixaram chegar a questão a um tal ponto que se agora andasse para trás era uma vergonha nacional.----

----- Por isso, dava-lhe vontade de dizer que votassem esta proposta o mais rapidamente possível para que não aparecessem mais votações nem mais problemas.

----- Mas, já agora, também desejava saber a razão desta pressa toda do Benfica nesta altura, e também se a EPUL estava disposta a adiantar já, numa altura em que o mercado imobiliário estava como todos sabiam, e se estava a lançar previsões de vendas e de ganhos que projectarão ao Benfica 1,5 milhões de contos, o que significava que cada empreendimento daria 4,5 milhões de contos de lucro. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que leu atentamente as propostas e também esteve na reunião da Comissão em que esteve presente o Sr. Vice-Presidente da Câmara, mas queria dizer que esta era uma questão à semelhança de muitas situações no passado em que quando se viam alguns fantasmas naturais se repetia sempre: “não, o que está aqui na proposta é a matéria de facto, o que o senhor está para aí a dizer são conjecturas, ou poderão ser boatos que não têm qualquer fundamento”. -----

----- Portanto, o que estava nestas propostas, de facto, era, de acordo com o protocolo, a passagem para a posse da EPUL de terrenos que foi acordado que passassem, e o ser agora, enfim, poderia ser hoje como podia ter sido ontem. -----

----- Quanto aos telefonemas disse que cada um recebia os que recebia, mas se o Deputado Municipal Carlos Marques tinha sido contemplado com um telefonema do Dr. João Salgado era óptimo porque revelava que se teria recordado que um ex-candidato a Presidente da República merecia com certeza esse tipo de relevância, mas de qualquer forma era um problema do Benfica. -----

----- No entanto, o que estava em causa com estas propostas era resolver um problema que estava contido protocolo e que era a transmissão dos terrenos em causa para a posse da EPUL, para desenvolver os empreendimentos que o protocolo também referia. -----

----- Mas a verdade, como acabava de ser referido pelo colega do PPM, era que estavam perante um problema que tinham que resolver, porque era um facto que tinha caído uma batata quente, mas mesmo muito quente, nas mãos do Sr. Presidente da Câmara e tinham que resolver esse problema. Tinha que encontrar uma solução, porque o que estava em causa era um disparate tremendo em que todos foram envolvidos, naturalmente alguns com muito mais responsabilidade que o PSD e agora eram esses, ou os seus representantes, que vinham levantar problemas sobre as soluções. -----

----- Portanto, o que tinham para discutir e votar eram estas duas propostas, e era seu entendimento que deveriam votá-las, quem estivesse de acordo votaria a favor, quem não estivesse votaria contra e cada um assumia as suas responsabilidades. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões que foram colocadas, começou por dizer que na reunião da Comissão, realizada na passada sexta-feira, ele próprio tinha sugerido que o Presidente da EPUL estivesse presente e pudesse usar da palavra para, melhor do que ele, poder

esclarecer alguma questão. Isso, porém, parecia não ser possível nos termos do Regimento da Assembleia, mas avisara-o para estar contactável durante o decurso desta reunião para qualquer esclarecimento adicional, que, contudo, supunha não ser necessário. -----

----- Disse, depois, que se falara muito da pressão e da pressa do Benfica e não se falara da pressão e da pressa do Sporting e, de facto, eram dois casos diferentes. Da parte da Câmara, em termos de tratamento para com dois clubes, tem havido sempre a preocupação de dar tratamento igual e assim continuaria a ser, mas, efectivamente, as situações de partida não eram iguais. E daí talvez a razão pela qual a pessoa do Benfica que foi referida, que pessoalmente não conhecia nem foi contactado por ela, tivesse procurado contactar, via telefone, alguns Deputados Municipais. -----

----- Mas a pressa decorria de um facto simples que era o seguinte: o Sporting fechara o seu contrato de engenharia financeira em Fevereiro e o Benfica ainda não o tem fechado, e daí se percebia talvez essa pressão. Mas a Câmara já estava habituada há onze meses a sofrer essa pressão do Benfica! Por exemplo, em Fevereiro se não estava em erro, o Presidente da Somague referira que não continuava as obras sem acordo e na altura a Câmara perguntara com que acordo as tinha começado. Ao que parecia teria sido apanhado desprevenido com essa reacção, mas a realidade era que começara as obras sem nenhum acordo e depois queria alegar que não continuaria as obras sem um acordo. -----

----- Esse acordo veio mais tarde a ser celebrado como era sabido, um acordo de princípios, e as coisas supostamente estavam no bom caminho com o Benfica, até porque se fizera o contrato-programa que todos conheciam porque tinha sido aprovado na Assembleia. Mas, obviamente, as pressões continuaram! Ou era porque vinha uma visita do senhor A ou B da UEFA e se ele viesse e o acordo não estivesse fechado as obras paravam, o Estádio da Luz já não era para o Euro 2004 e Portugal ficava sem o Euro 2004, etc. Passou-se o verão e depois havia sempre mais uma visita da UEFA que era sempre um pretexto para fazer pressão e, de facto, a realidade era que a urgência que o Benfica tinha era a urgência que deveria ter tido antes para acautelar atempadamente toda a engenharia financeira. -----

----- Mas o que estava agora em discussão era na realidade a transmissão de terrenos para a EPUL viabilizar um plano de urbanização que tinha a ver, como todos sabiam, com a viabilidade que foi encontrada para o projecto dos estádios do Sport Lisboa e Benfica e do Sporting Clube de Portugal, mas estas duas propostas não traziam nada de novo, ou seja, não havia inflexão nenhuma relativamente àquilo que foi acordado e contratado com o Benfica e o Sporting, há uns meses atrás. -----

----- Como era referido a EPUL pagaria um certo montante à Câmara, que de acordo com o ponto 10 das propostas seria aplicado na construção de infra-estruturas desportivas e outros equipamentos para fins socialmente relevantes. Era isso que estava consagrado e a que se daria cumprimento. -----

----- Quanto ao que poderia ter estado na base de alguma inquietação e especialmente alguma apreensão anterior, do ponto de vista da EPUL, na celebração dum contrato com o Benfica relativamente ao tais 1,5 milhões de contos que foi

referido, disse que era simplesmente o facto da EPUL não ser ainda proprietária da totalidade dos terrenos que lhe permitisse avançar com total segurança na realização do desenvolvimento urbano do Vale de Santo António, e o que acontecia era que com este instrumento a EPUL tinha essa garantia, e a EPUL, apesar de ser uma empresa detida a 100% pela Câmara, era uma empresa que tinha a sua autonomia que gostaria de ter consagrados os terrenos para desenvolver o seu projecto. -----

----- Depois, na posse desses terrenos, a EPUL poderia desenvolver o seu projecto urbano e poderia com o Benfica contratualizar a forma de pagamento do tal valor estipulado para, de uma forma faseada mas já não com a pressão de 2003 que era como estava inicialmente previsto com a Somague para o pagamento dos 8 milhões de contos dos terrenos do Estádio da Luz. -----

----- Portanto, tratava-se apenas de um passo mais em relação a um projecto que tinha sido iniciado e em relação ao qual não havia alteração absolutamente nenhuma. -----

----- Quanto à pressão supunha que se compreendia porque cada dia que passava o Benfica estava mais pressionado pelo sindicato bancário que fazia a operação financeira, que, aliás, era o mesmo que fazia a operação financeira do Sporting. Portanto, o que se passava com estas propostas é que se encontrara a maneira para, a partir de agora, a EPUL estar em condições de contratualizar com o Benfica a forma de pagamento do tal valor que se entendeu como razoável tirar do montante que se deveria atribuir pela edificação dos terrenos do Estádio da Luz. -----

----- Lembrou, a propósito, a tal fórmula proporcional que se encontrara para a redução da edificabilidade nos terrenos do Estádio da Luz, que todos entenderam do ponto de vista urbanístico e que teve também tradução nos pareceres jurídicos que foram feitos. Só o facto de terem área edificada a menos naquela zona, já de si demasiado massificada, deveria constituir um valor positivo por forma a traduzi-lo numa edificabilidade noutra zona de Lisboa. -----

----- Por fim, disse que a fórmula encontrada era a que constava da proposta, era uma operação de raiz tripartida com mais-valias, do ponto de vista da Câmara, a serem empregues na construção de equipamentos e infra-estruturas desportivas que beneficiassem os chamados clubes pobres. Portanto, a partir deste momento, mais não havia senão que a EPUL estava em condições de avançar com o contrato com o Benfica. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que não tendo ficado esclarecido e desejava fazer a seguinte pergunta. -----

----- Foi aprovado pela Assembleia Municipal um protocolo através do qual a EPUL teria que pagar ao Benfica 6,5 milhões de contos pelo terreno onde estava o actual estádio que estava já a ser demolido, e a Câmara arranjava uma contrapartida para o restante 1,5 milhões de contos através da construção de 200 apartamentos no Vale de Santo António, de cuja venda um terço dos lucros seria atribuído ao Benfica, outro terço para a Câmara e outro para a EPUL. -----

----- Portanto a pergunta concreta era se neste momento, antes dos apartamentos serem vendidos, havia algum acordo com entre EPUL e o Benfica para a EPUL pagar já 1,5 milhões de contos ao Benfica? -----

----- É que se não havia estava tudo certo, se havia estava errado porque não estava de acordo com o protocolo já que o protocolo ao definir que era um terço não se sabia exactamente quanto era, podia ser mais ou podia ser menos que os tais 1,5 milhões de contos. -----

----- **O Deputado Municipal Vítor Agostinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, no uso da palavra para pedir esclarecimentos, disse que já há bastante tempo vinham tratando ali do folhetim Benfica / Sporting e normalmente quando se dirigiam aos pequenos e médios clubes da cidade não os olhavam com os mesmos olhos. -----

----- Isto parecia que não vinha a propósito, mas vinha. É que para as propostas passarem até podiam dizer que era para depois olhar para os pequenos clubes como ainda agora o Sr. Vice-Presidente da Câmara referia, mas depois, quando chegava a altura de olhar para o desenvolvimento das actividades desportivas através dos pequenos e médios clubes da cidade, essa questão ficava sempre no esquecimento. --

----- Sobre a adenda à proposta apresentada na Câmara pelo PS, disse que era uma forma simpática de fintar ao dizer “a gente aprova isto se a partir do momento que os 22,5 milhões de euros forem a mais na venda, esse dinheiro fica na totalidade para o Município”. Essa, enfim, era uma forma para poder dormir descansado quem defendia essas propostas! -----

----- Só que havia uma pergunta que tinha que se fazer! Se na altura da comercialização não se fizessem os tais 22,5 milhões de euros quem iria ficar a perder com isso? A Câmara ? A EPUL, que era a mesma coisa? A EPUL já pegou no dinheiro e já o pagara ao Benfica – ou ao Sporting, não interessava agora o clube – o Benfica entretanto gastava o dinheiro e depois seria alguém a perder. E quem ia perder já se sabia quem era! Não era o Benfica porque o dinheiro já lá estava, mas seriam, de certeza absoluta, as pequenas colectividades e os pequenos clubes. Ou seja, o Benfica já não perdia porque já lá tinha o dinheiro, e o terço que era para a Câmara já não seria para a Câmara, quando muito dividiriam ao meio o que faltava entre a EPUL e a Câmara, e naturalmente ficava em causa o apoio aos pequenos e médios clubes. -----

----- Disse, ainda, que era altura de travar esta trapalhada, e a maneira de a travar era não aprovar as propostas. O Benfica que fosse arranjar o dinheiro a outro lado, em vez de olhar para a Câmara como se fosse a “mãezinha” para todos os males. Se já não estava de acordo que se dessem os terrenos do Vale de Santo António e da Quinta José Pinto ao Benfica e ao Sporting, muito menos que ainda sem se vender se lhes desse o dinheiro. -----

----- A terminar, questionou como poderia dizer à população da sua freguesia que não havia dinheiro para recuperar as casas camarárias e havia dinheiro para estas coisas. Ainda agora o Sr. Presidente da Câmara falava de 90 milhões de euros para financiar o Plano do próximo ano, que ou arranjavam mais receitas ou teriam que

reduzir, e depois tomavam-se atitudes como esta. Era evidente que a população da cidade não iria entender isso. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder aos pedidos de esclarecimento, aludindo à pergunta do Deputado Municipal Carlos Marques, disse que tanto quanto seja do conhecimento da Câmara, ou que tivesse sido afirmado pelo Presidente da EPUL, não havia acordo nenhum, efectivamente. --

----- Sobre a intervenção do Deputado Municipal Vítor Agostinho, disse que aquilo que procuraram na fórmula encontrada, que não estava hoje em discussão, foi justamente não dar ao Benfica pagamentos à cabeça. Ou seja, a fórmula encontrada foi preferir os promotores privados em favor dum promotor municipal, neste caso a EPUL em conjunto com a Câmara, e diferir no tempo esse pagamento, pelo que só no ano de 2004, quando supostamente estiverem construídos os tais 200 fogos, seriam distribuídas as tais mais-valias. -----

----- Portanto, havia ali um não benefício do Benfica mas sim um benefício da cidade. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação da proposta 577/2002 tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM, a abstenção do PS, e votos contra do PCP, PEV e BE. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- Depois submeteu à votação a proposta 578/2002, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PPM, a abstenção do PS, e votos contra do PCP, PEV e BE. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 17 – PROPOSTA 651/2002 – APROVAR A DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O PRIVADO DA CÂMARA DA PARCELA DE TERRENO SITA NA AV^a D. CARLOS I /LARGO VITORINO DAMÁSIO DESTINADA À CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO EM SUBSOLO COM O ÓNUS DE USO PÚBLICO À SUPERFÍCIE E CONSTITUIR A FAVOR DA BRAGA PARQUES – ESTACIONAMENTOS DE BRAGA, S.A. A CONSTRUÇÃO DO REFERIDO PARQUE, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO N.º 4 E I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 651/2002 -----

----- “Considerando que na sequência do Concurso Público Internacional n.º 75/CP/98 - ao qual concorreram apenas as empresas Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. e Bragaparques - Estacionamentos de Braga, S.A. - a Câmara Municipal de Lisboa, adjudicou, através da Deliberação n.º 525/2000, a constituição do direito de superfície em subsolo para a construção e exploração de três parques

públicos de estacionamento, ao referido concorrente Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A.; -----

----- Considerando que, para a concretização do referido direito, a Câmara deliberou, mediante aprovação da Proposta n.º 574/2001, submeter à Assembleia Municipal a desafecção do domínio público municipal para domínio privado do Município e a constituição em direito de superfície, em subsolo, a favor da Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. de três parcelas de terreno sitas na Av. Frei Miguel Contreiras/Rua Bulhão Pato, Av. D. Carlos I/Rua da Esperança e Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, para construção e exploração destes parques públicos de estacionamento subterrâneo; -----

----- Considerando que a referida Proposta n.º 574/2001 não chegou, porém, a ser submetida à aprovação da Assembleia Municipal; -----

----- Considerando que está em curso, através do Gabinete Técnico da Madragoa, a execução da requalificação do Largo da Esperança e que não é possível compatibilizar, nesse contexto, a existência do parque público subterrâneo da Av. D. Carlos I/Rua, da Esperança; -----

----- Considerando que também o IPPAR, em reuniões havidas com a DMRU, mostrou desacordo com a construção do parque de estacionamento naquele local, dado que o mesmo afectaria o ramal de ligação entre o Arco de S. Bento e o Chafariz da Esperança; -----

----- Considerando que os serviços municipais se mostram favoráveis à construção, em alternativa, de um parque de estacionamento na Av. D. Carlos I/Largo Vitorino Damásio, uma vez que, estando situado a cerca de 50 metros e não tendo os constrangimentos do anterior, o mesmo permite suprir melhor a carência de estacionamento da zona, em virtude da sua maior capacidade o que permite a criação de 220 ou de 330 lugares, consoante seja possível a construção de dois ou três pisos em subsolo, em vez de 145 ou de 210 lugares distribuídos também por dois ou três pisos, conforme informação n.º 3282/DTR/02 do Departamento de Tráfego; -----

----- Considerando que, entretanto, a adjudicatária Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. cedeu à Bragaparques - Estacionamentos de Braga, S.A. os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do referido Concurso Público Internacional n.º 75/CP/98; -----

----- Considerando que é também do interesse desta última empresa a substituição da localização do parque acima referido pelo localizado na Av. D. Carlos I/Largo Vitorino Damásio, coincidindo, assim, o interesse do ora titular da posição do adjudicatário, com o interesse municipal; -----

----- Assim sendo, -----

----- Considerando que é do interesse do Município a construção, em alternativa ao Parque de Estacionamento da Av. D. Carlos I/Rua da Esperança, de um parque de estacionamento na Av. D. Carlos I/Largo Vitorino Damásio, situado a cerca de 50 metros do primeiro; -----

----- Considerando que a Bragaparcques - Estacionamento de Braga, S.A. detém uma expectativa juridicamente tutelada resultante de lhe terem sido cedidos os direitos respectivos pela Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A; -----

----- Considerando que ao concurso referido apenas concorreram as duas citadas empresas, não existindo, assim, a favor de outrem qualquer direito ou expectativa, tutelada juridicamente, quer relativamente à construção e exploração do parque de estacionamento da Av. D. Carlos I/Rua da Esperança, quer relativamente à do parque de estacionamento da Av. D. Carlos I/Largo Vitorino Damásio; -----

----- Considerando que a Lei dos Solos, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, prevê na alínea a) do n.º 1 do respectivo artigo 29.º que a Administração ceda, mediante acordo directo com os promotores interessados, o direito de superfície destinado a instalações de interesse público - meio a que, por exemplo, o Município recorreu, aquando da constituição do direito de superfície para a construção do parque de estacionamento da Praça do Município; -----

----- Considerando, assim, que a alteração ora proposta, por um lado cumpre, e excede mesmo, a exigência da lei e, por outro lado, corresponde à realização das expectativas, protegidas pelo direito, resultantes da adjudicação de um concurso público internacional; -----

----- Atendendo, também, ao teor do n.º 1 do artigo 57.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, na redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 208/96, de 8 de Novembro, nos termos do qual “ficam isentos de contribuição autárquica, por um período de 25 anos, os prédios urbanos afectos exclusivamente a parques de estacionamento subterrâneos públicos declarados de utilidade municipal, por deliberação da respectiva Câmara (...)” e verificando-se que esta medida contribui para minorar o esforço financeiro inicial expandido nestes projectos, vocacionados para servir o interesse público municipal; ---

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- I.- Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 53.º do mesmo diploma legal, autorizar a desafecção do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de Lisboa, de uma parcela de terreno sita na Av. D. Carlos I/Largo Vitorino Damásio, com a área de 3.303 m² e assinalada a orla cor azul na cópia da Planta n.º 02/133/04 do mesmo Departamento, destinada à construção de um Parque de Estacionamento em subsolo, com o ónus de uso público à superfície, em substituição daquela que havia sido adjudicada pela acima referida deliberação que aprovou a Proposta n.º 525/2000; -----

----- II.- Autorizar a cessão da posição de adjudicatária no âmbito do Concurso Público Internacional n.º 75/CP/98 (para constituição de direitos de superfície em subsolo, tendo por objecto a construção e exploração de três parques públicos de estacionamento subterrâneos para viaturas na Cidade de Lisboa) da Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. para a Bragaparcques - Estacionamento de Braga, S.A., assumindo esta última todos os direitos e obrigações da primeira no âmbito do referido concurso público; -----

----- III.- Ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 1 e da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere, ao abrigo do disposto na alínea i) do nº 2 do artigo 53º do mesmo diploma legal, autorizar a constituição a favor da Braga Parques - Estacionamentos de Braga, S.A. do direito de superfície em subsolo destinado à construção de um parque de estacionamento em subsolo na parcela referida supra em I., nos seguintes termos: -----

----- Para efeito de escritura e tendo por referência o valor unitário e o critério usado na proposta aprovada, atribui-se à nova parcela o valor de 217.078,48 Euros. -----

----- Para efeito de cedência em direito de superfície, mantém-se o mesmo valor unitário por lugar de estacionamento ou seja 10.000\$00/ano. lugar o que corresponde para a nova parcela, com a previsão de construção de 220 lugares, a contrapartida de 2.200.000\$00/ano (10.973,55 Euros/ano), que será aumentada ou reduzida em conformidade com o número efectivo de lugares construídos, nos termos do projecto que vier a ser aprovado e de acordo com os valores unitários da presente proposta. ----

----- Confrontações: -----

----- Norte - Largo Vitorino Damásio; -----

----- Sul - Av. D. Carlos I e prédios nº 1, 2 e 3 do Largo Vitorino Damásio; -----

----- Nascente - Rua D. Luís I e prédios nºs. 4 e 42 da Av. D. Carlos I; -----

----- Poente - Largo Vitorino Damásio e prédios nºs. 27 a 41 e 43 a 49 da Av. D. Carlos I. -----

----- Condições de acordo: -----

----- Condições específicas para o novo parque sito na Av. D. Carlos I/Largo Vitorino Damásio: -----

----- Está previsto a construção de um parque de estacionamento subterrâneo para uso público, com uma capacidade estimada de 220 lugares, distribuídos por 2 pisos, podendo ser alargada a 3 pisos com uma capacidade estimada de 330 lugares. -----

----- A superficiária deverá proceder a sondagens, por forma a serem identificados e localizados todos os elementos existentes no subsolo e acima do solo, nomeadamente de dois colectores de grandes dimensões, que possam ter implicações na construção do parque. -----

----- O projecto será obrigatoriamente baseado no reconhecimento geotécnico específico da zona, nomeadamente na análise dos aspectos referentes à geotecnia, caudais freáticos, agressividade da água ao betão, etc. e dê indicações sobre as características e estado dos edificios confinantes, propondo eventualmente soluções, quando necessário. -----

----- A superficiária deverá promover um estudo aprofundado sobre a localização das estruturas projectadas para o local, eventuais impactos ambientais, bem como da circulação viária emergente. -----

----- A emissão da licença de utilização da obra será condicionada ao restabelecimento das infra-estruturas existentes no local, cuja fiscalização e coordenação será feita pela Direcção Municipal de Infra-Estruturas e Saneamento. -----

----- A actualização do regime tarifário e do preço a pagar anualmente pela constituição do direito de superfície será efectuada através da aplicação da taxa de inflação do ano anterior, determinada pelo índice de preços do consumidor para a cidade de Lisboa, (total com exclusão da habitação) publicado pelo INE e de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos. -----

----- Em tudo o mais se mantém o deliberado na Proposta n° 574/2001. -----

----- (Processo Privativo n° 58/DGI/2001). -----

----- Justificação do Preço Proposto: -----

----- O valor para efeitos de escritura calculou-se com base na Deliberação n° 133/AM/95, de 28 de Novembro (Ponto n° 3): -----

----- $C2 =$ coeficiente de sobrecarga urbana ($C2=4$). -----

----- VU = valor unitário fixado pela Assembleia Municipal para o ano de 2001 (1.830\$00 ou 9,12 Euros). -----

----- 2 - Parque da Av. D. Carlos I/Largo Vitorino Damásio. -----

----- $3.303 \text{ m}^2 \times (4 \times 6 \times 1.830\$00) \times 0,30 = 43.520.328\00 (ou 217.078,48 Euros). -

----- Para efeito de cedência em direito de superfície, mantém-se o mesmo valor unitário por lugar de estacionamento ou seja 10.000\$00/ano. lugar o que corresponde para a nova parcela, com a previsão de construção de 220 lugares, a contrapartida de 2.200.000\$00/ano (10.973,55 Euros/ano), que será aumentada ou reduzida em conformidade com o número efectivo de lugares construídos, nos termos do projecto que vier a ser aprovado e de acordo com os valores unitários da presente proposta. -----

----- Dever-se-á ter atenção que existe um lapso na proposta aprovada quando refere que este valor é de 1.000\$00/lugar.ano, erro esse que não se reflecte nos valores globais a aplicar à cedência. -----

----- IV.- Declarar de utilidade municipal dos três parques de estacionamento subterrâneos objecto do Concurso Público Internacional n° 75/CP/98, sitos na Ala Sul do Mercado de Alvalade Norte, na Av. Frei Miguel Contreiras/Rua Bulhão Pato e na Av. D. Carlos I/Largo Vitorino Damásio, nesta Cidade de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea a) do n° 4 do artigo 64° da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro e para os efeitos do disposto n° 1 do artigo 57° do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n° 215/89, de 1 de Julho, na redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n° 208/96, de 8 de Novembro.” -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Rato (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santos-o-Velho, no uso da palavra, disse que intervinha para referir a importância que a construção do parque referido na proposta significava para a sua freguesia.-----

----- Disse que foi um processo atribulado, um processo que por diversas vicissitudes, nomeadamente por venda da posição da Somague à Bragaparkes, tivera um interregno no processo de construção do parque. Finalmente viam esclarecidas algumas dúvidas jurídicas que se tinham colocado e que, no seu entendimento, não existiam, portanto era com grande satisfação que hoje encontrava esta proposta para votação. -----

----- Referiu, ainda, que era de extrema importância para a freguesia a construção deste parque, dado que tinha graves problemas de estacionamento, corria graves riscos devido ao estacionamento desregrado em ruas extremamente estreitas, por exemplo um incêndio poderia criar problemas bastante graves, e tinha, ainda por cima, a componente da noite muito concentrada na sua área o que também criava problemas muito complicados em termos de acessibilidades. -----

----- Fez votos para que o processo agora avançasse rapidamente para que a construção do parque pudesse ser uma realidade dentro dum prazo normal numa obra pública dessa natureza, sendo que havia ali, como era referido na proposta, o problema dos colectores, mas de certo que a Bragaparcques, que desde o início tinha defendido uma solução dessa natureza, estaria a equacionar o processo por forma a que esse problema fosse ultrapassado. -----

----- No entanto, havia uma *nuance* que lhe parecia importante referir. Já que se ia fazer o parque de estacionamento e que conseqüentemente teria que haver o reordenamento da superfície, seria importante que fossem acauteladas as propostas que nomeadamente o Gabinete Técnico Local tinha conversadas com a Junta de Freguesia no sentido de se aproveitar esta obra para fazer toda a requalificação da zona do jardim do Largo Vitorino Damásio, mercado de levante, etc. -----

----- Outra questão importante seria também ter em atenção as cargas e descargas que ali existiam, os transportadores que ali mudavam o óleo dos motores, substituíam embraiagens, etc., e sujavam toda a via pública. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que na Conferência de Líderes de hoje concordaram com o agendamento desta proposta, pensaram que ela não seria discutida hoje e teriam algum tempo para a estudar melhor, porque realmente tinham sérias dúvidas sobre mais um buraco no chão de Lisboa, concretamente no final da Av. D. Carlos I, já próximo do Rio Tejo, sem estudos sobre isso. -----

----- Portanto, o Bloco iria abster-se na votação desta proposta. -----

----- **O Senhor Presidente**, dado que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de imediato submeteu à votação da proposta 651/2002 tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, PS, CDS-PP e a abstenção do PEV e BE. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 8 – PROPOSTA 580/2002 – APROVAR REPARTIÇÃO DE ENCARGOS RELATIVOS À ADJUDICAÇÃO DOS TRABALHOS DE ACTUALIZAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ENVOLVENTE DO PALÁCIO DA AJUDA AO GABINETE G.B. ARQUITECTOS, LDª, AO ABRIGO DA ALÍNEA R) DO N° 2 DO ART° 22° DA DEC. LEI 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA R) DO N° 1 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 580/2002 -----

-----“Considerando que, na sequência das propostas n.º 243/2002 e 334/2002, a Câmara Municipal de Lisboa, deliberou, respectivamente, em 10 de Julho e 28 de Agosto p.p., que se procedesse à actualização do Plano de Pormenor da Zona Envolvente do Palácio da Ajuda e à contratação, por ajuste directo, dos serviços do Sr. Arquitecto Gonçalo Byrne para a realização desse trabalho, tendo em conta a salvaguarda de direitos de autor; -----

----- Considerando que o Sr. Arq. Gonçalo Byrne apresentou uma proposta para a realização do referido serviço, através do Gabinete G. B. Arquitectos, L.da, em que são previstos honorários no valor total de € 172 900,00, acrescidos de I.V.A. calculado à taxa legal, pagos em quatro prestações, correspondentes a cada uma das fases previstas; -----

----- Considerando que o Plano que se pretende actualizar foi elaborado através do mesmo gabinete, e que se verificam-se, assim, os pressupostos da alínea d) do n.º 1 do art.º 86º do Dec. Lei 197/99, de 8 de Junho, através do qual se permite o ajuste directo quando em causa esteja a protecção de direitos de autor; -----

----- Considerando que, no corrente ano, apenas é previsto o pagamento de 25% daquele valor, correspondente à conclusão da 1ª Fase (Definição de Alterações, Estratégias e Estudo Prévio), sendo o restante pago no ano de 2003, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere que se proceda: -----

----- 1º. À adjudicação, por ajuste directo, ao abrigo do disposto no artigo 86º, nº 1, alínea d) do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, e pelo preço global de € 172.900, acrescido IVA à taxa legal, dos trabalhos de actualização do Plano de Pormenor da Envolvente do Palácio da Ajuda ao Gabinete G.B. Arquitectos, L.da. -----

----- 2º. À seguinte repartição de encargos da rubrica 05.00 / 02.03.09 – 03/01/A202: -----

----- - 2002: 43 225,00 €, acrescidos de I.V.A. calculado à taxa legal. -----

----- - 2003: 129 675,00 €, acrescidos de I.V.A. à taxa legal.” -----

----- **O Senhor Presidente**, como mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de imediato submeteu à votação da proposta 580/2002 tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Senhor Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria no próximo dia 17, em segunda reunião, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas e 35 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____.

----- O PRESIDENTE -----